

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio Branco

1987



INSTITUTO RIO BRANCO

Diretora

Ministra Thereza Maria Machado Quintella

Coordenador de Ensino

Secretário Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

Chefe da Secretaria

Secretário José Maria de Carvalho Coelho

Assessores da Diretora

Secretária Cecília de Biase Bidart

Secretário José Marcos Nogueira Viana

Coordenação de Ensino

Vera Lúcia Rodrigues de Farias

Duse Abreu Moura

Mary Orlanita Barros Cruz

Secretaria

Sebastiana Maria de Azevedo

Lucy Fortes da Silva Freitas

Myrian Salles de Rezende Campos

Ângela Ribeiro dos Santos

Carlos Alberto de Souza Freitas

Yedda Pessoa dos Santos Mouta

Teresa dos Santos Mouta

Contabilidade

Jureni Figueira de Azevedo

Aladir Corrêa Martins

Agentes de Portaria

Luiz Paixão de Souza Costa

Israel Derrudt Rodrigues

Antônio Henrique Carvalho Pires

SUMÁRIO

INSTITUTO RIO BRANCO

Histórico	7
Organização	11
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata	13
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	17
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	21

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 1987

Aula Inaugural	25
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1987	37
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	63
Plano de Estudos — 1987	73
Programa — 1º Ano CPCD e 2º Ano CPCD	75
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	127
Formandos de 1987	139
Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior	143
Formatura da Turma de 1986	147
Discurso do Presidente da República Dr. José Sarney	151
Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré	159
Discurso da Conselheira Heloisa Vilhena de Araújo, Parainfa da Turma Embaixador Araújo Castro (formandos de 1986)	163
Discurso do Terceiro Secretário Cláudio Raja Gabaglia Lins, Orador da Turma Embaixador Araújo Castro	167

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO BRANCO	171
---	-----

LEGISLAÇÃO	201
------------------	-----

INSTITUTO RIO BRANCO

HISTÓRICO

O Instituto Rio Branco — única escola autorizada ao recrutamento, formação e aperfeiçoamento de funcionários diplomáticos no Brasil — foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, Patrono da diplomacia brasileira, a partir de idéia lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, e por ele mesmo dinamizada mais tarde.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo decreto-lei de sua criação, ocorreram durante o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no âmbito do Decreto-Lei nº 9.032, de 06 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio Branco e regularam seu funcionamento mantiveram o sistema de seleção por Concurso de Provas — que vinha sendo aplicado desde 1918 a intervalos irregulares e, a partir de 1938, em caráter regular — e criaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) de dois anos, a fim de atender à necessidade de prover os futuros diplomatas com treinamento profissional adequado. Assim, o Concurso de Provas, no caso chamado Exame Vestibular, passou a dar acesso ao CPCD e esse à Carreira de Diplomata e só excepcionalmente é organizado pelo Instituto Rio Branco Concurso de Provas para acesso direto à Carreira.

Por despacho de 5 de junho de 1975, o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior, atribuindo ao Instituto Rio Branco a designação

de «estabelecimento de nível superior». Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão «permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior».

Durante seus 41 anos de funcionamento, o Instituto sofreu uma série de reorganizações destinadas a melhorar sua eficácia e a adaptar seus currículos às necessidades cambiantes da diplomacia brasileira. A última reforma data de 1976 e coincidiu com a transferência do IRBr para Brasília, onde o Ministério das Relações Exteriores já se encontrava há alguns anos.

Inovação importante introduzida pela reforma de 1976 foi a aceitação no CPCD de estudantes estrangeiros, oriundos de países em desenvolvimento que solicitam a assistência brasileira na preparação de seus funcionários diplomáticos. O Governo brasileiro concede a tais estudantes uma bolsa de manutenção e facilidade de moradia idênticas àquelas concedidas aos estudantes brasileiros; por sua parte, os Governos que solicitam essa assistência comprometem-se a incluir os seus alunos no seu serviço diplomático, tão logo terminem o CPCD.

Os estudantes estrangeiros devem preencher os mesmos requisitos de idade e de formação acadêmica exigidos dos candidatos brasileiros, além de serem fluentes em Inglês e Francês. A fim de habilitar aqueles que não falam Português a seguir o CPCD, o IRBr organiza para eles um curso especial de seis meses, prévio ao início do ano acadêmico, destinado ao aprendizado intensivo da língua.

Desde o início do programa até 1987, concluíram o CPCD 72 bolsistas estrangeiros, oriundos de Barbados (1), Bolívia (6), Cabo Verde (9), Colômbia (1), Costa do Marfim (5), Costa Rica (3), El Salvador (1), Equador (3), Gabão (5), Gana (3), Guatemala (1), Guiana (1), Guiné-Bissau (6), Haiti (5), Honduras (4), Mali (2), Panamá (1), Quênia (2), República Dominicana (1), São Tomé e Príncipe (1), Suriname (5), Tanzânia (1), Togo (2), Venezuela (1), Zâmbia (1) e Zimbábue (1).

Em 1987, 4 alunos concluíram o 1º ano e para 1988 estão inscritos 8 novos bolsistas.

Como consequência da reforma de 1976, salientam-se ainda a expansão da carga de matérias profissionalizantes e a realização de estágios práticos em departamentos do MRE. Em 1982, o treinamento profissional foi ampliado, sendo dividido em duas partes: a primeira, na Secretaria de Estado, e a segunda, de 45 dias,

em postos no exterior (América Latina e Caribe) antes de os novos Terceiros Secretários serem lotados nas unidades da SERE.

Os quadros a seguir apresentam os números de diplomatas formados pelo IRBr e de candidatos aprovados nos Exames Vestibulares:

QUADRO I

DIPLOMATAS RECRUTADOS ATRAVÉS DO IRBr DESDE
SUA CRIAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 1987

CPCD	934	91,21 %
Exame Direto	111	8,78 %
Total	1.024	100 %

QUADRO II

NÚMERO DE CANDIDATOS E DE APROVADOS NO CPCD 1978/87:

Ano	Candidatos	Aprovados
1978	797	52
1979	974	33
1980	918	36
1981	1.194	37
1982	1.426	35
1983	797	34
1984	914	44
1985	893	20
1986	661	15
1987	554	11

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Suas atividades e estrutura estão regulamentadas no Capítulo X do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e por seu Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 558, de 05.03.85, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 17, de 30.12.85, e nº 567, de 23.04.86.

Segundo o Artigo 214 do citado Regimento Interno do MRE, «compete ao Instituto Rio Branco incumbir-se:

- I — do recrutamento, seleção, formação e aperfeiçoamento do pessoal da Carreira de Diplomata;
- II — do recrutamento, seleção e atualização do pessoal da categoria funcional de Oficial de Chancelaria;
- III — do recrutamento e seleção, mediante delegação dos órgãos competentes, dos funcionários de categorias profissionais exclusivas do Ministério das Relações Exteriores;
- IV — do treinamento e aperfeiçoamento, em matérias específicas, que relevem da função diplomática, dos servidores do Ministério das Relações Exteriores;
- V — do processamento dos pedidos de autorização para que alunos estrangeiros possam frequentar o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, bem como da concessão das respectivas bolsas de estudo e expedição de documentação comprobatória de conclusão do Curso;

- VI — da organização e realização de cursos de extensão, seminários e estágios, mediante convênios com universidades e outras entidades, destinados a pessoas com interesse ou atuação na área de política externa; e
- VII — da organização e realização, no exterior, de cursos de extensão, seminários e estágios, eventualmente como forma de cooperação técnica junto a órgãos governamentais estrangeiros que venham a solicitá-la.»

O Instituto, sob chefia do Diretor, compreende a Secretaria e a Coordenação de Ensino. O Diretor é nomeado pelo Ministro de Estado, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classes. O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, e Conselheiro (Coordenador de Ensino) e Conselheiro e Primeiro Secretário (Chefe da Secretaria).

Para preencher suas finalidades, o Instituto mantém os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE); e
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

O Instituto poderá organizar cursos e financiar programas de estudos (e.g. o Programa de Incentivo a Estudos no Exterior), no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organiza concurso de provas para o ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigiam.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA E CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

Disposições Gerais

O Exame Vestibular ao CPCD realiza-se todos os anos, com um número limitado de vagas, fixado em Edital, segundo a necessidade de pessoal diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

As condições para inscrição são as seguintes: a) ser brasileiro nato (artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal); b) contar, no mínimo, 20 anos e, no máximo, 32 anos; c) estar em dia com o serviço militar; d) possuir título de eleitor, em dia; e) ter bons antecedentes; e f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso superior, ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado o terceiro ano ou o sexto semestre de curso de graduação de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação; caso se trate de documento expedido por universidade estrangeira, é indispensável comprovar a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Divulgação do Vestibular

A divulgação do Vestibular é feita por funcionários da Carreira Diplomática, nas diversas Capitais onde funcionam os centros de inscrição: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Admissão

A admissão ao CPCD faz-se mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em diversas fases:

1.^a fase — Provas Vestibulares Iniciais: Português, Francês e Inglês. Realizam-se, concomitantemente, na sede do Instituto Rio Branco e nas Capitais dos Estados onde o IRBr mantém centros regionais de inscrição.

A prova de Português é eliminatória, exigindo-se a nota mínima de 60 pontos. Nas provas de Francês e de Inglês exige-se dos candidatos a nota mínima de 50 pontos numa delas. Será aprovado o candidato que perfizer o mínimo de 150 pontos nas três línguas.

As provas seguintes realizam-se todas na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília. Aos candidatos residentes em outras cidades, habilitados para a segunda fase, o IRBr provê transporte e hospedagem em Brasília até a última fase, ou, em caso de eliminação, até a data da divulgação do resultado da prova em que o candidato for eliminado. Nas provas eliminatórias é exigido o mínimo de 50 pontos em cada uma. São considerados aprovados os candidatos com média global, igual ou superior a 60 pontos no total das provas.

2.^a fase — Consiste nas seguintes provas orais: Questões Internacionais Contemporâneas (eliminatória), Português, Francês e Inglês (classificatórias).

3.^a fase — As provas vestibulares da 3.^a fase são escritas e eliminatórias: História do Brasil, História Mundial e Geografia do Brasil.

4.^a fase — As provas vestibulares da 4.^a fase são escritas e classificatórias: Geografia Geral, Noções Básicas de Direito, Noções Básicas de Economia. Os candidatos aprovados nesta fase são submetidos, ainda em Brasília, a exames de sanidade e capacidade física e psíquica a cargo de entidade oficial ou oficializada ou junta especializada, à escolha do Diretor do Instituto Rio Branco.

Os candidatos aprovados ficam habilitados à matrícula no 1.^o ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, segundo sua classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura das inscrições. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

Quanto ao Concurso de Provas para ingresso Direto na Carreira de Diplomata, a única exigência diferente das do Exame Vestibular é a de que o candidato tenha completado o curso universitário e não apenas três anos ou seis semestres.

Até o presente foram realizados Concursos de Provas em 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978, tendo sido aprovados 111 candidatos.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o Espanhol, o Francês e o Inglês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos principais do estudo dessas línguas são desenvolver a expressão oral dos que têm expressão apenas escrita, consolidar o conhecimento básico dos idiomas, procurando, dentro do possível, homogeneizar as turmas, e ensinar, principalmente no segundo ano, a utilização profissional das três línguas.

As línguas estrangeiras complementares (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo, etc.) têm objetivo didático mais modesto: dar ao aluno, que o desejar, conhecimento básico estrutural, que possa servir para posterior desenvolvimento.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico básico necessário para sua atividade profissional. Inclui matérias de Direito, Ciência Política, Economia, Estudos Brasileiros, Relações Internacionais e Relações Diplomáticas do Brasil, distribuídas várias cadeiras nos dois anos do curso. (*)

Seção Profissionalizante

Inclui cursos em forma de conferências e seminários diretamente relacionados às atividades diplomáticas, dando ao aluno conhecimento essencialmente prático da profissão que futuramente irá exercer.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do curso viagens de estudos em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do País, e cujo objetivo é inteirá-los dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao País nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a Carreira.

Os alunos fazem estágios profissionalizantes nos diversos Departamentos do Itamaraty, em três períodos distribuídos pelo ano letivo. Tais estágios são parte essencial do CPCD e se destinam a dar ao aluno oportunidade de contato direto com a realidade e a sistemática de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivados pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

(*) O plano de estudos do CPCD encontra-se na página 73.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio Branco, após nomeação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da Carreira de Diplomata.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata é concedida bolsa de estudo, cujo montante é fixado pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas, respectivamente, medalha de ouro (vermelha) e medalha de prata ao 1º e 2º colocados no CPCD, classificados de acordo com a média final obtida nos termos do Artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio Branco.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidas, respectivamente, medalhas de prata e de bronze.

O prêmio foi estendido aos candidatos aprovados em 1º e 2º lugares no Concurso de Provas para Ingresso Direto à Carreira de Diplomata, e, com efeito retroativo, também aos diplomatas ingressados por Concurso de Provas anteriores que obtiveram, no respectivo Concurso, aquelas classificações, de acordo com a Portaria nº 476, de 31.05.78.

Prêmio de Viagem

Para cada turma que conclui o CPCD, há prêmios de viagem, na proporção de pelo menos um premiado para cada 15 alunos ou fração. Para o prêmio, são consideradas as melhores médias para o conjunto dos dois anos de CPCD, excluídas as notas do Exame Vestibular.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

«A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.»

O CAD tem por objetivo treinar os Segundos Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A implantação de ambos os Cursos foi feita pelo Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e eles passaram a constituir exigência para progressão funcional cinco anos após a sua implantação.

O CAD é fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos Secretários nele matriculados recebem textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exame escrito, posteriormente, em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de pro-

vas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames, havendo, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, etc., propiciando atualização nos principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir assunto ou área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não há publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação é por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto nº 79.556 e pelas Portarias nºs 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso, as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, deu-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

QUADRO III
DIPLOMATAS APROVADOS NO CAD

1977	I CAD	11
1978	II CAD	7
1979	III CAD	12
1980	IV CAD	25
1981	V CAD	40
1982	VI CAD	41
1983	VII CAD	29
1984	VIII CAD	11
1984	IX CAD	6
1985	X CAD	8
1985	XI CAD	12
1986	XII CAD	6
1986	XIII CAD	7
1987	XIV CAD	4
1987	XV CAD	9
Total		228

QUADRO IV
DIPLOMATAS APROVADOS NO CAE

1977	I CAE	11
1978	II CAE	2
1979	III CAE	6
1980	IV CAE	11
1981	V CAE	19
1982	VI CAE (I)	14
1983	VI CAE (II)	11
1983	VII CAE	18
1984	VIII CAE	9
1984	IX CAE	8
1985	X CAE	8
1985	XI CAE	4
1986	XII CAE	5
1986	XIII CAE	5
1987	XIV CAE	4
1987	XV CAE	3
Total		138

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 1987

AULA INAUGURAL

A aula inaugural do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1987 foi pronunciada pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, no dia nove de março.

A seguir o texto da palestra:

«É, para mim, além de honra evidente, um grande prazer estar nesta Casa de reconhecida tradição na defesa dos interesses maiores do Brasil. Considerei o convite para que pronunciasse a Aula Inaugural dos Cursos do Instituto Rio Branco em 1987 uma homenagem ao Poder Legislativo, confirmação do constante diálogo entre a diplomacia brasileira e o Congresso Nacional, e augúrio de que seja ainda mais aberto e produtivo. Escolhi como tema para abordar diante dos jovens futuros diplomatas «Democracia e Diplomacia». Escolhi é maneira de dizer, pois a matéria se impôs a mim, imediatamente, tão logo recebi o honroso convite do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Roberto de Abreu Sodré. O Chanceler Abreu Sodré é meu antigo amigo e fomos colegas na centenária Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e seu talento político é testemunhado pela sua vitoriosa trajetória como Presidente da Assembléia Legislativa, Governador do Estado de São Paulo e agora Chefe da Diplomacia do Brasil.

Democracia e Diplomacia

Democracia porque venho, desde os primórdios de minha vida pública, dedicando o melhor de meus esforços à lida parlamentar, naquele Poder que, mais do que qualquer outro, signifi-

cou sempre, histórica e contemporaneamente, a expressão da soberania popular, elevada, pela adição da multiplicidade de vontades particulares, à vontade geral inscrita nas leis, e exercida no controle dos atos do Executivo. Diplomacia simplesmente porque é a nobre e difícil carreira que escolheram, e para a qual o curso que hoje iniciam dará formação dentro de padrões de excelência reconhecidos no Brasil e no mundo. Democracia e Diplomacia, sobretudo, porque abre-se com a Assembléia Nacional Constituinte a perspectiva auspiciosa de completarmos nosso aperfeiçoamento democrático, com essa Nova Carta que projetará compromissos progressistas sobre todas as nossas instituições, revigorando-as pela maior e mais direta participação popular em todos os segmentos da vida nacional.

O retorno ao poder civil trouxe já modificações mais do que óbvias no que tange à projeção de nossos interesses no mundo. Se antes nossa política externa era, sem dúvida, aberta e generosa, ecumênica e ética, defensora de uma maior democratização do sistema internacional — e aqui basta lembrar idéias do saudoso Embaixador Araújo Castro, crítico arguto do «congelamento do poder mundial» — e da construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional, faltava-lhe um fundamento popular, uma retaguarda democrática. Firmeza e segurança que uma diplomacia só pode haurir de país justo e livre. Autocracia, desrespeito aos direitos humanos, injustiça econômica e miséria social engendram uma diplomacia isolada e insegura, sempre pronta à defensiva, hesitante em criar e liderar, mesmo quando o momento ou a questão convidam a isso. Como disse em meu discurso de posse como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, «enganam-se os Governos que aspiram ao respeito internacional, se lhes falta o respeito de seu povo».

A política externa dos últimos dois decênios foi um exercício de virtuosismo técnico-profissional, no sentido de extrair o máximo de presença internacional, para a Nação, de um mínimo de recursos de legitimação. Adiantou-se, até, pelos princípios arrojados que defendia para a reforma das relações Norte-Sul, ao que se estava à época pregando e praticando dentro do País. Hoje, recuperou-se a coerência entre o Brasil interno e o Brasil externo, nosso discurso manteve a qualidade e ganhou em verdade. Basta ver como algumas posições brasileiras sobre os mais diversos temas da agenda internacional — fundamentalmente elaboradas ao longo dos anos 70 — obtêm agora enorme repercussão em todo o mundo. Na cena internacional, não é suficiente que se digam coisas novas, é preciso que haja uma escuta, uma atenção ao

que se vai dizer, e o Brasil voltou, claramente, a ser alvo de atenção política, e não mais apenas quanto às suas possibilidades econômicas.

Nesta hora, mais do que nunca, vemos ampliado o espectro de nossa participação em todas as linhas de frente diplomáticas. Consenso de Cartagena, Nova Rodada de Negociações Comerciais Multilaterais no GATT, Grupo de Apoio à Contadora, sem mencionar as Nações Unidas e seus diversos organismos, são fóruns em que está presente o denodado trabalho desta Casa.

A intensa e extensa participação da diplomacia brasileira nas diversas negociações internacionais, bilaterais ou multilaterais, que buscam reformar o mundo de hoje e projetar a sociedade internacional do terceiro milênio, não recebeu novo impulso apenas das transformações internas. Ajudou-a, também, que os ventos da Democracia houvessem soprado sobre a maior parte desta nossa América do Sul, esvaziando as temáticas confrontacionistas e reativando as do consenso e da integração.

As democracias, é verdade, podem ser tentadas pelos artifícios da demagogia, da criação de inimigos externos, do nacionalismo exarcebado e belicista. Mas há que concordar com Kant, quando diz que «a constituição republicana, além da limpidez de sua origem, pois é oriunda da fonte pura que é a noção de direito, apresenta ainda a perspectiva da consequência que desejamos, a saber, a paz perpétua». A razão, explica ele, é que nesse tipo de constituição o assentimento dos cidadãos é exigido para decidir se haverá ou não guerra, como serão eles mesmos os que suportarão todos os males da guerra (combater, subvencionar os gastos de guerra, reparar as devastações e encarregar-se do fardo de dívida), é claro que refletirão longamente antes de lançar-se a ela.

Ao regime democrático é mais natural a busca da solução pacífica das controvérsias, mera projeção de seu estilo consensual e legal de superação de litígios da área interna para o âmbito internacional. Ao regime autoritário é próprio, em regra geral, a desconfiança, a suspeita, sentimentos que geram a rivalidade e podem chegar ao conflito, simples extensão às relações com outros países de comportamentos reflexos que adquiriu no trato da situação interna. Não confiando em seu próprio povo, não teriam esses regimes como fiar-se em outros povos. Daí viverem superarmados, encoraçados, gerando, pela sua própria insegurança,

insegurança em outros Estados, alimentando nesse jogo de espelhos a espiral das corridas armamentistas, das quais o ápice aterrador é a competição nuclear.

Um exemplo histórico pode ser aqui ilustrativo. Foi da derrota dos regimes totalitários de Hitler e Mussolini, e em patamares temporais sucessivos, dos regimes autoritários dos coronéis gregos, de Salazar e de Franco, que a Europa Ocidental alçou-se para lograr os altos níveis de integração de que desfruta hoje. Nós, na América do Sul, nem necessitamos chegar ao extremo do derramamento de sangue para perceber a futilidade das políticas de poder e rivalidade, e vislumbrar os ganhos para todos os parceiros que adviriam da concentração de nossos limitados recursos em projetos de desenvolvimento e crescimento nos níveis nacional e regional.

Hoje, os ideais de integração tomam novo vigor, temperados pelo sentido do real e do possível. Exemplo claro é o atual processo de adensamento das relações econômicas entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Cabe aqui realçar o papel protagônico que tem assumido nesse campo o Presidente José Sarney, promovendo, através de sábia arquitetura diplomática, e inclusive do amiudar de seus contatos pessoais com os primeiros mandatários da Argentina e do Uruguai, uma aproximação eficaz no plano material, porque lastreada em uma afinidade política e humana. Com a Nova República, o Brasil libertou-se de qualquer timidez em subir à cena política latino-americana, e o nome de nosso Presidente é hoje conhecido e respeitado em todo o continente como o do líder de uma grande Nação democrática.

Este processo tripartite de integração comprova que nas democracias, fatalmente, o interesse do Estado pelo econômico — que expressa prioridade ao bem-estar material de indivíduos ou grupos — supera e inibe o tradicional interesse pelo poder e pelo prestígio, na medida em que a busca de um e de outro acarreta sempre o sacrifício do bem-estar geral em prol de megaprojetos, distanciados das necessidades sociais da população.

Não estou a dizer que um Estado — mormente quando detentor de território tão vasto e tão rico como o brasileiro — se deva descurar de sua defesa e segurança, vivendo em um mundo irrealista de cooperação sem divergências, e devotado à satisfação de todas as expectativas de consumo de seus cidadãos.

Há, apenas, que diferenciar as ameaças reais das imaginárias, e não fazer do acréscimo de poder um fim em si mesmo,

desvinculado de qualquer conjuntura precisa, estrategicamente determinada. Há, sobretudo, que jamais ceder à tentação de usar a ameaça externa possível como recurso de legitimação interna. Maior poder detém o Estado cujo povo tem nas instituições democráticas e na justiça social motivos para acatá-lo e defendê-lo. Como disse no discurso já citado, «quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência de seu poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional. A segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos. Nenhum país será suficientemente poderoso, se poderosa não for a coesão entre seus habitantes. Uma casa dividida não saberá opor-se com êxito ao assalto dos inimigos». E, completaria agora, a História nos mostra que os servos são maus soldados, os homens livres lutam até o fim para conservar a sua liberdade.

Alguns autores, todavia, apontam uma vantagem na maior flexibilidade tática que possuiriam as diplomacias dos países autoritários ou totalitários, liberadas de prestar quaisquer satisfações às suas opiniões públicas quando dão guinadas de 180 graus em suas políticas externas — um exemplo seria o Pacto Ribbentrop-Molotov —, mas há que lembrar que esta maleabilidade tática se paga, na verdade, com um enrijecimento estratégico, no mais longo prazo, pois a ideologia, que caracteriza tais regimes, não lhes permite sacrificar seus projetos às adaptações impostas pela razão e pela experiência.

Neste balanço, sem dúvida, a maior lentidão no terreno tático das democracias é defeito menor, se comparada à mais grave e mais prejudicial camisa-de-força ideológica dos regimes não-democráticos. O exercício do voto renova não só equipes dirigentes, como também idéias-força e prioridades que se mostrem inadequadas, no confronto com novas realidades.

Analisar as relações entre Democracia e diplomacia nos levará agora a considerar o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, o papel do Congresso no acompanhamento da política externa e na aprovação dos acordos internacionais. No momento em que estamos preparando a nova Carta Magna, impõe-se uma reflexão sobre qual deva ser a participação do Legislativo no campo das relações internacionais.

Política Externa e Parlamento

Cumprir revivificar o papel do Congresso nessa área, e a Assembleia Nacional Constituinte, podem estar seguros, não deixará de dar o devido realce a esta matéria.

Para que este papel congressional possa ser efetivo impõe-se ampla transparência na formulação e execução da política externa, através de contatos freqüentes, convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, exposições e palestras de diplomatas nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, inclusive com a realização de sessões restritas quando do tratamento de temas especialmente sensíveis.

Não me permitiria esquecer, entretanto, a parte atribuível ao próprio Parlamento para que essa evolução se efetive. É preciso que os parlamentares desenvolvam um interesse maior pelas questões internacionais, por mais candentes que sejam as questões internas. É preciso que, neste momento em que proliferam por todo o país centros de estudos de ciência política, inclusive de relações internacionais, haja maior entrosamento entre o mundo acadêmico e o parlamento, através da encomenda de estudos e pesquisas, da contratação de especialistas para o *staff* técnico do Congresso.

O parlamentar brasileiro, neste século, perdeu em sua maioria a intimidade com a cena mundial, que seus antecessores do Império, oriundos apenas de classes naturalmente cosmopolitas, ostentavam. Cabe hoje, com a crescente participação do Brasil nos assuntos mundiais, recuperá-la, não através de perigosa osmose entre elites de países dominados e dominantes, mas pela dedicação à análise e compreensão das estruturas de distribuição internacional do poder e da riqueza.

A competência constitucional exclusiva do Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, convenções e atos internacionais não será realizada em toda sua potencialidade se não tiver a lastreá-la uma real competência, no sentido de capacitação especializada, e um profundo comprometimento dos parlamentares com seu exercício.

Obtidos esses pré-requisitos — da parte do Executivo, verdadeira transparência e real vontade de diálogo, da parte do Legislativo, esforço de *aggiornamento* e maior interesse pelas questões internacionais — a diplomacia brasileira acrescenta às suas tradições de eficácia e à sua imagem de confiabilidade o peso da legitimidade democrática, que revigora a prática da diplomacia através da autoridade moral.

Se o processo de formulação de política externa se torna, eventualmente, mais lento nas democracias, ganha em transparência e solidez, enriquecido pela constante interação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Os Estados em que esse proces-

so é já tradicional podem talvez parecer oscilar em suas diretrizes diplomáticas conjunturais, conforme vão mudando os Chefes do Executivo e as maiorias parlamentares, mas a cada momento o País se apresenta unido e firme em uma decisão às vezes duramente conquistada, em processo dialético e conflitivo, mas univocamente suportada ao final do percurso. O negociador que tem atrás de si, além de seu Governo, o Congresso e a opinião pública, tem trunfos imbatíveis para o exercício de sua arte, o alcance de suas metas, e a construção de novas modalidades de relacionamento.

Temos já, no Brasil, certa experiência no apoio bipartidário ou multipartidário à política externa. Este fato não provém de um respeito reverencial ao papel do Executivo nesta área ou mesmo constrangimento em parecer divisionista. Ocorre que as tradições jurídico-filosóficas da diplomacia brasileira tornam natural um consenso em torno à política externa como um todo. Opções mais recentes, como a busca da integração com os vizinhos latino-americanos e vinculação mais intensa com os países africanos, são aplaudidas por todo o espectro político brasileiro porque refletem, não caprichos ideológicos de cúpulas ou facções dirigentes, mas escolhas seriamente enraizadas no interesse maior do País, que só tem a ganhar em possibilidade de paz e desenvolvimento com esta cooperação Sul-Sul incrementada.

Sabemos que o conceito de interesse nacional é injustamente suspeito para muitos analistas, pelo potencial de fraude aos interesses das grandes maiorias que encerra. Isso não é negar que existam e possam ser identificados interesses que reúnam consenso realmente amplo, real ou potencial, mormente na área de atuação externa de uma nação. Quando tais interesses são corretamente isolados, através de constante consulta aos diversos grupos sociais — e penso que esta tem sido a história da diplomacia brasileira — não há interesse partidário ou sectário que sobrepor a eles, para contabilizar ganhos eleitorais de curto prazo.

Esta Casa muito tem por que orgulhar-se desse apoio multipartidário. É a integração do Itamaraty à vida brasileira e seu diálogo permanente com o Parlamento, a Imprensa e o mundo acadêmico, que garantem que seu papel não se limite ao de negociar posições por outros formuladas, mas se estenda ao de debater com amplos setores da sociedade diversos pontos da agenda internacional do País, informando-se e informando, de modo a produzir quadros de transação que se situem nos estritos limites do interesse brasileiro.

Resumindo esta parte introdutória sobre Democracia e Diplomacia, política externa e Parlamento, direi que o retorno do Bra-

sil à Democracia potenciou o acervo riquíssimo de nossa diplomacia, onde avulta a contribuição inestimável do Barão do Rio Branco, que nos legou uma prática da boa convivência, que é ainda nosso grande orgulho e este território incontestado que é nosso desafio arar, semear e fazer cada vez mais próspero.

A Ordem Internacional

Este acervo inclui os princípios de igualdade jurídica entre os Estados; respeito à soberania; não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados; autodeterminação dos povos; e solução pacífica de controvérsias. Possuem todos estes preceitos uma característica comum, que é a de definirem relações conversíveis, de mão dupla: aquilo que um Estado se propõe a respeitar em relação à soberania dos outros Estados é aquilo mesmo que deseja que respeitem em relação à sua soberania.

Busca-se, assim, repetir na esfera internacional o que os filósofos políticos contratualistas indentificaram como constitutivo da vida social: a renúncia de cada um à propriedade alheia e ao uso de meios violentos para consegui-la, em troca da renúncia de todos os outros a desejar sua propriedade e a arrebatá-la. O desafio é que, se na área interna a população delega ao Estado e a seu braço judiciário competência para decidir o que é propriedade, o que é violência, o que é crime, no sistema internacional, deve haver a autoridade que arbitre, diga o direito e execute a sentença. Difícil tem sido, na ausência dessa autoridade central, conseguir que os Estados se comportem, todos e invariavelmente, conforme com os princípios jurídicos acima mencionados. O mínimo que se tem de reconhecer, por ser de justiça, é que o Brasil tem cumprido à risca sua parte neste «contrato social mundial», e tem lutado, nas Nações Unidas e em outros foros, pela adoção da solução pacífica e pela regra do direito na vida internacional.

Direito e paz, no nível internacional, são conceitos que guardam relação direta. Não há como não concordar com Lauterpacht quando diz: «A paz é antes de tudo um postulado legal. Juridicamente, ela é uma metáfora para o postulado da unidade do sistema legal. A lógica jurídica leva inevitavelmente à condenação, pela lei, da anarquia e da força privada». A lei, no entanto, tanto na área interna quanto na internacional, é mais seguramente um fator de ordem do que de justiça. Ela inibe a desordem e a violência, não necessariamente a injusta distribuição de riquezas e a sobrevivência de formas iníquas de relacionamento. Esta constatação nos faz deixar o âmbito jurídico-político-estratégico das re-

lações internacionais e passar ao reino das relações econômicas, a abandonar a alternativa entre guerra e paz, e entrarmos nas dicotomias entre países ricos e pobres, privilegiados e desfavorecidos pela atual ordem econômica mundial.

Como disse perante a Assembléia Nacional Constituinte, «não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se de brutal mais valia internacional, que nos é expropriada na transferência líquida de capitais». A esse tema urgente da dívida externa se devem adicionar dois outros capítulos maiores na pauta diplomática brasileira para este final de século e início do próximo; capacitação e independência científica e tecnológica; luta contra o protecionismo dos países industrializados. Este tripé — finanças, ciência e tecnologia, comércio exterior — é que devemos reforçar cada vez mais através de uma diplomacia ativa e corajosa, tal como já vem fazendo o Itamaraty em foros como o GATT, a UNCTAD, a OMPI e os Organismos Internacionais de Produtos de Base. O princípio básico é que, tal como o liberalismo clássico não resolve a questão da distribuição interna de renda, também no âmbito internacional as soluções de mercado não bastarão para resolver as grandes questões de realocação de recursos, que, tanto no setor interno quanto no internacional, só podem ter respostas políticas.

Assim como as sociedades nacionais em determinado momento de sua história se vêem obrigadas a parar e começar de novo — está aí o exemplo de nossa recém-iniciada Assembléia Nacional Constituinte —, também a sociedade internacional necessita refletir, discutir e reformar-se. Infelizmente, tal como na política interna é comum pensar-se que há que esperar a conflagração das revoluções para então sentar-se à mesa da reforma, também no nível mundial as nações têm esperado as hecatombes para proceder às reestruturações — basta recordar que a Sociedade das Nações nasceu da Primeira Guerra e as Nações Unidas, da Segunda. É expressivo o anátema de Hegel: «A violência é a parteira da história».

O erro de esperar a destruição e a catástrofe para querer a mudança não deve repetir-se. Devemos retomar a idéia de negociações globais sobre todos os temas cruciantes da agenda econômica internacional e proceder a uma tentativa de reforma mundial do sistema de produção, circulação e distribuição de riquezas. Este esforço de reforma é, sem dúvida, mais premente na

área econômica do que na área político-estratégica, onde o desrespeito às normas da Carta das Nações Unidas tem sido mais nocivo do que falhas nos próprios preceitos nela inscritos.

Aos que defendem regras puras de mercado, ou consideram que um exercício diplomático dessa natureza seria inócuo, porque os Estados não mais controlam a economia mundial, dominada pelas chamadas corporações multinacionais, lembraria apenas que essas mesmas corporações recorrem sem pejo a seus Estados-sede quando se trata de para elas obter concessões, facilidades e proteção.

O Papel do Diplomata Brasileiro

Tendo falado de democracia e diplomacia, política externa e Poder Legislativo, de alguns temas da agenda diplomática brasileira para o fim deste século e começo do próximo, penso que deveria finalizar refletindo sobre o papel que vocês, alunos do Rio Branco, irão desempenhar. O diplomata se situa na intercessão de dois universos: o nacional e o internacional. No caso brasileiro, o nacional é realmente um mundo próprio, complexo, riquíssimo, desafiante, que há que conhecer e entender, para melhor optar e então projetar seus valores e interesses, no segundo momento, no meio ambiente internacional. Mas o universo internacional também é riquíssimo, de difícil compreensão, em permanente mutação. Ao diplomata, incumbe a tarefa diuturna de estar atento ao mundo, à interpretação de seus mais suaves matizes, mormente em país tão comprometido — e legitimamente — consigo mesmo, com sua própria construção econômica, social e política. O Brasil é ainda um projeto tão fascinante, tão vivo, que tem impedido que nossas elites políticas e intelectuais se dediquem mais intensamente — salvo honrosas exceções — ao estudo da vida internacional.

Neste papel de ponto de contato entre dois mundos, diria que o diplomata brasileiro não deve sobretudo esquecer — e esta Casa já tem tradição nesta consciência — que representa, defende e promove os interesses de um país do Terceiro Mundo. Nossa vinculação ao Sistema Internacional, não é anódina, neutra, mero intercâmbio de bens, serviços, idéias, e influências. Moldá-la em um sentido que favoreça nosso crescimento econômico, nosso desenvolvimento, é obrigação maior do diplomata. Um país com a escala do Brasil, com sua população — como massa quantitativa e como vontade coletiva — com seus recursos naturais, é presa demasiado tentadora para forças nacionais e transnacionais que circulam e atuam no âmbito planetário. Ao mesmo tempo, com

todos esses trunfos, nosso País tem todo o direito a uma maior participação no comércio mundial, na repartição dos conhecimentos científicos e tecnológicos, na captação dos capitais de que necessita, nos setores para isso por nós soberanamente designados.

Ser um diplomata do Terceiro Mundo significa ter que forjar artesanalmente, a cada dia, seus próprios instrumentos de análise e compreensão das relações internacionais, tarefa a que o Instituto Rio Branco e seus professores se têm dedicado com afinco. Os conceitos vigentes na análise política do Sistema Internacional — poder, balança de poder, zona de influência — foram criados por e para as potências e superpotências, de outrora e de hoje. Da mesma forma, as receitas de desenvolvimento e felicidade que alguns nos querem dar apenas repetem fórmulas que enriquecem a alguns e empobrecem a muitos, países e indivíduos.

Recusar, portanto, conceitos de organização da vida internacional baseados apenas no poder, bem como propostas de estruturação da ordem econômica baseadas numa suposta igualdade entre parceiros que só podem levar à exploração, à espoliação, é dever do diplomata brasileiro. Aqui, caberia apontar o paradoxo aparente a que somos levados, face aos paradoxos de outros atores da vida internacional. As superpotências, e mesmo algumas potências querem que aceitemos a desigualdade de poder, por realismo político, e nos esqueçamos de qualquer resquício de idealismo jurídico, dando-lhes pleno aval por seu papel gestor da ordem mundial. Ao mesmo tempo, querem escamotear a berrante desigualdade econômica, pregando que abramos nossos mercados, a uma competição baseada na igualdade, como se todos iguais fôssemos.

Ao contrário, o Brasil, país que deve estar na vanguarda do Terceiro Mundo, quer que a igualdade jurídica, paulatinamente, se imponha às desigualdades evidentes de poder, na estruturação da vida internacional, e deseje, na ordem econômica, que as desigualdades econômicas sejam realisticamente consideradas, para que possam ser combatidas, e se evolua para um futuro de progressiva e tendencial igualdade.

O diplomata brasileiro, neste final de século XX, antevéspera do terceiro milênio, terá que ser universal em seus conhecimentos e nacional em sua visão e em sua prática; utópico em seus projetos e realista na avaliação dos meios como implementá-los.

Creio que posso, ao prestar homenagem a esta patriótica e corajosa profissão, repetir o que disse do homem público em meu discurso na Assembléia Nacional Constituinte; o diplomata também é «cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exi-

gem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas: a de servir à Nação em sua grandeza e projeção na eternidade». Cidadão de tempo inteiro, o diplomata é ainda cidadão brasileiro no mundo inteiro, levando a saudade de nossas coisas na retina que defronta a novidade de outras culturas.»

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA — 1987

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 9 de fevereiro a 9 de março, em Brasília, nos centros regionais de inscrição de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, e nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras no exterior.

As provas da primeira fase realizaram-se nas capitais acima relacionadas, nos dias 10, 11 e 12 de abril (Português, Francês e Inglês, respectivamente).

A Banca Examinadora foi formada pelos seguintes professores:

Português:

Secretário Gerson Machado Pires Filho
Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich
Professora Stella Maris Bortoni

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa
Professor Pierre Robert Laure

Inglês:

Professor Bruce Le Roy Leineinger
Secretário Sarkis Karmirian

MOVIMENTO

Inscritos	554
Compareceram	249
Aprovados	18

As provas de segunda fase realizaram-se em junho, de 22 a 25 (Exames Oraís de Português, Francês, Inglês e Questões Internacionais Contemporâneas). Foram aprovados 13 candidatos.

As provas de terceira fase realizaram-se em 30 de junho (História do Brasil), 03 de julho (História Mundial), 07 de julho (Geografia do Brasil). Foram aprovados 11 candidatos.

As provas da quarta fase realizaram-se em 10 de julho (Geografia Geral), 13 de julho (Noções Básicas de Direito), 14 de julho (Noções Básicas de Economia).

Professores:

2ª fase: (Provas orais) (*)

Questões Internacionais Contemporâneas:

Embaixador Bernardo Pericás Neto
Ministro Gelson Fonseca Júnior
Secretário Georges Lamazière

Português:

Secretário Gerson Machado Pires Filho
Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich
Professora Stella Maris Bortoni

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa
Professor Michel Tanguy
Professor Pierre Robert Laure

Inglês:

Secretário Sarkis Karmiriam
Professor Bruce Le Roy Leininger
Professora Edite Faial Jacques

3ª fase:

História do Brasil:

Professora Maria Therezinha Ferras Negrão de Mello

História Mundial:

Professor Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil:

Professora Marília Luiza Peluso de Oliveira

4ª fase:

Geografia Geral:

Professora Marília Luiza Peluso de Oliveira

Noções Básicas de Direito:

Professor Antonio Augusto Cançado Trindade

Noções Básicas de Economia:

Ministro Raphael Valentino Sobrinho

Conselheiro Cezar Augusto de Souza Lima Amaral

Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, realizados entre os dias 22 a 24 de julho e coordenados pelo Doutor Antonio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Itamaraty, estiveram a cargo do Hospital do Comando Naval de Brasília, para os exames físicos, do Centro de Diagnose e Microcirurgia ocular, para os exames oftalmológicos, do Serviço de Seleção da Marinha, para os exames psíquicos, e do Doutor Aldo Carrilho Neves, para os exames de otorrinolaringologia.

Foram os seguintes os aprovados, em ordem de classificação final:

- 1º Luciano Alchalel de Almeida Rego
- 2º Marcelo Otavio Dantas Loures da Costa
- 3º Victor Luiz do Prado
- 4º José Ricardo da Costa Aguiar Alves
- 5º Paulo Guapindaia Joppert
- 6º Marcio Fagundes do Nascimento
- 7º Lucia Rebouças Pires
- 8º Pompeu Andreucci Neto
- 9º Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
- 10º Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
- 11º Miguel Griesbach de Pereira Franco

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Luciano Alchalel de Almeida Rego (1º lugar, medalha de prata) e Marcelo Otavio Dantas Loures da Costa (2º lugar, medalha de bronze).

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS E PROGRAMAS

I — A prova escrita de Português constou das seguintes partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máxima de 600 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) resumo de um texto (valor: 40 pontos).

A prova procurou avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II — As provas escritas de Francês e Inglês constaram de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) versão de um texto (valor: 40 pontos).

III — A prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas teve por objetivo apurar o domínio do candidato sobre temas internacionais correntes, sua capacidade de abordar a atual problemática mundial, bem como as questões diplomáticas de interesse especial para o Brasil. Conhecimentos estes que pressupõem, da parte do candidato, o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de livros, revistas e jornais que dediquem atenção especial a tais assuntos.

Na prova de Questões Internacionais Contemporâneas, o candidato sorteou três temas internacionais correntes e escolheu um para exposição oral perante a Banca, durante 10 (dez) minutos. Antes, porém, foi-lhe concedido um intervalo de aproximadamente dez minutos para preparar sua exposição. Após a mesma, respondeu a perguntas feitas pelos examinadores.

IV — As provas orais de Português, Francês e Inglês foram realizadas simultaneamente, de acordo com tabela de chamada, fixada na Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas procuraram avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

Na prova de Português, o candidato sorteou três temas de cultura geral ou da atualidade nacional, e escolheu um para exposição oral perante a Banca, durante 10 (dez) minutos. Antes, porém, foi-lhe concedido um intervalo de aproximadamente dez minutos para preparar sua exposição. Após a mesma, teve de responder a perguntas feitas pelos examinadores.

V — Nas provas de Francês e Inglês, o candidato teve de ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato dispôs de cerca de quinze minu-

tos para preparar sua prova nos quais podia recorrer ao auxílio de um dicionário unilíngue posto à disposição pelo Instituto Rio Branco.

VI — As provas de conhecimento em matérias básicas eram compostas de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;
- b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VII — As provas tiveram a duração de quatro horas e meia.

PROGRAMAS

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte:

1. *A Independência e seus antecedentes*: a situação política européia e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a independência do Brasil.
2. *O Brasil Imperial — Política e Administração*: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. *O Brasil Imperial — Economia*: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. *O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura*: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. *O Brasil Imperial — Política Externa*: o reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. *O advento da República*: as crises do fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O Positivismo.

2ª parte:

7. *O Brasil Republicano — Política e Administração:*
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) — O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. *O Brasil Republicano — Economia:*
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) — A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) — A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.
9. *O Brasil Republicano — Sociedade e Cultura:* a população; a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas; a urbanização. A legislação trabalhista.
10. *O Brasil Republicano — Política Externa:*
 - a) *A Primeira República* (1889-1930) — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) — A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. *Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60.*
 - a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.
 - b) Os Governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os Atos Institucionais. A Ideologia da Segurança Nacional.
 - c) O processo de transição política.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte:

1. Transformação do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das grandes potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.

14. O mundo, de 1945 a nossos dias. As principais questões econômicas, políticas e militares, no quadro das relações internacionais.

3ª Parte:

15. Os movimentos de independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo, Roosevelt e o «New Deal». Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.
19. A América Latina após a Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Argentina, Chile e México.
20. As relações interamericanas desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos platinos no século XIX. Solidariedade continental, pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Theodor Roosevelt.

GEOGRAFIA DO BRASIL

1. Os domínios naturais sul-americanos e a posição geográfica do Brasil.
2. A dinâmica climática e os tipos regionais de climas no Brasil.
3. Distribuição espacial das províncias de vegetação: os quadros naturais e as formas de uso dos solos.
4. O Homem e a sociedade no domínio das caatingas.
5. Modificações recentes na organização do espaço e no uso do solo no Brasil Central.
6. A Amazônia: da economia de coleta aos grandes eixos viários e à diversificação da vida econômica.
7. Tendências de urbanização e desenvolvimento da industrialização no Brasil.

8. Infra-estrutura para o desenvolvimento: espaços agrícolas, potencialidades energéticas, rede de transportes.
9. Distribuição geográfica da população, estrutura etária e estrutura profissional.
10. Tendências de crescimento, áreas de influência e diferenciação de funções das áreas metropolitanas.

GEOGRAFIA GERAL

1. O espaço geográfico
 - 1.1. Natureza e sociedade.
 - 1.2. Impacto tecnológico e transformação do meio ambiente natural.
 - 1.3. Mundialização do espaço no período moderno.
 - 1.4. A formação de espaços centrais e periféricos.
2. Indústria e organização do espaço
 - 2.1. Concentração e desconcentração espacial das indústrias: problemas e alternativas.
 - 2.2. Pólos de desenvolvimento: a ideologia e a realidade.
 - 2.3. A indústria no mundo: Américas, Ásia, África, Oceania e Europa.
 - 2.4. A questão energética no mundo contemporâneo.
3. Agricultura e organização do espaço
 - 3.1. Relações entre agricultura, indústria e urbanização no período tecnológico.
 - 3.2. Propriedade da terra e relações de trabalho na agricultura.
 - 3.3. Agricultura e problemas ambientais.
 - 3.4. Diferenciações da prática da agricultura no mundo: Américas, Ásia, Europa e Oceania.
4. A população: distribuição, estrutura, mobilidade e crescimento.
5. Cidades e organização do espaço
 - 5.1. O processo de urbanização e suas interligações com a indústria: nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos.

- 5.2. Problemática espacial da urbanização no Terceiro Mundo: o crescimento urbano e o processo de metropolização.
- 5.3. Industrialização, terciarização e a formação das periferias urbanas.
6. Agricultura, cidades e indústrias e suas relações com os problemas de desenvolvimento e organização espacial nos países do Terceiro Mundo.

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO

1. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação. Fontes do Direito Objetivo.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
3. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de Direito Público e de Direito Privado.
4. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios Gerais do Direito.
5. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.
6. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
7. Organização nacional. Regime Republicano. Forma federativa do Estado e sistema presidencial de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.
8. Os três Poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
9. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa; procedimento ordinário e procedimentos especiais.
10. Fontes do Direito Internacional Público. Classificação. Manifestações do Direito Internacional contemporâneo.
11. Tratados internacionais: natureza jurídica, espécies, processo de elaboração, efeitos e extinção.

12. A condição dos Estados no Direito Internacional. Reconhecimento de Estado e governo. Sucessão de Estado.
13. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e Imunidades.
14. Responsabilidade internacional do Estado. Elementos essenciais. Implementação: requisitos para o exercício da proteção diplomática.
15. A regulamentação dos espaços no Direito Internacional: Direito do Mar; canais, estreitos e rios internacionais; espaço aéreo; espaço exterior.
16. Organizações Internacionais: personalidade jurídica, estrutura, delimitação de competências. Mecanismos internos de controle. Classificação dos atos das Organizações Internacionais.
17. A condição dos indivíduos no Direito Internacional. Direito de asilo.
18. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Métodos político-diplomáticos. Solução arbitral e judicial.
19. A Regulamentação do uso da força no Direito Internacional.
20. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional.

NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA

1. O objeto da Economia. A natureza do problema econômico. Os estágios da aquisição do conhecimento econômico. As funções da Teoria Econômica e seus instrumentos de análise.
2. O processo produtivo: produção e troca; bens e serviços; consumo, poupança e investimento.
3. Os fatores de produção. O trabalho; aspectos demográficos e econômicos. A terra e o capital. Tipos de bens de capital. O capital nacional.
4. O produto social e a renda social. Pagamentos do exterior à renda nacional; o balanço de pagamentos; empréstimos internacionais. O Estado e a renda nacional; as funções primárias do governo; a definição do consumo público; despesa social: consumo semipúblico e transferência; a dívida nacional e os juros; as empresas estatais. A renda nacional em termos reais-números índices. Custo de vida e índices de preço ao consumidor.

5. O sistema de contabilidade social: a abordagem contábil. Formas-padrão de contabilidade. Contabilidade setorial e o processo de consolidação.
6. Elementos da teoria dos preços: visão geral do sistema de preços. A procura. A oferta. O preço do equilíbrio. O sistema de preços como mecanismo decisório.
7. As reações do mercado: interdependências na demanda e na oferta. A elasticidade.
8. A estrutura do mercado; tipos de mercado e situações intermediárias. A estrutura da procura. A estrutura da oferta. A oferta em mercados competitivos. Custos variáveis. Análise marginal. A oferta em sistema monopolístico. Estrutura de mercado e eficiência econômica.
9. Os agregados econômicos e o setor real. A determinação do equilíbrio do fluxo econômico. Variações nos investimentos. O Governo e o nível de renda. A inflação. O multiplicador.
10. O setor monetário: a moeda — suas funções. O setor monetário e o setor rural. A preferência pela liquidez e a taxa de juros. A oferta monetária. Tipos de política monetária.
11. O setor externo: a determinação da taxa de câmbio. Vantagens absolutas e vantagens comparativas. Os termos de intercâmbio, o setor externo e o nível interno da renda.
12. Desenvolvimento econômico e crescimento econômico. A renda nacional real como medida do crescimento econômico. Acumulação de capital e progresso técnico. Flutuações no crescimento econômico. O problema da oferta de trabalho. O problema do desenvolvimento nos países menos desenvolvidos: a natureza do processo e os obstáculos. O planejamento econômico.
13. Igualdade e desigualdade econômica. Os efeitos da tributação direta. Taxas marginais de impostos. A tributação indireta.

II — História Econômica do Brasil

14. As perspectivas econômicas do Brasil em meados do século XIX: os condicionamentos externos e internos. O Brasil na divisão internacional do trabalho.

15. Capital cafeeiro e capital industrial: a dinâmica da acumulação entre 1886 e 1918. A expansão da cultura cafeeira no final do século XIX. A dinâmica da acumulação entre 1919 e 1932. O auge da economia de exportação (1919-1928).
16. O Brasil e a hegemonia britânica no mercado mundial de capitais. O Brasil e o início da ascendência americana no mercado mundial de capitais.
17. A crise de 1929 e os mecanismos de defesa. O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira. A propagação do desequilíbrio externo.
18. O crescimento da renda real durante a Segunda Guerra Mundial; a política agrícola, o comércio exterior e a produção industrial.
19. A aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no pós-guerra e o reajustamento do coeficiente de importações. O processo inflacionário entre 1948 e 1952.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR — 1987

PORTUGUÊS

A — Redação

Comente o texto abaixo:

«Nosso edifício, tanto externo como interno, está cheio de imperfeições; mas nada é inútil na natureza, nem mesmo a inutilidade. Nada existe no universo que não desempenhe papel oportuno. Nosso ser é formado de qualidades doentias: a ambição, a inveja, a vingança, a superstição, o desespero vivem em nós tão naturalmente que sua imagem se reflete também nos animais, inclusive a da crueldade, esse vício desnaturado (pois mesmo na compaixão sentimos intimamente não sei que agridoce volúpia de ver sofrerem nossos semelhantes; e as próprias crianças o sentem). E, se se arrancassem do homem as sementes dessas qualidades doentias, destruir-se-iam as condições fundamentais de sua vida. Assim como em toda administração existem ofícios abjetos necessários, os vícios têm seu lugar indispensável na nossa estrutura, tal qual os venenos que conservam a nossa saúde. Embora desculpáveis, tanto mais quanto necessários, deixemo-los entregues aos cidadãos mais vigorosos e ousados, que lhes sacrificam a honra e a consciência, assim como os antigos sacrificavam sua vida pela pátria; nós, mais fracos, desempenhamos os papéis mais fáceis e menos arriscados. O bem público exige que se traia, que se minta e se massacre, abdicuemos dessa incumbência em favor de outros mais obedientes e acomodaticios.»

Michel de Montaigne — *Ensaio*, livro III, capítulo 1. Tradução de Sérgio Milliet.

B — Resumo

Resumir o texto abaixo:

«Ao começar o século XVI, Portugal labutava na transição da idade média para a era moderna. Coexistiam em seu seio duas sociedades completas, com sua hierarquia, sua legislação e seus tribunais; mas a sociedade civil não professava mais a superioridade transcendente nem se sujeitava à dependência absoluta da Igreja, despida agora de muitas de suas históricas prerrogativas, obrigada a reduzir de suas pretensões.

O Estado reconhecia e acatava as leis da Igreja, executava as sentenças de seus tribunais, declarava-se incompetente em quaisquer litígios debatidos entre clérigos, só punia um eclesiástico se, depois de degradado, era-lhe entregue por seus superiores ordinários, respeitava o direito de asilo nos templos e mosteiros para os criminosos cujas penas eram de sangue, abstinha-se de cobrar impostos do clero.

A Igreja dominava soberana pelo batismo, tão necessário à vida civil como à salvação da alma; pelo casamento, que podia permitir, sustar ou anular com impedimento dirimente; pelos sacramentos, distribuídos através da existência inteira; pela excomunhão, que incapacitava para todos eles; pelo interdito, que separava comunidades inteiras da comunicação dos santos; pela morte, permitindo ou negando sufrágios, deixando que o cadáver descansasse em lugar sagrado junto aos irmãos ou apodrecesse nos monturos em companhia dos bichos; dominava pelo ensino, limitando e definindo as crenças, estremando o que se podia do que não era lícito aprender ou ensinar.

Contra ela, na esfera estreita ainda em que firmara sua competência, depois de lutas com o papado e com o clero indígena, o Estado empregava o *placet* para os documentos emanados do sólio pontifício, os juizes da Coroa para resguardar certos órgãos essenciais ao exercício normal da soberania plena, as leis de amortização para limitar as aquisições prediais, as temporalidades para abolir certas resistências. Em compensação, repartiria sua jurisdição com o outro poder em casos por isso chamados *mixti fori*, prestava o braço secular para executar, até com morte violenta, os condenados pelo juízo eclesiástico, duramente castigava certos atos só porque a Igreja os considerava pecaminosos; em suma, o mesmo que hoje os interesses econômicos ou fiscais, pesavam então inspirações religiosas e considerações eclesiásticas.

Apesar de tudo ocorriam freqüentes atritos entre a Igreja e o Estado, aquela disposta a abrir o menos possível mão de suas atribuições antigas, este conquistando ou assumindo sempre novas faculdades, para arcar com os problemas crescentes, legados onerosos do regime medieval, exigências inadiáveis de uma situação transformada pelo comércio fortalecido, pelas comunicações ameadas, pela indústria renascente, pela renovação intelectual, pela circulação metálica em luta contra a economia naturista, rasgando horizontes mundiais.

Como o papa, cabeça da sociedade religiosa, o rei tornara-se o sujeito jurídico da sociedade civil: na qualidade de senhor absoluto, seus poderes não admitiam fronteiras definíveis, invocados como um princípio de equidade superior, como remédio a casos excepcionais, graves e imprevistos. De outros poderes suscetíveis de definição, podia fazer uso mais ou menos completo, e aliená-los em parte.

Era direito real bater moeda, criar capitães na terra e no mar, fazer oficiais de justiça, do ínfimo ao pino da carreira, declarar guerra, chamando o povo às armas com os mantimentos necessários. Para seu serviço, el-rei tomava carros, bestas e navios de súditos; pertenciam-lhe as estradas e as vias públicas, os rios navegáveis, os direitos de passagens de rios, os portos de mar com as portagens neles pagas, as ilhas adjacentes ao Reino, as rendas das pescarias, das marinhas, do sal, as minas de ouro, prata e quaisquer outros metais, os bens sem dono, os dos malfetores de certos crimes. Nele se concentrava toda a faculdade legislativa: os votos das Cortes só valiam com o seu assenso e enquanto lhe aprazia, pois as disposições mais precisas podia dispensar, especificando-as; juizes e tribunais eram delegações do trono.

Abaixo do rei estava a nobreza, numerosa em famílias como nas distinções que separavam umas das outras, compreendendo desde os senhores donatários, com honras, coutos e jurisdição, e os grãos-mestres das ordens militares, cujo mestrado o rei houve por bem afinal assumir, até simples cavaleiros e escudeiros. Seu poderio fora grande; agora contentava-se com o monopólio dos cargos públicos, com o papel saliente nos tempos de guerra ou nos conselhos da Coroa, com a situação privilegiada nas questões penais, em que o título de nobre defendia dos tormentos ou acarretava diminuição de pena. A nobreza não era uma casta exclusiva; davam para ela várias portas, entre as quais a das letras.

Abaixo da nobreza acampava o povo, a grande massa da nação, sem direitos pessoais, apenas defendidos seus filhos por pessoas morais a que se acostavam, lavradores, mecânicos, mercadores; os de mor qualidade chamavam-se homens bons, e reuniam-se em câmaras municipais, órgãos de administração local, cuja importância, então e sempre somenos, nunca pesou decisivamente em lances momentosos, nem no Reino, nem aqui, apesar dos esforços de escritores nossos contemporâneos, iludidos pelas aparências fugazes ou cegados por idéias preconcebidas.

Abundavam pessoas morais a que o povo se podia filiar — corporações limitadas como as de moedeiros e bombardeiros, coletividades maiores como os cidadãos do Porto. Os privilégios inerentes a estes foram outorgados a várias cidades do Brasil, Maranhão, Bahia, Rio e São Paulo, pelo menos; pelo que encerram, dão bem a idéia de direitos regateados a quem tinha apenas para socorrer-se a mera qualidade de ser humano.

A estes felizes cidadãos do Porto concedeu Dom João II:

que não fossem metidos a tormentos por nenhuns malefícios que tivessem feito, cometido e cometessem e fizessem daí por diante, salvo nos feitos e daquelas qualidades e nos modos em que o devem ser e são os fidalgos do reino e senhores;

que não pudessem ser presos por nenhum crime, somente sobre suas menagens e assim como o são e devem ser os fidalgos;

que pudessem trazer e trouxessem por todos os seus reinos e senhorios quais e quantas armas lhes aprouvesse de noite e de dia, assim ofensivas como defensivas,

que não pousassem com eles nem lhes tomassem suas casas de moradas, adegas, nem cavalariças, nem suas bestas de sela, nem outra nenhuma coisa de seu contra suas vontades e lhes castassem e guardassem muito inteiramente suas casas, e houvessem com elas e fora delas todas as liberdades que antigamente haviam os infanções e ricos homens;

que os serviçais agrícolas só fossem à guerra com os patrões.

Abaixo do terceiro estado havia ainda os servos, escravos, etc., etc., cujo direito único cifrava-se em poderem, dadas circunstâncias favoráveis, passar à classe imediatamente superior, pois, conquanto rentes as separações, as classes nunca se transformaram em castas.

Os três braços do clero, da nobreza e do povo, convocados em ocasiões solenes e a intervalos arbitrários, constituíram as Cortes. Meramente consultivas, ou por igual deliberativas? Li-

quidem entre si este ponto os eruditos de além-mar; fora de dúvida só valeram enquanto os reis consideraram reinar como um ofício e precisaram de recursos pecuniários para os quais não eram suficientes os copiosos direitos reais.

A prosperidade e o povoamento do Brasil provaram fatais a esta venerável instituição. Por uma coincidência nada fortuita, reuniram-se as últimas Cortes em 1697, quando o ouro das Gerais começava a deslumbrar o mundo, e só reviveram com a revolução francesa, as guerras napoleônicas e a independência real do Brasil, depois de trasladada para aqui a sede da monarquia portuguesa.

Em 1527, a soma total dos fogos em todo o Reino andava por duzentos e oitenta mil quinhentos e vinte e oito; dando a cada um destes um número de quatro indivíduos, a população do Reino seria naquele ano de um milhão cento e vinte e dois mil cento e doze almas. Com este pessoal exíguo, que não bastava para enchê-lo, ia Portugal povoar o mundo. Como consegui-lo sem atirar-se à mestiçagem?

A agricultura estava atrasada no Reino; Damião de Góis, explicando em 1541 a opinião letrada da Europa a razão de seus atrasos em Portugal e Espanha, afirma ser a fertilidade espontânea do solo tamanha que a maior parte do ano os escravos e os homens pobres se podem sustentar lautamente de frutos silvestres, mel e ervas, o que os faz pouco propensos ao trabalho agrícola.

Alguns traços tomados ao livro de Costa Lobo mostrarão o caráter dominante do povo ao começar a era dos descobrimentos:

O português do século XV era fragueiro, abastêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caráter independente, não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela convenção; o seu falar era livre, não conhecia reboços nem eufemismos de linguagem. A têmpera era rija, o coração duro. As cominações penais não conheciam piedade. A morte expiava crimes tais como o furto do valor de um marco de prata. Ao falsificador de moeda infligia-se a morte pelo fogo; e o confisco de todos os bens.

Com a rudeza de costumes que assinala aqueles tempos, a segurança da própria pessoa, família e haveres, dependia em grande parte da força e energia individual; daí freqüentes homízios, agressões, feridos e mortes que habituavam à contemplação da violência e da dor, infligida ou recebida. O espetáculo de penar não repugnava, porque ninguém tinha em muita conta o padecimento físico. Cruzas que hoje denotariam a vileza de um

caráter perverso não tinham nesses tempos semelhante significação. O mal que elas causavam não se reputava demasia, todos estavam sujeitos a padecê-lo. Mas se a dor física ou moral alcançava molificar a rijeza da índole inacostumada à paciência e à reflexão ou se a paixão a inflamava, então o sentimento irrompia em clamores, prantos e contorções, semelhando os meneios da demência furiosa.

A dureza da tẽmpera correspondia extensamente um aspecto agreste, a força muscular era tida em grande apreço. Cercear com um revês de montante uma perna de boi por meia coxa ou decepar-lhe quase todo o pescoço eram feitos dignos de recordação histórica.»

João Capistrano de Abreu — *Capítulos da História Colonial.*

FRANCÊS

A — Rédaction

Le rôle de la diplomatie face au terrorisme international.

B — Thème

Traduisez en français le texte suivant:

«A essência do temperamento de Rui Barbosa foi a de um extraordinário advogado. Não foi um pensador, nem um grande escritor. Transformava todos os assuntos, de qualquer ordem que fossem, políticos, literários, filosóficos ou sociais, em causas e, no ataque ou na defesa, era sempre o advogado. E a sua grande causa, a questão a que serviu com a mais inflexível fidelidade, durante a vida inteira, em todas as contingências, através de todos os perigos, foi a da liberdade. E aí está a sua maior glória, a parte mais viva de sua ação. Pela liberdade, foi abolicionista, foi federalista com ou sem a monarquia, combateu a tirania de Floriano, advogou, na Haia, a igualdade dos estados, agitou a nação na campanha civilista, chamou a América ao seu posto de responsabilidade, durante a guerra, mostrando que, entre o direito e o crime, não há neutralidade possível. A força de Rui Barbosa está, assim, na fidelidade ao liberalismo, que foi a marca de toda a sua obra, no Governo provisório, na legislação que elaborou, principalmente na Constituição, que, se pode ser condenável na estrutura, por desconforme com a realidade, é um grande docu-

mento liberal, onde só a custo consentiu na introdução do estado de sítio, prevendo que se tornaria uma arma poderosa contra os direitos nela assegurados. E, em Rui Barbosa, esse amor à liberdade suscitou grandes entusiasmos e conquistou-lhe a dedicação da mocidade, até ao sacrifício.»

Grça Aranha — *Obra Completa.*

INGLÊS

A — Composition

«Ideological confrontation will not lead to war between nuclear states».

Discuss this statement by F.H.Hinsley,
Professor of The History of The International
Relations in the University of Cambridge.

B — Translation

Translate the following text into English:

«Certa tarde, um companheiro de pensão chega ao jantar com o convite: o aniversário do colega, com baile, chopes, etc., em casa de gente muito divertida. Divertidíssima mesmo. Logo que chegávamos, a dona da casa — senhora muito amável e simpática —, que nos esperava no corredor, pedia-nos o chapéu e a capa e levava-os para um quarto, onde os guardava à chave. Depois, quando teve a casa bem cheia, mostrou a chave para os convidados, dizendo: 'Olhem, vocês estão agora em meu poder. Só lhes darei os chapéus e as capas de manhã. Até lá é inútil pedir. E acho que ninguém tem coragem de sair sem chapéu e sem agasalho com esta garoa.' Era mês de maio e estava uma noite úmida, de frio intenso, terrível noite paulistana.

Os convidados a princípio acharam muita graça na imposição, mas com o correr das horas, ante a perspectiva de perder inteiramente a noite, muitos deles foram se aborrecendo. Os pedidos multiplicavam-se, sem que a dona da casa os atendesse. 'Vão dançar! Vão dançar!...' E o piano atacava outro foxtrote. Nunca vi tão furiosa disposição para fazer os outros divertirem-se! Não havia outro remédio senão dançar, porque poucos arriscavam-se a sair, assim desguarnecidos pela garoa ferina. O baile terminou às seis e meia, já de dia, com a presença de quase todos os convidados e visível espanto dos que passavam na rua, a caminho do

trabalho. Só então a dona da casa, depois de servir o café, entregou os chapéus. Será inútil dizer que nunca mais lá voltei e nem me esqueci dessa terrível contingência de divertir-se a gente à força.»

Brito Broca — *Memórias*, Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1968.

HISTÓRIA DO BRASIL

A — Dissertação

A Constituição de 1824 e a Constituição de 1891: Um enfoque histórico — comparativo com base na observação de conjunturas específicas.

B — Pequenas Dissertações

1. A guerra de 1914/18 e suas repercussões na industrialização brasileira.
2. O discurso da Segurança Nacional como matriz ideológica dos Governos Militares a partir de 64.
3. A tarifa Alves Branco (1844): Objetivos de sua implantação.

História Mundial

A — Dissertação

A formação dos Estados platinos no século XIX, Paraguai, Uruguai, Argentina.

B — Pequenas Dissertações

1. A atuação da Liga das Nações.
2. A evolução econômica dos Estados Unidos, do final da Guerra de Secessão a 1914.
3. A implantação da nova ordem interna no Japão após a Segunda Guerra Mundial.

Geografia do Brasil

A — Dissertação

Desenvolva a análise da tabela abaixo, no sentido de verificar os problemas espaciais intra-urbanos das metrópoles brasileiras. É possível extrapolar os problemas de São Paulo para outras cidades do País?

TABELA N° 1
DIFERENÇAS, POR ÁREAS DA CIDADE, ENTRE VÁRIOS
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS. SÃO PAULO, 1970

Indicadores	Zonas		
	Central	Intermediária	Periferia
Mortalidade Infantil (%)	62,42	75,88	118,88
Taxa Anual de Crescimento Populacional	0,35	4,44	11,24
% de Prédios com Esgoto	91,65	39,99	10,02
% de Domicílios com Renda Familiar Mensal Maior que 10,70 Salários Mínimos	24,52	8,48	2,72

Fontes: Sawyer, Diana O., 1980, 219.

B — Pequenas Dissertações

1. A organização espacial em «arquipélago» corresponde à atual fase do crescimento econômico brasileiro? Justifique sua resposta.
2. De que maneira a agricultura da Região Sul contribuiu para a redução do déficit em produtos alimentares no Brasil? Você julga que continuará contribuindo no futuro?
3. Dentre as diferenças mais evidentes entre a Região Norte e a Região Sudeste destaca-se o clima. Quais outras diferenças geográficas poderiam ser explicitadas para as desigualdades observadas entre as duas regiões?

GEOGRAFIA GERAL

A — Dissertação

Discuta a expansão das empresas transnacionais e a reorganização do espaço em escala mundial, após a década de 50 até nossos dias.

B — Pequenas Dissertações

1. O que se entende por «modernizações» (Santos, Milton, 1979, 25) e de que maneira reagem diferentemente a elas os vários espaços envolvidos?

2. A pobreza urbana nos países subdesenvolvidos pode ou não ser explicada como consequência de um acelerado crescimento das cidades? Justifique sua resposta.
3. Quais as influências positivas e negativas, ou ambas, ocorreriam para o desenvolvimento econômico acelerado de um país, caso sua população crescesse a um ritmo elevado e se distribuisse uniformemente pelo território?

NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA

A — Dissertação

Elabore um elenco sucinto das causas da rápida reconstrução e metamorfose econômica da Alemanha e do Japão no Segundo após-guerra. Analise, a seguir, de modo sintético, eventuais analogias e dessemelhanças entre o processo evolutivo econômico, daqueles países, no período sob exame, e a trajetória do desenvolvimento brasileiro, com objetivo de verificar a possibilidade de inferência de lições de reconstrução para o desenvolvimento sobretudo por força da identificação de causas gerais de «determinação» e de «inibição» do desenvolvimento econômico.

B — Pequenas Dissertações

1. Discuta sucintamente, à luz da Teoria Econômica e, se possível, da História Econômica, a proposição abaixo:

«A teoria do monopólio simples e discriminador ensina que, excetuando-se um caso limite, o preço de monopólio é mais alto e a produção de monopólio é menor do que a produção de concorrência ...»

Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Capítulo VIII (1942).

2. Em que consiste a função consumo, na teoria Keynesiana?
3. É legítimo sustentar que a inflação desempenhou no Brasil importante papel como fator de formação de capital? (Desenvolva a argumentação com base na Teoria Econômica, não deixando de fundamentá-la na História Econômica. Tendo em vista os limites da prova, a resposta poderá circunscrever-se com maior ênfase a um período selecionado, que seja relevante para uma observação significativa).

NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO

A — Dissertação

A proteção dos direitos do indivíduo no plano internacional.

B — Pequenas Dissertações

1. O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das Leis.
2. A Responsabilidade Internacional dos Estados e o Conceito de Denegação de Justiça.
3. Delimitação de Competências entre a Organização das Nações Unidas e os Estados Membros.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

Corpo docente:

Professores

Ana Maria Villela (Direito Internacional Privado)
Antonio Augusto Cançado Trindade (Direito Internacional Público II)
Clodoaldo Hugueney Filho (Técnica de Negociações)
Dad Abi Chahine Squarisi (Português para Estrangeiros)
Gerson Machado Pires Filho (História das Idéias Políticas)
João Almino de Souza Filho (História das Idéias Políticas)
Jorge Luiz Fontoura Nogueira (Direito Internacional Público I)
Luiz Fernando Freitas Ligiéro (Política Externa Brasileira Contemporânea)
Raphael Valentino Sobrinho (Economia)
Stella Maris Bortoni (Português — Expressão e Redação Profissional)

Professores Assistentes

Antonio Francisco da Costa e Silva Neto (História das Idéias Políticas e Política Externa Brasileira Contemporânea)
Caio Marcio Ranieri Colombo (Direito Internacional Público II)
Cezar Augusto de Souza Lima Amaral (Economia)

*Professores de Línguas Estrangeiras**Árabe*

Issa Antônio Bonduki

*Espanhol*Kori Yaane Bolivia Carrasco Costa
Encarnación Ponce Lopes de Pesquero*Francês*Jean-Paul Lefèvre
Pierre Robert Laure
Christian Defontaine
Jean François Cleaver*Inglês*James Crawford Ferguson
Patrick Kevin Redmond*Russo*

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

*Corpo docente:*Alessandro Warley Candeas
Alexandre Guido Lopes Parola
Breno de Souza Brasil Dias da Costa
George Torquato Firmeza
Humberto Benzaquem da Silva Gomes ⁽¹⁾
Ivanise de Melo Maciel
Leonardo Sotero Caio
Maria Dolores Penna de Almeida Cunha
Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio
Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva
Nedilson Ricardo Jorge
Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim
Paulo Roberto Soares Pacheco
Roberto Teixeira de Avellar
Roland Stille

(1) Cursando o CPCD em virtude do deferimento, pelo Ministro-Relator do Tribunal Federal de Recursos, de medida liminar requerida nos autos do Mandado de Segurança nº 103.803/DF e da segurança concedida pelo mesmo Tribunal ao julgar o referido mandado.

*Bolsistas Estrangeiros:*Alcindo Alberto Leite (Cabo Verde)
Arnaldo Delgado (Cabo Verde)
Augusto Alejandro Saá Corriere (Equador)
Elisa Pereira Afonso de Barros Correia (São Tomé e Príncipe)*2º ANO**Corpo docente:**Professores*Arthur Vivacqua Correa Meyer (Economia Brasileira)
Frederico Lustosa da Costa (Fundamentos de Administração)
Gelson Fonseca Júnior (Relações Internacionais)
Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão (Dissertação Final)
Heloisa Vilhena de Araujo (Português — Correspondência Oficial e Métodos de Informação)
José Francisco Rezek (Direito dos Tratados)
Ricardo Drumond de Mello (Relações Econômicas Internacionais)
Rubens Ricupero (História das Relações Diplomáticas do Brasil)*Professores Assistentes*Eduardo da Costa Farias (Economia Brasileira)
George Lamazière (Relações Internacionais)
Maria do Socorro Macedo Vieira de Carvalho (Fundamentos de Administração)
Sérgio França Danese (História das Relações Diplomáticas do Brasil)*Professores de Línguas Estrangeiras**Árabe*

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa

Francês

Pierre Robert Laure
Christian Defontaine
Michel Tanguy
Jean François Cleaver

Inglês

Sarah Burkitt Walker
David Coles
Patrick Kevin Redmond

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Japonês

Michio Yamaguchi

Corpo discente:

Antônio Carlos de Salles Menezes
Benedicto Fonseca Filho
Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
Fernando Luís Lemos Igreja
Flávio Soares Damico
Francisco Chaves do Nascimento Filho
Gilberto Gonçalves de Siqueira
Júlio César Fontes Laranjeira
Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz
Márcia Donner Abreu
Maria Cristina Pereira da Silva
Pedro Fernando Saraiva Etchebarne
Reinaldo José de Almeida Salgado
Renata Prata Saint-Clair Pimentel
Ricardo André Vieira Diniz
Ricardo José Lustosa Leal
Rodrigo de Lima Baena Soares
Ronaldo Costa Filho
Rubens Gama Dias Filho
Silvio José Albuquerque e Silva
Sônia Regina Guimarães Gomes

Bolsistas Estrangeiros

Carlos Antonio Moreno (Guiné-Bissau)
Carole Préval Ombagho (Haiti)

Marcel Mambana (Gabão)
Maritza Mata Morúa (Costa Rica)
Marlon Faisal Mohamed Hoesein (Suriname)
Natasha Eugenie Maria Halfhuid (Suriname)
Robby Dewnarain Ramlakhan (Suriname)
Roland François (Haiti)
Sergio Fernando Olmos Uriona (Bolívia)

Classificação Final da Turma de 1986-1987

- 1º Márcia Donner Abreu
- 2º Benedicto Fonseca Filho
- 3º Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz
- 4º Ricardo André Vieira Diniz
- 5º Flavio Soares Damico
- 6º Reinaldo José de Almeida Salgado
- 7º Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
- 8º Ronaldo Costa Filho
- 9º Rubens Gama Dias Filho
- 10º Pedro Fernando Saraiva Etchebarne
- 11º Ricardo José Lustosa Leal
- 12º Sônia Regina Guimarães Gomes
- 13º Renata Prata Saint-Clair Pimentel
- 14º Maria Cristina Pereira da Silva
- 15º Gilberto Gonçalves de Siqueira
- 16º Antonio Carlos de Salles Menezes
- 17º Silvio José Albuquerque e Silva
- 18º Fernando Luiz Lemos Igreja
- 19º Rodrigo de Lima Baena Soares
- 20º Julio Cesar Fontes Laranjeira
- 21º Francisco Chaves do Nascimento Filho

Prêmios:

- Marcia Donner Abreu — 1ª colocada no CPCD, Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro.
- 1ª colocada no Exame Vestibular ao CPCD, Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata.
 - Prêmio Viagem, Primeira colocada no CPCD.
- Benedicto Fonseca Filho — 2º colocado no CPCD, Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata.
- 2º colocado no Exame Vestibular ao CPCD, Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze.

- Prêmio Viagem. Segundo colocado no CPCD.

Manoel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz — Prêmio Viagem, terceiro colocado no CPCD.

ATIVIDADES CURRICULARES E EXTRACURRICULARES

Viagens de Estudo

Com o objetivo de colocar os alunos do CPCD a par da realidade brasileira, o Instituto Rio Branco organiza, anualmente, duas viagens de estudos pelo Brasil, uma pelo Sul e Sudeste, outra pelo Norte e Nordeste.

A viagem pelo Sul e Sudeste, com duração de três semanas, realizada em fevereiro, levou os alunos do 2º ano a conhecerem a Academia da Força Aérea Brasileira; a Usina Hidroelétrica de Itaipu; o Consulado-Geral do Brasil em Porto Strossner; a Cooperativa Agrícola COTRIJUI; as ruínas das Missões Jesuítas de São Miguel; a Companhia Petroquímica do Sul — COPELU; o Museu de Arte de São Paulo; a Universidade de S. Paulo; o Centro Tecnológico Aeroespacial; as indústrias ENGESA, AVIBRAS e EMBRAER; a Fundação Oswaldo Cruz; uma plataforma de exploração de petróleo da PETROBRAS na Bacia de Campos; o Terminal Marítimo e a Siderúrgica de Tubarão; as instalações da FIAT — Automóveis e as cidades de Mariana e Ouro Preto.

Na viagem de estudos ao Norte e Nordeste, também com três semanas de duração, os alunos tiveram a oportunidade de visitar o Governador do Estado do Amazonas; a Superintendência da Zona Franca de Manaus; o Instituto de Pesquisas da Amazônia; o Centro de Instruções de Guerra na Selva e o Comando Militar da Amazônia; o Projeto Jari; o Governador do Estado do Pará; a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia; a EMBRAPA; a 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; o Centro de Instrução Almirante Braz Aguiar, da Marinha Mercante; o Museu Emílio Goeldi; o Projeto Carajás; a Usina Hidroelétrica de Tucuruí; o Governador do Estado do Rio Grande do Norte; a Base de lançamentos de foguetes da Aeronáutica — Barreira do Inferno; o Governador do Território de Fernando de Noronha; o Governador do Estado de Pernambuco; a Fundação Joaquim Nabuco; a cidade de Olinda; a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste; o Governador do Estado da Bahia e a cidade de Salvador.

O transporte aéreo durante as duas viagens de estudos foi feito pela Força Aérea Brasileira e o trajeto entre Manaus e Belém foi realizado em navios da Patrulha Fluvial da Marinha Brasileira.

Conferências, palestras, mesas-redondas

Ainda no âmbito das atividades curriculares, foram pronunciadas as seguintes palestras para os alunos do 1º e 2º Anos:

Conferencista	Tema
Min. Cláudio Sotero Caio	«A Promoção Comercial» «A Divisão de Programa de Promoção Comercial» (DPG)
Luiz Augusto de Castro Neves	«Gênese da Questão do Endividamento Externo do Brasil — Evolução do Sistema Financeiro Internacional no Pós-Guerra»
Min. Jório Salgado Gama Filho	«A Divisão de Operações Comerciais»
Cons. Júlio Cezar Zelner Gonçalves	«Privilégios e Imunidades Diplomáticas»
Cons. Dinah Flusser	«A Índia e a China»
Sec. Francisco Campos de Oliveira Pena	«A Informação Comercial»
Min. Sérgio Barcellos Telles	«A Divisão de Feiras e Turismo»
Emb. Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	«A Codificação do Direito Internacional»
Emb. Luiz Villarinho Pedroso	«O Departamento de Promoção Comercial»
Dr. Francisco Fernando Schlabit	«Noções de Informática»
Min. Luiz Augusto de Castro Neves	«Evolução Recente e Modelos do Endividamento Externo Brasileiro: Industrialização e Substituição de Importações»

Conferencista	Tema
Prof. Renato Baumann	«Visão Geral do Comércio Exterior do Brasil» «Comércio Exterior de Serviços do Brasil»
Cons. Alfredo Carlos de O. Tavares Prof. Osny Câmara Fagundes	«A Segurança das Informações, das Comunicações e da Documentação no MRE» (para alunos brasileiros)
Min. Heloísa Vilhena de Araújo	«Correspondência Diplomática» (para alunos estrangeiros)
Sec. Antônio Gomes Pereira	«Noções de Protocolo»
Cons. Maria Elisa de Bittencourt Beringuer	«Visitas Oficiais»
Cons. Roberto Gasparly Torres	«Orçamento e Administração Financeira»
Cons. Mário Saade	«Orçamento e Administração Financeira»
Sec. Everton Vieira Vargas	«Cooperação Científica e Tecnológica»
Sec. Ricardo Alonso Bastos	«Cooperação Científica e Tecnológica»
Emb. José Olympio Rache de Almeida	«Relações Culturais»
Doutor Peter Könz (Representante residente no PNUD)	«Cooperação Científica e Tecnológica»
Emb. Renato Prado Guimarães	«O relacionamento MRE/imprensa no Brasil. A SEI. Os jornalistas credenciados».
Emb. Bernardo Pericás Neto	«A política externa brasileira na imprensa nacional. O Brasil na imprensa internacional».
Min. Ruy Nunes Pinto Nogueira	«O relacionamento MRE/imprensa no exterior. O setor de imprensa de uma Missão Diplomática brasileira».

Conferencista	Tema
Senhor Otávio Bonfim	«O relacionamento MRE/imprensa. Visão de um jornalista credenciado»
No âmbito das conferências extracurriculares, foram os seguintes os expositores:	
Conferencista	Tema
Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg	«A União Soviética sob Gorbachev»
Professor Giuseppe Schiavone	«COMECON. Desenvolvimento e Perspectivas»
Embaixador José Guilherme Merquior	«Liberalismos em Perspectiva Histórica»
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima — Secretário-Geral das Relações Exteriores	«As Grandes Linhas e as Prioridades da Política Externa Brasileira»
Embaixador Sérgio Paulo Rouanet	«As Razões do Iluminismo»
Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia	«Reformulação do Sistema Brasileiro de Cooperação Técnica — Papel do Itamaraty»
Professor Vicente Marotta Rangel	«A Controvérsia entre a Nicarágua e os Estados Unidos da América e a Sentença da Corte Internacional de Justiça de junho/1986»
Embaixador Hector Subiza Embaixador Francisco Thompson Flores Neto	«As Relações Brasil-Argentina»
Contra-Almirante Paulo Cezar de Aguiar Adrião Ministro Mauro Mendes de Azevedo Professor Antônio Carlos Rocha Campos	«O Brasil e a Antártida»
Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	«A Proteção do Meio Ambiente no Âmbito das Relações Internacionais»

Conferencista	Tema
Professora Susan Strange (da London School of Economics and Political Science)	«Empresas Multinacionais»
Professor Alexandre de Souza Barros	«Os Militares e o Estado no Brasil»
Sr. Roberto Lavagna (ex-Ministro da Indústria e do Comércio Exterior Argentino)	«A Economia argentina e a integração com o Brasil»
Embaixador Francisco Romão de Oliveira e Silva	«Aspectos da situação atual de Angola»
Professor Walder Tavares de Góes	«A Situação Política Nacional e suas perspectivas de curto e médio prazo»
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima — Secretário-Geral das Relações Exteriores	«Alguns aspectos da administração do Itamaraty e da política externa brasileira»
Professor Luciano Martins	«A Expansão do Estado no Brasil»

PLANO DE ESTUDOS — 1987

	1º ANO	2º ANO
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	ESPAÑHOL (1º, 2º) FRANCÊS (1º, 2º) INGLÊS (1º, 2º) PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS (1º, 2º)	ESPAÑHOL (1º, 2º) FRANCÊS (1º, 2º) INGLÊS (1º, 2º) PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS (1º, 2º)
DISCIPLINAS ACADÊMICAS	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (2º) HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS (1º, 2º) ECONOMIA (1º, 2º) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I (1º) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II (1º) DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO (1º)	FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO (2º) HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL (1º) RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1º, 2º) ECONOMIA INTERNACIONAL (2º) RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS (2º) DIREITO DOS TRATADOS (1º) ECONOMIA BRASILEIRA (1º)
MATERIAS PROFISSIONALIZANTES	PORTUGUÊS: EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL (1º, 2º) TÉCNICA DE NEGOCIAÇÕES (2º)	PORTUGUÊS: CORRESPONDÊNCIA OFICIAL E MÉTODOS DE INFORMAÇÕES (1º) PROMOÇÃO COMERCIAL (2º) NOÇÕES DE INFORMÁTICA (2º) CERIMONIAL E PROTOCOLO (2º) SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES DAS COMUNICAÇÕES (2º) ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (2º) COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (2º) RELAÇÕES CULTURAIS (2º) RELAÇÕES COM A IMPRENSA (2º) DISSERTAÇÃO FINAL (2º)
ATIVIDADES EXTRA- CURRICULARES	CURSOS DE REFORÇO (FRANCÊS, INGLÊS E ESPAÑHOL) LÍNGUAS OPCIONAIS (ALEMÃO, ÁRABE, ITALIANO, JAPONÊS, RUSSO)	3 ESTÁGIOS (80 HORAS CADA UM) 2 VIAGENS DE ESTUDOS: SUL/SUDESTE (FEVEREIRO) NORTE E NORDESTE (NOV./DEZ.) LÍNGUAS OPCIONAIS (ALEMÃO, ÁRABE, ITALIANO, JAPONÊS, RUSSO)

Obs.: Os parênteses indicam os semestres durante os quais as matérias foram lecionadas.

PROGRAMAS — 1º ANO CPCD e 2º CPCD

1º ANO

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO (1º ano, 1º semestre)

Professora: Dra. Anna Maria Villela

- 1ª Unidade: Os estudos comparativos e a noção de sistemas jurídicos.
- 2ª unidade: Os principais sistemas jurídicos do mundo contemporâneo.
- 3ª unidade: A formação histórica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.
- 4ª unidade: A expansão geográfica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.
- 5ª unidade: A diversidade jurídica e os chamados conflitos de leis no espaço.
- 6ª unidade: O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais ou interjurisdicionais.
- 7ª unidade: As fontes internas e internacionais do Direito Internacional Privado.
- 8ª unidade: O método do Direito Internacional Privado: a indicação dos elementos de conexão.
- 9ª unidade: Casos de não aplicação do direito indicado pelos elementos de conexão.
- 10ª unidade: A contestação do método do Direito Internacional Privado e o desenvolvimento de um novo Direito dos Negócios Internacionais.

- 11ª unidade: Domínios de aplicação do Direito Uniforme.
- 12ª unidade: Tentativas de harmonização dos direitos nacionais.
- 13ª unidade: A competência internacional dos tribunais brasileiros.
- 14ª unidade: A homologação das sentenças estrangeiras no Brasil.
- 15ª unidade: O estatuto jurídico dos estrangeiros no Brasil.

Direito Internacional Público I (1º ano, 1º semestre)

Professor: Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira

1ª Unidade: Noções introdutórias ao estudo do Direito Internacional Público

- a) Conceito e definições atuais e antigas;
- b) O uso da expressão «Direito Internacional» e a sua terminologia;
- c) Realidade e fundamentos de sua existência;
- d) A evolução histórica do Direito Internacional Público;
- e) Fontes;
- f) O problema do primado do Direito externo sobre o Direito Interno;
- g) Relação com os demais ramos do Direito Interno, Direito Internacional Público e Direito Constitucional.

2ª Unidade: As pessoas de Direito Internacional Público

- a) Origem, características e estrutura da sociedade internacional;
- b) A personalidade internacional;
- c) Os Estados;
- d) Os organismos internacionais;
- e) O indivíduo.

3ª Unidade: Os Estados no Direito Internacional Público

- a) Nascimento e reconhecimento;
- b) Classificação;

- c) Transformações e extinção;
- d) Sucessão;
- e) Direitos dos Estados;
- f) Restrições aos direitos dos Estados;
- g) Deveres dos Estados.

4ª Unidade: Relações pacíficas entre os Estados

- a) Os órgãos das relações entre os Estados;
- b) Os Chefes de Estado e os Ministros das Relações Exteriores;
- c) Os agentes diplomáticos;
- d) Os funcionários consulares;
- e) A imunidade de jurisdição local.

5ª Unidade: Domínio do Estado

- a) O Domínio Terrestre;
- b) O Domínio Marítimo;
- c) O Domínio Aéreo.

6ª Unidade: O Mar em Direito Internacional Público

- a) O Mar Territorial;
- b) A Plataforma Continental;
- c) A Zona Contígua;
- d) O Alto Mar;
- e) As concepções atuais de Zona de Pesca e Conservação dos Recursos Naturais e do Mar Patrimonial;
- f) O fundo do Mar.

7ª Unidade: A cooperação internacional entre os Estados

- a) Em sentido lato;
- b) No terreno específico da repressão aos delitos;
- c) Expulsão, deportação e extradição de estrangeiros;
- d) Princípios que regem a extradição no mundo contemporâneo;
- e) O sistema brasileiro de extradição;
- f) Extradição e Direito de Asilo.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II (1º ano, 2º semestre)

Professores: Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade
Sec. Caio Márcio Raniere Colombo

Unidade I: Reavaliação das Fontes do Direito Internacional Público Contemporâneo.

- I — O Costume Internacional e a Sistematização da Prática dos Estados.
- II — Os Tratados Internacionais.
- III — Os Princípios Gerais do Direito.
- IV — Valor da Jurisprudência Internacional (decisões judiciais e arbitrais).
- V — Valor da Doutrina.
- VI — O Elemento de Equidade.
- VII — A Questão dos Atos Jurídicos Unilaterais.
- VIII — A Questão das Resoluções das Organizações Internacionais.
- IX — Reavaliação da Enumeração das Fontes no Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça e Relação das Distintas Categorias entre si.

Unidade II: Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno.

- I — Reavaliação das Teses Monista e Dualista.
- II — Relação entre as Obrigações dos Estados e o Direito Interno.
- III — Interação entre o Direito Internacional e o Direito Interno.
- IV — O Direito Internacional através da Prática dos Estados.
- V — Direito Internacional e Direito Interno em relação às Fontes do Direito Internacional.

Unidade III: Responsabilidade Internacional dos Estados: Fundamentos.

- I — Noção de Responsabilidade Internacional.
- II — Origem da Responsabilidade Internacional dos Estados.
- III — Elementos Essenciais da Responsabilidade.

- 1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.
- 2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.
- 3. Dano resultante do ato ou omissão internacional ilícito.
- IV — A Determinação do Surgimento da Responsabilidade Internacional (no tempo).
- V — Configuração da Responsabilidade Internacional do Estado.
 - 1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos e judiciários).
 - 2. Por atos de particulares.
- VI — A Reparação de Danos.
 - 1. Jurisprudência internacional.
 - 2. Natureza e extensão.
 - 3. Formas de reparação.

Unidade IV: Responsabilidade Internacional dos Estados: Implementação; Novos Desenvolvimentos.

- I — Implementação da Responsabilidade Internacional, ou Exercício da Proteção Diplomática: Condições.
 - 1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de Direito Interno.
 - 2. A regra da nacionalidade das reclamações.
 - 3. O requisito de «clean hands».
 - 4. A cláusula Calvo de renúncia prévia ao exercício da proteção diplomática.
 - 5. A noção de denegação de Justiça.
 - a) Teoria e prática européias.
 - b) Teoria e prática latino-americanas.
- II — Responsabilidade Internacional dos Estados pelas Consequências Danosas de Atos Não Proibidos pelo Direito Internacional.
 - 1. O novo contexto da responsabilidade.
 - 2. Primeiros e recentes esforços de sistematização.
- III — Os Princípios da Responsabilidade Internacional e as Organizações Internacionais.

Unidade V: A Condição dos Particulares no Direito Internacional Público.

- I — Condição dos Particulares no Direito Internacional Consuetudinário.
- II — Capacidade Processual dos Particulares no Plano Internacional.
- III — Experimentos Internacionais outorgando Status Processual aos Particulares.
 - 1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.
 - 2. No período de entreguerras.
 - 3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial.
 - a) No plano global.
 - b) No âmbito regional.
- IV — Uma Situação Específica: a Condição dos Funcionários de Organizações Internacionais.

Unidade VI: Organizações Internacionais: Personalidade e Interpretação de Poderes.

- I — Enfoques Distintos da Matéria; Projetos de Sistematização pelas próprias Organizações Internacionais.
- II — Criação e Evolução Histórica das Organizações Internacionais.
 - 1. Antecedentes históricos (Concerto da Europa; Sistema de Haia; Uniões Públicas Internacionais).
 - 2. A Liga das Nações (e seus órgãos).
 - 3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e as Agências Especializadas.
 - 4. As Organizações Regionais.
 - a) Políticas.
 - b) De integração e cooperação econômicas.
 - c) De defesa coletiva.
- III — Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais.
 - 1. O debate acadêmico.
 - 2. A jurisprudência internacional.
- IV — Interpretação dos Poderes atribuídos às Organizações Internacionais.

- 1. Métodos de interpretação.
- 2. A jurisprudência internacional.

- V — Especificidade do Direito Interno ou Próprio das Organizações Internacionais (relação interna entre os órgãos da organização).

Unidade VII: Organizações Internacionais: Estrutura e Delimitação de Competências.

- I — Estrutura e Funcionamento das Organizações Internacionais.
 - 1. Composição: admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes.
 - 2. Privilégios e imunidades.
 - 3. Orçamento e finanças.
- II — Mecanismos Internos de Controle nas Organizações Internacionais.
 - 1. Relatórios periódicos.
 - 2. Procedimentos para interpretação de acordos internacionais.
 - 3. Reclamações: modalidades; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais.
- III — Processo Decisório das Organizações Internacionais.
 - 1. A regra da unanimidade.
 - 2. As maiorias simples e especial.
 - 3. O veto.
 - 4. O voto proporcional.
 - 5. A técnica do consenso e suas aplicações.
- IV — Capacidade das Organizações Internacionais de concluir Acordos.
 - 1. «Treaty-making power» explícito e implícito.
 - 2. Relação entre a personalidade internacional e o «treaty-making power».
 - 3. Extensão funcional do «treaty-making power».
- V — Delimitação de Competências, nas Relações entre Organizações Internacionais e Estados-Membros.
 - 1. As jurisdições internacionais.
 - 2. O domínio reservado dos Estados.

- a) Na prática dos órgãos políticos das organizações internacionais.
- b) Na prática dos órgãos judiciais das organizações internacionais.

VI — Atos das Organizações Internacionais.

- 1. Natureza jurídica.
- 2. Conteúdo e classificação das resoluções.
- 3. Efeitos das resoluções.
- 4. Observações quanto às relações entre organizações internacionais e Estados não-membros.

Unidade VIII: Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais.

- I — O Problema Básico da Jurisdição Compulsória.
- II — A questão da Eficácia dos Meios de Solução Pacífica.
- III — Interação ou Complementariedade dos Meios de Solução Pacífica.
- IV — Observações quanto à Distinção entre Conflitos «Políticos» e «Jurídicos».
- V — Meios Políticos de Solução Pacífica.
 - 1. Negociação Direta.
 - 2. Sistema consultivo: congressos e conferências.
 - 3. Conciliação.
 - 4. Investigação; «fact-finding» e comissões de inquérito.
 - 5. Bons Ofícios.
 - 6. Mediação.
- VI — A Solução Arbitral.
 - 1. Origem e evolução histórica.
 - 2. O processo arbitral.
 - 3. Sentença arbitral: natureza jurídica, efeitos, nulidade; avaliação.
- VII — A Solução judicial.
 - 1. Evolução histórica.
 - 2. Estrutura e funcionamento da Corte Internacional (Corte Permanente de Justiça Internacional e Corte Internacional de Justiça).
 - a) Problemas de competência.

- b) Processo: iniciação, fases escrita e oral; demais questões processuais.
- c) Julgamentos: natureza jurídica, efeitos, implementação.
- d) Pareceres.

- 3. Visão panorâmica da jurisprudência da Corte Internacional (CPJI e CIJ); avaliação.

VIII — Perspectivas da Solução Pacífica: Os Trabalhos Correntes do Comitê Especial da Carta das Nações Unidas e do Fortalecimento do Papel da Organização.

Unidade IX: Regulamentação do Uso da Força no Plano Internacional.

- I — Evolução Histórica (Congresso de Viena; Conferência de Paz de Versalhes; Pacto Briand-Kellogg; Conferência de San Francisco).
- II — Empregos da Força Excepcionalmente Permitidos pela Carta e Prática da Organização das Nações Unidas.
 - 1. Cláusulas relativas aos antigos Estados inimigos.
 - 2. Legítima defesa.
 - 3. Aplicação do direito de autodeterminação dos povos.
 - 4. Medidas coercitivas recomendadas pelos órgãos competentes.
- III — O Estatuto Internacional de Agressão (Definição da ONU de 1974).
 - 1. «Travaux préparatoires».
 - 2. Conteúdo da Definição.
 - 3. Implicações.
- IV — Referência à Doutrina Drago e outras Manifestações relativas ao Princípio do Dever de Não-Intervenção.
- V — A renúncia ao Uso da Força nas Relações Internacionais.
 - 1. Os trabalhos correntes do Comitê Especial da ONU sobre o Fortalecimento da Eficácia do Princípio do Não-Uso da Força nas Relações Internacionais.
 - 2. O Projeto corrente da ONU de Tratado Mundial sobre o Não-Uso da Força nas Relações Internacionais.

Unidade X: Codificação e Desenvolvimento Progressivo do Direito Internacional Público.

- I — Os Primeiros Esforços de Codificação, até a Conferência de Haia de 1930.
 - 1. Temas tratados.
 - 2. Resultados.
- II — A Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.
- III — A Obra da Comissão Jurídica Interamericana da OEA.
- IV — A Obra de Associações Científicas.
 - 1. Institut de Droit International.
 - 2. International Law Association.
- V — Demais Esforços de Sistematização do Direito Internacional.
 - 1. Repertórios nacionais da prática dos Estados.
 - 2. Repertórios da prática das organizações internacionais.
- VI — Perspectivas.

ECONOMIA (1º ano, 1º e 2º semestres)

Professores: Ministro Raphael Valentino Sobrinho

Secretário Cezar Augusto de Souza Lima Amaral

I — Introdução

1. A economia nacional moderna como tipo ideal. Elementos modernos e não-modernos nas sociedades contemporâneas. A sociedade capitalista, a sociedade socialista e a economia mista. A reprodução populacional, a reprodução de riqueza e a integração nacional. Os atores da vida econômica: mecanismos de preços e planejamento. Os dois tipos de economia de mercado: a economia industrial («full cost principle») e a economia agrícola. As economias «fixprice» e as economias «flexprice». Os antecedentes históricos das economias «fixprice». As camadas múltiplas das economias de mercado. As quatro categorias de países do mundo contemporâneo.

2. Objeto e método da economia. O método histórico e o método geométrico. Os instrumentos da análise teórica. Economia positiva, economia normativa e política econômica. Os problemas da teoria econômica. Apreciação sucinta das etapas históricas da

ciência econômica. As quatro revoluções científicas da ciência econômica: os cameralistas e os mercantilistas, os fisiocratas, a economia clássica, o keynesianismo. As origens da presente «crise da teoria econômica».

3. Demanda e oferta: o mecanismo do mercado. Concorrência perfeita e imperfeita. Deslocamentos na curva da demanda. Deslocadores da demanda. Deslocamentos da oferta. Deslocadores da oferta. Avaliação preliminar do mecanismo do mercado.

4. A ação econômica do governo. O crescimento das despesas governamentais. Os orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios. As funções econômicas do governo. Os impostos.

5. Organização e funcionamento das empresas privadas. Organizações comerciais. Noções de contabilidade comercial. Mercados financeiros.

II — A Atividade Econômica no Quadro Nacional

1. As categorias de sujeitos econômicos. Os planos e decisões dos sujeitos econômicos. Morfologia da atividade econômica: sistemas e tipos de organização. A estrutura da economia nacional.

2. Os conceitos básicos da contabilidade nacional. A medida do produto nacional e de renda nacional. O mercado como uma maneira de medir a produção. As duas óticas: despesa e renda. Produto nacional: a ótica da despesa. Produto nacional bruto e produto nacional líquido: a consideração da depreciação. O impacto dos impostos sobre a produção e sobre o consumo. Outras medidas da renda: renda pessoal e renda pessoal disponível. A construção do índice de preços. Valor adicionado.

III — Análise Macroeconômica

1. Revisão crítica da distinção entre micro e macroeconomia. As dificuldades da análise macroeconômica e os riscos do pensamento agregativo. Os instrumentos da análise macroeconômica.

2. Equilíbrio com desemprego. Teoria keynesiana: oferta agregada e demanda agregada. Gastos em consumo pessoal: a propensão marginal a consumir. Variação da demanda por investimentos: o multiplicador. Poupança e investimento. A economia clássica: equilíbrio com pleno-emprego. O paradoxo da frugalidade. Poupança e investimento na teoria clássica: A lei de Say.

3. Política fiscal. Gastos do Governo: política fiscal restritiva. Impostos. Estilizadores fiscais automáticos. Entrave fiscal. O orçamento de pleno-emprego e o orçamento anualmente equilibrado. A dívida pública. Variações equilibradas nos gastos do governo e na tributação. O multiplicador numa economia com impostos.

4. A moeda e o sistema bancário. As funções da moeda. A moeda na economia brasileira. M_2 e quase-moedas. O Banco comercial como empresa. O sistema bancário brasileiro. Os bancos comerciais e a criação de moeda.

5. O Banco Central e os instrumentos de política monetária. O Sistema Financeiro Nacional. Operações de mercado aberto. As taxas de juros. A taxa de redesconto. Os encaixes compulsórios.

6. As grandes questões macroeconômicas contemporâneas. O impacto das políticas fiscal e monetária sobre a demanda agregada. A coexistência entre inflação e desemprego. As flutuações da atividade econômica. Política de ajustamento contínuo versus política de metas fixas.

III — *Análise Microeconômica*

1. Demanda e oferta: o conceito de elasticidade. Os determinantes da elasticidade. Elasticidade da demanda. Elasticidade da oferta.

2. Demanda e utilidade. Equilíbrio do consumidor. Curvas de indiferença.

3. Custos e ofertas no curto prazo e no longo prazo. A definição de custos. O excedente do produtor.

4. O mercado perfeitamente competitivo. O paradoxo do valor. Concorrência perfeita e eficiência econômica. Níveis de produção não-eficiente. Competitividade e distribuição de renda. Problemas governamentais de sustentação de preços agrícolas. O ciclo da teia-de-aranha.

5. Monopólio. Origem. Monopólio natural: a importância das condições de custo. A receita marginal do monopolista. Produção e preço do monopólio. Eficiência e limitações do monopólio. Políticas governamentais antimonopólio. O monopólio discriminador.

6. O oligopólio. Elementos de estabilidade num oligopólio. Concorrência extrapreço.

7. Salários numa economia perfeitamente competitiva. Demanda por trabalho e produtividade. Produtividade marginal e repartição da renda. Os efeitos de um salário mínimo. A «não invisível» num mercado de trabalho perfeitamente competitivo.

8. Salários em mercados de trabalho imperfeitos. Sindicatos de trabalhadores: o exercício do poder de mercado do lado da oferta do mercado. Monopsônio: poder de mercado do lado da demanda do mercado de trabalho. Monopólio bilateral.

9. Desigualdades de renda. Distribuição justa de renda. Livre-mercado e igualdade. A igualdade como meta. A igualdade segundo Rawls.

10. O mecanismo e os sistemas econômicos socialistas. O pensamento econômico de Karl Marx: mais-valia e luta de classes; a criação da mais-valia como um processo social. Os três circuitos do capital. A reprodução simples e a reprodução ampliada. A taxa declinante de lucro. As economias centralmente planificadas: visão geral.

ESPAÑHOL (1º ano)

Professoras: Kori Y. B. C. Costa

Encarnación P. L. de Pesquero (1º sem.)

Objetivos

— Dar ao aluno um conhecimento básico ativo do idioma, que possibilite seu posterior desenvolvimento tanto no meio social como profissional.

— Orientar o aluno no uso da língua oral ou escrita, o mais corretamente possível, desenvolvendo a adequação e a ampliação vocabular.

Conteúdo Programático

I — *Introdução ao estudo da língua castelhana*

- a) Nascimento e evolução
- b) Castelhana e espanhol
- c) Diferenças dialetais: Espanha, Espanha-América

II — *O som*

- a) Ponto e modo de articulação
- b) Vogais e consoantes

- c) Oposição r/ř, yeísmo, fonemas /l/, /g/, /z/, /s/, /v/ e /b/
- d) Ditongos e tritongos em espanhol

III — O acento e a entonação

- a) Regras
- b) Entonação enunciativa, exclamativa e interrogativa

IV — Artigo

- a) Determinado e indeterminado
- b) Neutro Lo

V — Pronomes

- a) Pessoais sujeitos
- b) Complementos
- c) Plurais fictícios
- d) Objetivação de discurso no 3º campo
- e) Possessivos
- f) Demonstrativos
- g) Relativos

VI — Advérbios

- a) De tempo
- b) De modo
- c) De quantidade
- d) De afirmação
- e) De negação
- f) De dúvida

VII — Adjetivos

- a) Gênero e número
- b) Casos especiais

VIII — Substantivos

- a) Gênero e número

IX — Verbo

- a) Formas pessoais
- b) Formas não-pessoais
- c) Conjugação: simples e composta
- d) Verbos regulares
- e) Verbos irregulares

X — Interjeição

XI — Preposição

XII — Conjunção

XIII — Sintaxe elementar

XIV — Abreviações

FRANÇAIS (1º e 2º semestres)

Professores: Jean François Cleaver
Jean-Paul Lefèvre

Le cours sera réparti sur 4 semestres pendant lesquels les étudiants développeront leur culture générale et passeront progressivement à l'étude des techniques d'usage professionnel en langue française.

La thématique et les documents seront choisis en fonction de l'actualité internationale, seule la progression et l'étude des techniques étant prévue.

Des exercices «à la carte» seront proposés pour répondre aux besoins particuliers des étudiants en grammaire et en phonétique.

Sur les 4 semestres on donnera également un cours de traduction du Portugais vers le Français en respectant une progression dans les difficultés de manière à assurer une meilleure maîtrise de la langue.

Le cours est donc divisé en 3 modules (A, B, C) pour chacun des 4 semestres (1, 2, 3, 4).

= *Les modules A* concernent plus particulièrement les études générales avec une progression qui s'oriente de plus en plus vers les besoins spécifiques à la carrière.

= *Les modules B* concernent exclusivement les techniques propres à la carrière.

= *Les modules C* sont les modules de traduction et d'exercices de grammaire «à la carte».

REPARTITION ET PROGRESSION

1er Semestre (1ère Année)

Module A-1 = Exposés — débats.

Il s'agit dans un premier temps de libérer la parole des étudiants, sur des sujets variés, en

langue française et de favoriser une intégration fructueuse des étudiants venus d'horizons différents.

Module B-1 = Préparation de notes et de synthèses à partir de conférences, d'information, de dossiers de presse.

Module C-3 = Grammaire et Thème grammatical.

2^{ème} Semestre (1^{ère} Année)

Module A-2 = Travail de rédaction à partir d'articles de presse:
= rédaction d'articles
= critique d'articles, etc.

Module B-2 = De l'allocution au discours: étude et préparation d'allocutions et de discours, plan, style, lectures...

Module C-2 = Grammaire et Traduction de documents administratifs, et commerciaux.

INGLÊS (1^º e 2^º semestre — 1^º ano)

Professores: Patrick Kevin Redmond (1^º e 2^º semestres)

James Crawford Ferguson (1^º semestre)

David Coles (2^º semestre)

Students will be arranged in two groups on an alphabetical basis. There will be no difference in level between the groups; which will both follow the same programme of 3 50 minute classes per week. Weaker students are expected to attend 2 extra classes per week.

The main emphasis of the First — Year course will be on the development of oral skills, through regular major projects. These will take the form of simulated negotiations, often based on situations set out in the manual «Assignment Mornesia» and of conferences or debates on Brazilian and international problems. Simulations will normally be held in negotiating rooms, with full use of microphones and sound and video recording, to allow students to evaluate their own performance and to get feed-back on their strong and weak points.

In addition, written assignments will be set, often on oral projects, and grammar revision will be dealt with on a remedial basis, as necessary. Students with pronunciation problems will be given the opportunity to attend a weekly phonetics course.

TÉCNICA DE NEGOCIAÇÕES (Estudos de Caso de Negociações Internacionais) — 1^º ano, 2^º semestre

Professor: Ministro Clodoaldo Hugueneu Filho

I — *Negociações bilaterais*

- A independência do Zimbabue e a Conferência de Lancaster House.
- Negociações de acordos restritivos de exportação:
 - i) o Acordo Multifibras e a negociação do acordo têxtil com os EUA;
 - ii) negociação do acordo de aço com os EUA.

II — *Negociações Multilaterais*

- Serviços: do programa de trabalho de 82 à Rodada Uruguai.
- Negociações Norte-Sul: a VII UNCTAD
- Negociações Sul-Sul:
 - i) Declaração de Brasília sobre o SGPC;
 - ii) Declaração de Havana do G-77;
 - iii) Declaração do México do GRULA/CEPAL.

BIBLIOGRAFIA

HUGUENEU FILHO, Clodoaldo — «Da Rodésia ao Zimbabue: A Conferência de Lancaster House» (Tese para o CAE)

Acordo Multifibras

Acordo Têxtil Brasil-EUA com «side-letter»

Acordo de aço Brasil-EUA

Serviços: Programa de Trabalho da Ministerial de 1982

Decisões subsequentes

Declaração de Punta del Este

Programa de ação do GNS.

Resolução da VII UNCTAD

Declaração de Brasília

Declaração de Havana

Declaração do México

HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS

(1^º ano, 1^º semestre)

Professores: Secretário Gerson Machado Pires Filho

1.º Semestre

No primeiro semestre deverão ser estudados os seguintes autores clássicos do pensamento político: Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, Santo Tomás e Maquiavel.

I — A Tradição Clássica

1. *Ethos e polis* no pensamento clássico da Grécia. Platão (circa 428-347) e Aristóteles (c. 384-322).
2. 24/04 e 01/05 — A República no pensamento helenístico latino. Cícero (106-43).
3. 07 e 08/05 — Colóquio sobre *A República*, de Platão.

II — A Tradição Judeu-Cristã

1. 15/05 — A filosofia helenística judaica. Filon, o Judeu (c. 30 a.C. — 45 d.C.)
2. 22 e 29/05 e 05/06 — A patrística da Igreja africana. Tertuliano (c. 160-220) e Santo Agostinho (354-430).
3. 12/06 — Escolástica e Direito Natural. Santo Tomás de Aquino (c. 1225-1274).

III — O Início da Modernidade

1. 18 e 19/06 — Colóquio sobre *O Príncipe*, de N. Maquiavel (1469-1527).

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

(1.º ano, 2.º semestre)

Professores: Conselheiro João Almino de Souza Filho
Secretário Antonio Francisco da Costa e Silva Neto

2.º Semestre

A Tradição da Modernidade e as Relações Internacionais

No segundo semestre serão estudadas as seguintes obras:

1. *O Príncipe*, de N. Maquiavel (1513);
2. *Dulce bellum inexpertis*, de Erasmo (1515);
3. *Utopia*, de T. More (1516);
4. *Discurso da Servidão Voluntária*, de E. De La Boétie (1576);
5. *Leviatã*, Parte II, de T. Hobbes (1651);

6. *Segundo Tratado sobre o Governo*, de J. Locke (1690);
7. *Escritos sobre o Abade de Saint-Pierre*, de J. J. Rousseau (1761, 1782);
8. *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, de E. Kant (1784);
9. *Projeto da Paz Perpétua*, de E. Kant (1795);
10. *Manifesto do Partido Comunista*, de K. Marx (1848).

Com um enfoque de filosofia política dirigido sobretudo para as relações internacionais, o curso procurará seguir o percurso dessas obras em torno a interrogações sobre o imaginário, a fundação do Estado, o tempo e a organização política.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

(1.º ano, 2.º semestre)

Professores: Conselheiro Luiz Fernando F. Ligiero
Secretário Antônio Francisco da Costa e S. Neto

I — Determinantes de Política Externa.

a) Estado — Bibliografia:

1. Yves Leclerc, *Théories de l'Etat*
2. Antônio Cançado Trindade, *O Estado e as Relações Internacionais*

b) Nação — Bibliografia:

1. François Châtelet e Evelyne Pisier — Kouchner, *Les conceptions politiques du XX e siècle* (excertos)
2. Maxime Rodinson, *Le Marxisme et la Nation*, in *L'Homme et la Société*
3. Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?* (Conferência feita na Sorbonne em março de 1882).

c) Desenvolvimento — Bibliografia:

1. Gunnar Myrdal, *Against the stream* (Pantheon Books NY, 72 (excertos))
2. Karl Marx, *The Capital*, book I, part. VIII, *The so called primitive accumulation*

d) *Ocidente* — Bibliografia:

1. Roger Garaudy, *O Ocidente é um Acidente — por um diálogo das civilizações*
2. Arnold Toynbee — *The World and the West*.

e) *Terceiro Mundo*:

1. Ronaldo Mota Sardemberg, *As relações leste-oeste e o terceiro mundo uma visão sul-americana*;
2. Hélio Jaguaribe, *O papel do terceiro mundo nas relações leste-oeste*, in *Novo Cenário internacional*

Obs.: A primeira parte do curso destina-se apenas a obter uma visão geral dos conceitos acima mencionados.

Haverá uma exposição do professor sobre cada um dos temas, seguida de debate com os alunos. A bibliografia acima é meramente indicativa e outros autores poderão também ser discutidos.

II — *Discurso de Política Externa Independente*:

Santiago Dantas
Araújo Castro
Azeredo da Silveira
Guerreiro
Setúbal
Sodré

Na segunda parte do curso serão utilizados os discursos dos Ministros de Estado e dos Presidentes da República, além de teóricos sobre o assunto, tais como Ronaldo Sardemberg, Celso Lafer, Hélio Jaguaribe e outros. O professor, seu assistente e os alunos alternarão exposições sobre os principais discursos e ênfases temáticas, seguidas de debates.

III — *Temas de Política Externa*

Prevê-se a realização de exposições seguidas de perguntas e eventual debate sobre os principais temas da diplomacia brasileira, tais como: Diálogo Norte-Sul e atuação brasileira na ONU e Organismos especializados, Política de Informática, Relações com os EUA, Relações com a América Central, Relações com a América do Sul, Relações com a África e a questão da África do Sul, Relações com o Oriente Médio, a Política Nuclear, as Rela-

ções com a China etc. Tais exposições serão feitas por diplomatas convidados conhecedores do tema ou, alternativamente, pelo professor, seu assistente e os alunos.

PORTUGUÊS — EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

(1º ano, 1º e 2º semestres)

Professora: Dra. Stella Maris Bortoni

1. *Objetivo geral*

Desenvolver habilidades que levam a um desempenho mais seguro e eficiente na elaboração de textos técnicos e na expressão oral.

Mediante o objetivo proposto, impõe-se uma pergunta: que é um texto (ou discurso) bom e eficiente?

Neste curso, a avaliação de um texto incluirá três dimensões distintas, porém complementares: conformação aos cânones gramaticais, qualidade estilística e eficiência pragmática.

Com relação às normas gramaticais, há que se considerar o hiato entre a língua padrão real (efetivamente usada) e a ortodoxia gramatical, bem como os graus de formalidade nas modalidades oral e escrita e as peculiaridades da linguagem diplomática.

A qualidade estilística é aferida em função da legibilidade do texto. Entre os fatores que contribuem para esta legibilidade, merecerão atenção especial os recursos sintáticos que conferem concisão e economia às sentenças e os mecanismos lingüísticos de coesão e coerência textuais.

A coesão se obtém por meio de processos de seqüencialização, que exprimem a interdependência semântica dos elementos lingüísticos, e por meio da reiteração ou substituição de palavras e expressões. Garante-se a coerência, obedecendo-se às condições cognitivas gerais, referentes à ordenação temporal, relação de antecedência-consequência e outras relações lógicas (todo-parte, geral-particular, classe-elemento, etc.).

A eficiência pragmática decorre da concepção da língua como atividade: a linguagem é vista como ação intencional e estratégica sobre os interlocutores e o ato de fala como ato instrumental. A intenção que o falante tem ao proceder a um ato de fala é iden-

tificada como a força pragmática (ou força ilocutória) do ato e o efeito e consequência deste como força perlocutória. Ambas são reguladas por normas e convenções sociais, que advêm da distribuição do poder e controle entre indivíduos e grupos.

É um dos objetivos do curso a identificação e o treinamento de estratégias pragmáticas apropriadas à consecução das intenções do autor e dos propósitos do texto. Enquanto a correção gramatical e a qualidade estilística se voltam para o que é possível no sistema lingüístico, considerados os registros de formalidade, a dimensão pragmática se ocupa do que é adequado, levando em conta as condições de produção do discurso.

2. Conteúdo programático e objetivos específicos

Pontuação

usar os sinais de pontuação com propriedade, identificando as funções sintáticas.

Normas ortográficas

Automatizar a grafia de palavras nas quais não há correspondência unívoca entre grafema e fonema. Usar corretamente os sinais de acentuação gráfica e o hífen.

Emprego de modos e tempos verbais

Automatizar formas verbais irregulares. Usar com propriedade os tempos e modos, especialmente o gerúndio.

Emprego de elementos dêiticos

Empregar corretamente os dêiticos (no nível da sentença e no nível supra-sentencial): pronomes pessoais, demonstrativos e possessivos e os advérbios.

Concordância nominal e verbal

Identificar a relação sintática entre o termo determinante e o determinado. Automatizar os casos especiais de concordância.

Regência verbal e nominal

Empregar corretamente os verbos de dupla regência. Identificar a regência de verbos e nomes. Usar corretamente o acento indicador de crase.

Sintaxe de colocação

Colocar corretamente os pronomes átonos e os demais constituintes da frase, obedecendo à eufonia e à ênfase.

Coordenação e Subordinação

Usar com propriedade os processos de coordenação e subordinação, visando ao encadeamento e hierarquização de idéias e à ênfase. Identificar falhas de paralelismo sintático e semântico. Usar recursos que são concisão e economia às sentenças.

Coesão e coerência

Identificar e empregar recursos lingüísticos gramaticais e lexicais que conferem coesão e coerência ao texto.

Usar corretamente os seqüencializadores e os nexos lógicos.

Empregar com recisão o vocabulário, usando os recursos da sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia.

A eficiência pragmática

Reconhecer e empregar estratégias discursivas e sinais contextuais de acordo com as categorias da teoria dos atos de fala e da sociolingüística interacional.

Pensamento lógico e argumentação

Identificar raciocínios válidos e verdadeiros. Identificar raciocínios falaciosos. Distinguir argumentação «psicológica» da argumentação com rigor científico.

Distribuir questões de fato, de valor e conceituais.

Identificar, na organização argumentativa, a promoção, o envolvimento e dengajamento. Reconhecer implícitos discursivos e idéias subentendidas, lendo e escrevendo «nas entrelinhas».

Exposição oral

Avaliar e empregar estratégias de comunicação face a face que caracterizam o discurso eficiente e pragmaticamente adequado.

PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

(1º ano, 1º e 2º semestres)

Professora: Dad Abi Chahine Squarisi

1ª Unidade

Revisão:

Verbos ser, estar, ter (e derivados) e haver no modo indicativo

-ença e -ência: presença, ausência
 Regência dos verbos AJUDAR, ASPIRAR, ASSISTIR
 Concordância nominal:
 silepse
 um e outro
 nem um nem outro
 meio
 o emprego de nós por eu, e de vós por tu.

14.^a Unidade

Formação de palavras. Estudo dos sufixos
 -eiro: padeiro
 -eza: beleza
 -aria: cavalaria, livraria
 -al: laranjal
 -ada: boiada, laranjada
 -agem: folhagem
 -eiro e -eira: açucareiro, cafeteira
 Tempos compostos do subjuntivo
 Estudo das particularidades dos verbos em -UIR, -UZIR, -CER, -EAR e -IAR
 Regência dos verbos ATENDER, CHAMAR e CUSTAR.
 Sintaxe do pronome pessoal. O pronome se. As combinações dos pronomes átonos.
 Concordância verbal. Regras gerais. Silepse.

15.^a Unidade

Formação de palavras. Estudo dos sufixos
 -ano, -ão e -eu: americano, coimbrão, europeu
 -ense e -ês: cearense, português
 -ista: paulista
 Estudo das irregularidades dos verbos SERVIR, DORMIR, ACUDIR e AGREDIR.
 Estudo das oposições no emprego dos pronomes O(S) — A(S) e LHE(S).
 Regência dos verbos ESQUECER, ESFORÇAR e INFORMAR.
 Concordância verbal:
 o sujeito constituído por pronomes pessoais
 o sujeito constituído por séries enfáticas
 o sujeito ligado pela preposição com
 o sujeito ligado por nem

o sujeito ligado por ou
 o sujeito representado por a maioria de

16.^a Unidade

Tempos compostos do subjuntivo
 Formação de palavras. Estudo dos sufixos
 -ão, -zão e -zarrão: carrão, homenzarrão
 -inho, -zinho e -im: livrinho, pezinho, flautim
 -isco: chuvisco
 -eco: livreco
 -ote: caixote
 -ejo: lugarejo
 -ucho: gorducho
 Emprego dos modos e tempos nas orações integrantes e causais.
 Estudo dos verbos: LER, SAIR, RIR, PERDER, MEDIR, PEDIR, OUVIR e VALER.
 Regência dos verbos: LEMBRAR, OBEDECER e PAGAR.
 Sintaxe dos pronomes indefinidos.
 Concordância verbal
 sujeito representado por mais de um
 sujeito constituído por quais de vós
 sujeito constituído por pronome relativo

17.^a Unidade

Formação de palavras. Estudo dos sufixos
 -vel: amável
 -oso: preguiçoso
 -onho: medonho
 -engo: mulherengo
 -douro: vindouro
 -izar: formalizar
 -ecer: anoitecer
 -escer: florescer
 -mente: otimamente
 Emprego dos modos e tempos nas orações temporais.
 Estudo da formação do Presente do Subjuntivo dos verbos: PODER, FAZER, TRAZER, DIZER, VER, VIR, PÔR, TER, SER, ESTAR, HAVER, QUERER, SABER, IR, DAR.
 Os verbos abundantes. Os verbos com participio irregular.
 Colocação dos pronomes. A próclise e a ênclise junto a uma locução verbal.

Regência dos verbos PERDOAR, PREFERIR e PREVENIR.
 Sintaxe dos pronomes relativos.
 Concordância na passiva pronominal.

18ª Unidade

Estudo da formação de palavras. Casos de:
 regressão: a pesca, o grito
 abreviação: foto
 reduplicação: reco-reco
 conversão: um não, dar o sim
 O emprego dos modos e tempos nas orações concessivas e finais.
 Verbos que apresentam, excepcionalmente, na 2ª pessoa do plural, a desinência -DES, no presente do indicativo e do subjuntivo.
 Colocação do pronome átono. A mesóclise.
 Regência dos verbos QUERER, RENUNCIAR e RESPONDER.
 Os casos de concordância com o verbo SER.
 Emprego das principais preposições. Crase

19ª Unidade

Formação de palavras. A composição
 subst. + subst.: couve-flor
 subst. + adjet.: obra-prima
 adjet. + adjet.: surdo-mudo
 verbo + subst.: lança-chamas
 verbo + adv.: pisa-mansinho
 Emprego dos modos e tempos nas orações condicionais.
 Estudo das seguintes irregularidades:
 verbos que perdem a vogal final na 3ª p. sing. do Pr. ind.
 verbos com a 1ª p. s. do Pr. Ind. em ou
 verbos com a 3ª p. p. do Pr. Ind. em ão
 verbos com irregularidade no Pret. Imp. Ind.
 verbos com irregularidade no Futuro do Ind.
 verbos com hiato na 3ª pess. pl.: crêem, dêem, lêem, vêem.
 O contraste entre as formas tem/têm, contém/contêm
 A colocação dos pronomes átonos junto ao infinitivo
 Regência dos verbos SOCORRER, SUCEDER, VISAR.
 Emprego dos advérbios.
 Concordância com os verbos impessoais.

20ª Unidade

O infinitivo flexionado
 Estudo dos prefixos
 Acentuação gráfica.

2º ANO

DIREITO DOS TRATADOS (1º semestre)

Professor: Ministro José Francisco Rezek

Programa

I — *Compreensão do tratado internacional*

§ 1º Conceito de tratado.

Formalidade do acordo e realidade do resultado.
 Sujeitos de direito internacional público. Efeitos jurídicos.
 Regência do direito internacional. Terminologia. Base instrumental.

§ 2º Classificação dos tratados.

Critérios formais: o número de partes e a extensão do procedimento. Critérios materiais: a natureza das normas, a execução no espaço e no tempo, a estrutura da execução. Categorias especiais: os tratados institucionais e as convenções internacionais do trabalho.

II — *Gênese do tratado internacional.*

§ 1º Processo de produção do texto convencional.

A. Negociação bilateral.

Roteiro e circunstâncias: iniciativa, lugar, idioma, procedimento, adoção do texto. Competência negociadora: chefes de Estado e de governo, plenipotenciários, delegações nacionais, representação das organizações internacionais.

B. Negociação coletiva comum. Roteiro e circunstâncias.

C. Negociação coletiva no interior das organizações internacionais.

Tratados negociados *stricto sensu*. Tratados produzidos por método extranegocial.

D. Estrutura do tratado.

Preâmbulo. Dispositivo. Anexos.

§ 2º Expressão do consentimento.

A. Assinatura e troca de instrumentos constitutivos do tratado.

B. Ratificação.

Conceito. Fundamentos políticos. Competência. Discrecionabilidade. Formas. Depósito.

C. Pressupostos constitucionais do consentimento. Sistemas de partilha do poder convencional. O poder convencional no Brasil republicano.

D. Reservas.

Espécies. Previsão tópica. Formulação: competência. Objeção: efeitos. Retirada.

E. Vícios do consentimento.

Agravo ao direito público interno. Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador. Coação sobre o Estado.

§ 3º Entrada em vigor.

A. Sistemas e situações especiais.

Vigência contemporânea do consentimento.

Vigência diferida. Problema das cláusulas finais.

Vigência provisória.

B. Registro e publicidade.

O sistema da Sociedade das Nações. O sistema das Nações Unidas. Registros regionais e especializados.

C. Incorporação do tratado ao direito nacional.

Noções preliminares. Promulgação e publicação de tratados no Brasil.

III — Vigência e extinção do tratado internacional.

§ 1º O tratado em vigor.

Efeitos sobre as partes e sobre terceiros. Duração. Ingresso por adesão.

Emendas. Violação. Interpretação.

Sistemas e métodos. Conflitos.

§ 2º Extinção dos tratados.

A vontade comum (ab-rogação). A vontade unilateral (denúncia). Guerra.

Mudanças circunstanciais. O *jus cogens* da Convenção de Viena.

Avaliação

Prova escrita final.

ECONOMIA BRASILEIRA (1º semestre)

Professores: Secretário Arthur Vivacqua Corrêa Meyer
Secretário Sérgio Elias Couri

1. *Objetivo:*

O curso de Economia Brasileira visa a complementar e enriquecer as noções técnicas sobre a ciência econômica, ministradas nos demais cursos do IRBr, com o estudo de tópicos e assuntos de interesse especial para o Brasil. A presente situação da economia brasileira é complexa, em decorrência dos fatos de estar o País atravessando uma fase de rápidas mudanças na sua estrutura produtiva e demográfica e de ser o seu ordenamento institucional, no campo econômico, variado e pouco convencional. Situações muito diversas, em termos de estrutura produtiva, distribuição de renda, níveis de desenvolvimento regional e graus de progresso tecnológico, coexistem na economia do Brasil. Os problemas de desemprego, inflação, crescimento da renda nacional, desequilíbrio no balanço de pagamentos e distribuição de renda, bem como suas inter-relações, assumem especial relevância no caso do Brasil, justificando a existência de um curso específico sobre a matéria, como suplemento aos cursos de teoria econômica.

2. *Organização do curso:*

O curso terá duração de um semestre letivo, com duas aulas semanais, de 50 minutos cada uma. A avaliação do rendimento dos alunos será feita da seguinte forma:

a) uma prova escrita individual no meio do semestre;

b) uma prova escrita individual no fim do semestre.

Ambas as provas terão igual peso para o cômputo da nota final.

3. *Programa do curso:*

I — *A economia brasileira na década de 1960*

A crise do processo de substituição de importações

As transformações institucionais e econômicas pós-1964

- II — *A fase do «milagre brasileiro» (1968-1973)*
Características gerais do período
Acertos e desacertos observados
- III — *O impacto do primeiro «choque do petróleo»*
A política de ajustamento do Governo Geisel
O comportamento do setor externo da economia
- IV — *O segundo «choque do petróleo» e seus efeitos*
A política econômica do Governo Figueiredo
O agravamento das questões da inflação e da dívida externa
- V — *A política econômica da Nova República*
O novo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)
A implantação do Plano Cruzado
- VI — *Perspectivas da economia brasileira*
Situação da agricultura
Investimentos industriais e poupança interna
O setor terciário da economia
- VII — *Distribuição de renda, inflação e crescimento*
Evolução histórica dos índices de Gini
Causas e efeitos da taxa de inflação
Problemática da dívida externa

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS (1º semestre)

Professor: Conselheiro Ricardo Drummond de Mello

O programa do segundo semestre do curso de Relações Econômicas Internacionais será dedicado à análise de temas protagônicos para a atuação da diplomacia brasileira. Cada tema seria apresentado em duas partes: a primeira constante da descrição e análise e a segunda, referente a alternativas de ação em foros bilaterais e multilaterais. Os alunos teriam oportunidade de se familiarizar com a bibliografia de referência, de cunho acadêmico, e com trabalhos realizados no Itamaraty. O sistema de aferição consistiria em duas provas escritas sobre temas já abordados. Mais do que propriamente veicular uma posição oficial, procuraria estimular as reflexões sobre alternativas de ação, a serem analisadas à luz da evolução conjuntural à época de cada estudo. Os temas seriam os seguintes (em parênteses o número de aulas):

- Dívida externa brasileira (2)
 - histórico
 - o mercado financeiro internacional — suas instituições
 - as negociações de 1982/83
 - o Processo de Cartagena
 - A situação econômica da América Latina (1)
 - Relações Econômicas com a Argentina (1)
 - Mercados para a exportação brasileira — experiência de promoção comercial (1)
 - A política monetária e fiscal dos Estados Unidos (1)
 - O contencioso econômico-comercial com os EUA (1)
 - Protecionismo (1)
 - no mercado norte-americano e na CEE
 - atuação junto ao GATT
 - a experiência de alguns países
 - A questão da transferência tecnológica (1)
 - Organismos econômicos multilaterais (2)
- | | |
|-------|------|
| SELA | IMO |
| CEPAL | CIT |
| ALADI | GATT |
| OIC | CEE |
- O diálogo Norte-Sul (1)

Avaliação

Uma prova final.

ECONOMIA INTERNACIONAL (2º semestre)

Professor: Secretário Arthur Vivacqua Corrêa Meyer

Realizaram palestras no âmbito do curso os senhores:

Ministro Clodoaldo Hugueneu Filho
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto
Ministro Luiz Augusto de Castro Neves
Doutor Renato Baumann

Programa

Gênese da Questão do Endividamento Externo do Brasil: Evolução do Sistema Financeiro Internacional no Pós-Guerra.

Evolução Recente de Modelos do Endividamento Externo Brasileiro: Industrialização e Substituição de Importações.

Visão Geral do Comércio Exterior do Brasil.

Comércio Exterior de Serviços do Brasil.

Integração Latino-Americana.

GATT e Nova Rodada de Negociações Comerciais Multilaterais.

GATT e Rodada Uruguai de NCM's.

Acordos Internacionais sobre Produtos de Base.

ESPAÑHOL (1º e 2º semestres)

Professoras: Kori Yaanne Bolívia Carrasco Costa

Encarnación Ponce Lopes de Pesquero (1º sem.)

Objetivos

- Desarrollar los conocimientos adquiridos en el transcurso del primer año reforzando la capacidad lingüística transformativa.
- Consolidar el uso de la lengua oral y escrita con precisión y ampliación vocabular, de acuerdo a las necesidades de la carrera diplomática.
- Proporcionar una visión de la cultura y sociedad de los países hispanoamericanos para mejorar la capacidad de observación, reflexión, crítica y comunicación para con estos países.

Contenido

- I — Uso de letras mayúsculas
 - Abreviaturas más usadas
 - Gradación del adjetivo
 - Revisión de adverbios y su gradación
 - Trabajos en textos de análisis
 - Ejercicios
- II — Tipos de oraciones
 - Voz pasiva, pasiva refleja y pseudorrefleja
 - Redacción de correspondencia diplomática
 - Redacción de artículos para periódicos
 - Orientación sobre situaciones diplomáticas creadas con relación a asuntos consulares
- III — Revisión de correspondencia oficial
 - Redacción sobre temas relativos a la carrera

- Matices de la lengua oral y escrita, vocativos intensivos y modismos más usados
- Formación de palabras derivación, composición y parasíntesis
- Traducciones y versiones del portugués y otros idiomas al español; análisis comparativo de textos oficiales
- Debates sobre temas diplomáticos
- Simulación de negociaciones diplomáticas
- IV — Visión general sobre:
 - Las civilizaciones precolombinas de América y sus manifestaciones literarias
 - La literatura del descubrimiento de América y de la conquista
 - La cultura y las letras coloniales
 - La literatura y la sociedad españolas desde los Reyes Católicos hasta Felipe IV
 - La literatura en el período de la Independencia de Hispanoamérica
 - La literatura en el romanticismo hispanoamericano, los escritores más destacados
- V — El realismo y naturalismo hispanoamericano y la generación del 98 en España
 - El modernismo (prosa y poesía): escritores más destacados
 - La poesía y la narrativa contemporánea, desde Delmira Agustini a Mario Vargas Llosa
 - La doble integración, de la novela hispanoamericana de hoy
 - Seminarios sobre temas hispanoamericanos

Material de Apoyo

1. Apostila de *Gramática Práctica para Extranjeros*, preparada por la profesora.
2. Textos sobre arte y cultura de hispanoamérica seleccionados por la profesora.
3. Textos avulsos de correspondencia diplomática, textos en otros idiomas para su traducción al español, acuerdos bilaterales para análisis comparativo, además de otros documentos oficiales.
4. Textos literarios de autores españoles e hispanoamericanos, ofrecidos de acuerdo a la materia.

5. Películas en video caset sobre los países de lengua española.
6. Cintas grabadas con poesía hispanoamericana y obras de teatro español (siglo de oro y contemporáneo).
7. Diccionarios: de Lengua española y Diplomático español.
8. Historias de la Literatura Española e

FRANCÈS (1^o e 2^o semestres)

Professores: Pierre Laure
Christian Defontaine

Le cours sera réparti sur 4 semestres pendant lesquels les étudiants développeront leur culture générale et passeront progressivement à l'étude des techniques d'usage professionnel en langue française.

La thématique et les documents seront choisis en fonction de l'actualité internationale, seule la progression et l'étude des techniques étant prévue.

Des exercices «à la carte» seront proposés pour répondre aux besoins particuliers des étudiants en grammaire et en phonétique.

Sur les 4 semestres on donnera également un cours de traduction du Portugais vers le Français en respectant une progression dans les difficultés de manière à assurer une meilleure maîtrise de la langue.

Le cours est donc divisé en 3 modules (A, B, C) pour chacun des 4 semestres (1, 2, 3, 4).

= Les modules A concernent plus particulièrement les études générales avec une progression qui s'oriente de plus en plus vers les besoins spécifiques à la carrière.

= Les modules B concernent exclusivement les techniques propres à la carrière.

= Les modules C sont les modules de traduction et d'exercices de grammaire «à la carte».

Repartition et Progression

3^{ème} Semestre (2^{ème} Année)

Module A-3 = Etude de documents de littérature et de civilisation franco-phones.

Module B-3 = La Correspondance d'Ambassade.

Module C-3 = Grammaire et traduction d'articles.

4^{ème} Semestre (2^{ème} Année)

Module A-4 = Etude comparée de textes d'actualité internationale.

Module B-4 = Simulations professionnelles.

Module C-4 = Interprétariat (traduction consécutive) et résumé oral.

INGLÈS (1^o e 2^o semestres)

Professores: James Crawford Ferguson (1^o semestre)
Patrick Kevin Redmond (1^o e 2^o semestres)
David Coles (2^o semestre)
Sarah Walker (2^o semestre)

The Second Year English Course

First Semester:

Since the emphasis of the First Year was primarily on oral skills, some attempt will be made in the first semester of the second year to redress the balance in favour of vocabulary expansion and written skills.

There will be three compulsory courses per week for each group, as follows:

- a) *International Business Topics* (Prof. Kevin):
Language and vocabulary development in professional contexts, using the course book of the same name.
- b) *Translation*: (Prof. Kevin — Group A, Prof. Jim — Group B)
Translation from Portuguese to English of a variety of texts on current affairs and of professional document.
- c) *Professional Writing Skills*: (Prof. Kevin and Prof. Jim)
A variety of oral and written activities directed towards professional needs. Regular written assignments will be set.

N.B. Other activities e.g. debates, conferences may be introduced according to students' needs and desires.

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO (2º semestre)

Professores: Frederico Lustosa da Costa
Maria do Socorro Macedo Vieira de Carvalho

Plano de Ensino**Apresentação da Disciplina**

Esta disciplina foi concebida com o objetivo de fornecer aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os elementos teóricos essenciais à compreensão da Administração, enquanto campo do conhecimento.

Especial atenção será dada à compreensão das funções e responsabilidades dos administradores com ênfase no processo de formulação de objetivos e tomada de decisão.

Espera-se que a disciplina contribua para desenvolver nos participantes conhecimentos e habilidades gerenciais, que lhes possam ser úteis na sua vida profissional futura.

Objetivos

Ao final da disciplina, o aluno deverá estar apto a:

- demonstrar a evolução teórica do pensamento administrativo, identificando as principais contribuições das diferentes escolas;
- compreender a estrutura e o funcionamento das organizações complexas à luz das formulações teóricas e de suas experiências;
- identificar e analisar as funções e responsabilidades do Administrador, notadamente nas organizações públicas.

Metodologia

Método expositivo-participativo, com ênfase na discussão de textos, debates e seminários.

Conteúdo Programático**Unidade I: Evolução do Pensamento Administrativo: Principais Escolas**

- A «construção» da Ciência da Administração: A contribuição dos clássicos

- A importância do componente psicossocial na análise dos fenômenos administrativos: A contribuição dos humanistas
- A abordagem sistêmico-contingencial: o fenômeno da interdependência e as relações ambientais

Unidade II: O Estudo das Organizações

- A formulação de objetivos e a questão do planejamento
- A estrutura das organizações e as formas de distribuição da autoridade
- A dinâmica das organizações e os processos que influenciam o comportamento organizacional
- Mudança e inovação em organizações complexas

Unidade III: Fundamentos de Gerência

- Funções essenciais do Administrador
- O processo de tomada de decisão e os limites da racionalidade
- Ética e responsabilidade do Administrador

PROMOÇÃO COMERCIAL Bloco I (2º ano, 2º semestre)

Dia 03.08.87 — de 14:10 às 16:00 horas

«A Promoção Comercial». Objetivos gerais da Promoção Comercial. Diretrizes Básicas do DPR. Problemas da Promoção Comercial.

- Min. Cláudio Sotero Caio
Chefe Substituto, do DPR

Dia 05.08.87 — de 14:10 às 16:00 horas

«A Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG)». Principais atividades e objetivos. O Planejamento e a Programação em Promoção Comercial. A cooperação técnica. Operações Comerciais Especiais.

- Min. Cláudio Sotero Caio
Chefe da DPG

Dia 07.08.87 — de 9:10 às 11:00 horas

«A Divisão de Operações Comerciais» (DOC). Principais atividades e objetivos. Missões Comerciais: apoio a exportado-

res e importadores. O financiamento às exportações de bens e serviços. As reclamações comerciais.

— Min. Jório Salgado Gama Filho
Chefe da DOC

Dia 10.08.87 — de 14:10 às 16:00 horas

«A Informação Comercial». Estrutura da Divisão de Informação Comercial (DIC). A importância da Informação Comercial. O Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (SPED). O programa de Captação de Investimentos Estrangeiros no Brasil. Sistema de Divulgação: a imagem exportadora do Brasil; publicações.

— Cons. Tomas Maurício Guggenheim
Chefe da DIC

Dia 12.08.87 — de 14:10 às 16:00 horas

«A Divisão de Feiras e Turismo» (DFT). A importância das Feiras e Exposições como elementos de Promoção Comercial. O calendário oficial de eventos: critérios de seleção. Como organizar e participar de feiras no exterior: arregimentação e financiamento do setor empresarial. O incentivo ao Turismo: coordenação EMBRATUR/MRE.

— Min. Sérgio Barcellos Telles
Chefe da DFT

Dia 14.08.87 — de 14:10 às 16:00 horas

«O Departamento de Promoção Comercial»

Ação coordenada com os Departamentos políticos e funcionais do MRE. Perspectivas futuras da Promoção Comercial e do Comércio Exterior no Itamaraty.

— Emb. Luiz Villarinho Pedroso
Chefe do DPR

NOÇÕES DE INFORMÁTICA — Bloco II (2º ano, 2º semestre)

Professor: Dr. Francisco Schlabit

Palestra do Ministro Luiz Antônio Jardim Gagliardi

Programa e Horários

Dia 14 — 9:10 às 10:00 horas — Introdução à Informática
10:10 às 11:00 horas — A Informática no MRE

Dia 17 — 14:10 às 15:00 horas — Introdução à Microcomputação
15:10 às 16:00 horas — Elementos básicos de um processador de textos

Dia 19 — 14:10 às 15:50 horas — Idem, prática (alunos brasileiros)

Dia 21 — 9:10 às 10:50 horas — Idem, prática (alunos estrangeiros)

Dia 24 — 14:10 às 15:00 horas — Elementos básicos de uma planilha eletrônica

Dia 26 — 14:10 às 15:50 horas — Idem, prática (alunos brasileiros)

Dia 28 — 9:10 às 10:50 horas — Idem, prática (alunos estrangeiros)

14:10 às 15:50 horas — Introdução aos Sistemas SET e UTEIS (alunos brasileiros)

CERIMONIAL E PROTOCOLO — Bloco III (2º ano, 2º semestre)

Dia 07.08, sexta-feira, das 14:10 às 15:00 horas
das 15:10 às 16:00 horas

Tema: Privilégios e Imunidades Diplomáticas

Conferencista: Conselheiro Julio Cezar Zelner Gonçalves, Chefe da Divisão de Privilégios e Imunidades

Dia 31.08, segunda-feira, das 14:10 às 15:00 horas
das 15:10 às 16:00 horas

Tema: Noções de Protocolo

Conferencista: Primeiro Secretário Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Chefe da Divisão de Protocolo

Dia 02.09, quarta-feira, das 14:10 às 15:00 horas
das 15:10 às 16:00 horas

Tema: Visitas Oficiais

Conferencista: Conselheira Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, Chefe da Divisão de Visitas.

«A SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES, DAS COMUNICAÇÕES E DA DOCUMENTAÇÃO NO MRE» — Bloco IV (Somente para alunos brasileiros)

Conferencista: Conselheiro Alfredo Carlos de Oliveira Tavares,
Chefe da Divisão de Comunicação
Professor Osny Camara Fagundes

ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA Bloco V (2º ano, 2º semestre)

Conferencistas: Conselheiro Roberto Gaspary Torres, da
Secretaria de Orçamento e Finanças,
Conselheiro Mario Saade, da Secretaria de
Controle Interno

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA Bloco VI (2º ano, 2º semestre)

Professor: Primeiro Secretário Everton Vieira Vargas,
Chefe substituto da Divisão de Ciência e Tecnologia.

Professor: Segundo Secretário Ricardo Alonso Bastos,
da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica.

Professor: Senhor Peter Könz

Representante residente do PNUD (o expositor falará em inglês).

RELAÇÕES CULTURAIS Bloco VII (2º ano, 2º semestre)

Conferencista: Embaixador José Olympio Rache de Almeida,
Chefe do Departamento de Cooperação e
Divulgação Cultural.

RELAÇÕES MRE/IMPrensa Bloco VIII (2º ano, 2º semestre)

Expositores:

- Embaixador Renato Prado Guimarães
Dia 14/10, quarta-feira, das 14:10 às 16:00 horas
«O relacionamento MRE/imprensa no Brasil. A SEI. Os jornalistas credenciados».

- Embaixador Bernardo Pericás
Dia 19/10, segunda-feira, das 9:10 às 11:00 horas

«A política externa brasileira na imprensa nacional. O Brasil na imprensa internacional».

- Ministro Ruy Nogueira

Dia 21/10, quarta-feira, das 14:10 às 16:00 horas

«O relacionamento MRE/imprensa no exterior. O setor de imprensa de uma Missão diplomática brasileira».

- Senhor Otavio Bonfim

Dia 23/10, sexta-feira, das 9:10 às 11:00 horas

«O relacionamento MRE/imprensa. Visão de um jornalista credenciado.»

DISSERTAÇÃO FINAL (2º ano, 2º semestre)

No âmbito do programa de «matérias profissionalizantes», cada aluno redigirá dissertação semestral sobre tema de relações internacionais.

2. Sobre o referido trabalho será dada nota que se substituirá à nota que não será atribuída pelo conjunto das conferências sobre as demais «matérias profissionalizantes».

3. Os temas serão escolhidos pelos alunos de lista elaborada pelas Divisões políticas e multilaterais da SGAP e da SGAM.

4. Os alunos estrangeiros deverão escolher seu tema dentre os propostos sobre assunto relativo a seus países de origem.

5. Os trabalhos deverão ter a dimensão de vinte a vinte e cinco páginas, precedidas de breve súmula e seguidas de indicação das fontes — orais ou escritas — utilizadas.

6. A avaliação dos trabalhos levará em conta a capacidade demonstrada pelos alunos de (1) coletar e consolidar a melhor informação sobre determinado assunto; (2) analisar material coligido; (3) concluir ou sugerir ação futura; (4) expressar-se com clareza e pertinência.

7. A nota final será dada conjuntamente pelo Coordenador de Ensino e pelo Chefe da Divisão relacionada com o tema ou por funcionário diplomático por ele indicado.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL (1º semestre)

Professores: Embaixador Rubens Ricupero
Secretário José Estanislau do Amaral Souza Neto

Conteúdo do Curso

- I — Introdução:
 - conteúdo do curso
 - metodologia
 - objetivos
 - avaliações
 - orientação geral
 - recomendações
 - distribuição de material de leitura
 - fixação de datas das avaliações
- II — A diplomacia do país independente:
 - características gerais
- III — A política territorial:
 - princípios e tratados fundamentais
- IV — Visão geral da diplomacia do Império
- V — A diplomacia da República Velha e a continuidade da tarefa diplomática
- VI — O Brasil e o multilateralismo nascente:
 - as Conferências pan-americanas
 - a Conferência de Haia
 - o Brasil e a Liga das Nações
- VII — A diplomacia do Primeiro Governo Vargas:
 - aspectos políticos
 - O Brasil e os blocos de poder na década de 30
 - O Brasil e as questões de limites na América Latina
- VIII — A diplomacia do Primeiro Governo Vargas:
 - a crise da dívida externa e a moratória de 1937
- IX — A diplomacia do Governo Dutra
- X — A diplomacia do Segundo Governo Vargas
- XI — Desenvolvimento e diplomacia com Juscelino Kubitschek
- XII — A Política Externa Independente:
 - quadro geral
 - a etapa janista
 - a etapa janguista
- XIII — A política externa de Castello Branco
- XIV — A Diplomacia da Prosperidade de Costa e Silva
- XV — A política externa do período Médici

- XVI — A política externa do Governo Geisel
- XVII — A política externa do Governo Figueiredo
- XVIII — Conclusões:
 - tendências contemporâneas

RELAÇÕES INTERNACIONAIS (1º e 2º semestres)

Professores: Ministro Gelson Fonseca Junior
Secretário Georges Lamazière

A — ATIVIDADES DO CURSO:

O curso desenvolverá três atividades:

- (i) — aulas expositivas, seguidas de debates, que terão por base textos das leituras obrigatórias;
- (ii) — debates sobre uma série de livros com temas de relações internacionais;
- (iii) — seminários preparados pelos alunos.

B — AVALIAÇÃO:

A avaliação estará baseada em um trabalho escrito feito a partir da apresentação do seminário e em uma prova sobre a matéria dada em aula.

C — AULAS EXPOSITIVAS:

O objetivo desta primeira parte do programa é familiarizar o aluno com os temas básicos da disciplina. Para tanto, todos os alunos devem ler os textos de leitura obrigatória, que são os seguintes:

- Merle, M., *Sociologia das Relações Internacionais*
- Deustsch *et alii*, *Curso de Introdução às Relações Internacionais*, em seis volumes.

Ambas as publicações são da UnB.

Os temas das aulas expositivas obedecem à seqüência dos capítulos do livro de Merle. A cada capítulo, são agregados textos do Curso de Introdução e de outras fontes. Os textos devem estar lidos antes da aula própria, pois, em aula, serão objeto mais de comentário e debate do que de exposição.

Seqüência de capítulos do livro de Merle

Primeira Parte:

- I — O Conceito Clássico:
 - Diálogo de Melos
 - Bull, «The Anarchial Society»
- II — O Conceito Marxista
- III — Os Conceitos Sociológicos:
 - Sardenberg, «O sistema internacional» (Unid. III, Cap. II)
 - Aron, «Os sistemas pluripolares e bipolares» (Unid. IV, Bloco I)
 - Jaguaribe, «Autonomia e Hegemonia» (Unid. IV, Bloco V)
 - Deutsch, «A Natureza das Relações Internacionais» (Unid. I, Bloco I)
 - Deutsch, «Alguns conceitos básicos» (Unid. I, Bloco II)
 - Deutsch, «Poder e Estado-Nação» (Unid. I, Bloco III)

Segunda Parte:

- I — O Fator Natural
- II — O Fator Técnico
- III — O Fator Demográfico
- IV — O Fator Econômico
- V — O Fator Ideológico
 - Sardenberg, «Os subsistemas internacionais» (Unid. III, Cap. III).

Terceira Parte:

- I — Os Estados:
 - Sardenberg, «Ação e Interação dos Estados» (Unid. III, Cap. I)
 - Deutsch, «Como se faz política externa» (Unid. II, Bloco I)
 - Aron, «Estratégia e Diplomacia» (Unid. II, Bloco I)
 - Aron, «Os meios da política externa» (Unid. II, Bloco I)

- Aron, «Os objetivos da política externa» (Unid. II, Bloco III)
- Deutsch, «Os atores e a política internacional» (Unid. I, Blocos V e VI)

II — As Organizações Internacionais:

- Sardenberg, «As Nações Unidas» (Unid. III, p. 127).
- Merle *et alii*, Unidade V

III — As Forças Transnacionais

Quarta Parte:

- I — Características Específicas do Sistema Internacional
- II — O Funcionamento do Sistema:
 - Jaguaribe, «Relações internacionais do Brasil» (Unid. VI)

D — LEITURA E COMENTÁRIOS DE ALGUNS TEXTOS SIGNIFICATIVOS:

O objetivo desta segunda parte é duplo: (i) — dar oportunidade a que os alunos conheçam alguns textos contemporâneos sobre relações internacionais; (ii) — nos pontos específicos levantados por estes textos, aprofundar a discussão iniciada na primeira parte do curso. Como método para a leitura, grupos de dois ou três alunos serão formados e escolherão um dos livros da lista a seguir. Terão, como obrigação, fazer um resumo crítico do texto escolhido, resumo que será apresentado oralmente em classe e desenvolvido em um texto curto (3 a 6 páginas). Esses textos serão distribuídos para todos os alunos. Os livros serão fornecidos pelo Instituto e devem ser devolvidos ao final do curso. Os livros são os seguintes:

a) Temas Teóricos

a.1) Os clássicos:

- Hinsley, F., *Power and the Pursuit of Peace*, Cambridge Univ. Press. 1963.

a.2) Perspectiva realista:

- Morgenthau, H., *Politics among Nations*, Knopf, 1967.

a.3) Interdependência:

- Keohane e Nye, *Power and Interdependence*, Little Brown, 1977.

a.4) Dependência e Marxismo:

- Kubalkova e Cruichansk, *Marxism-Leninism and the Theory of International Relations*.
- Cardoso, F.H., *Dependência e Desenvolvimento*, Zahar.

b) *Temas Diplomáticos: Decisão e Negociação*

- Allison, G., *The Essence of Decision*, Little Brown, 1971.
- Ikle, F., *How Nations Negotiate*, Harper and Row.

c) *Temas Específicos:*c.1) *Estratégia (relações Leste-Oeste):*

- Freedman, F., *The Evolution of Nuclear Strategy*, St. Martins Press, 1983.

c.2) *Terceiro Mundo:*

- Mortiner, R., *The Third World Coalition*, Westview, 1983.

c.3) *Os contextos da ação diplomática: África e América Latina:*

- Muñoz e Tulchin, *Latin American Nations in World Politics*, Westview, 1983.
- Ojo, Olatunde *et alii*, *African International Relations*, Longman, 1985.

c.4) *Ética e poder:*

- Hoffmann, S., *Duties beyond Borders*, Syracuse Univ. Press, 1981.

E — SEMINÁRIOS

Nesta terceira parte, os alunos, com os instrumentos analíticos aprendidos ao longo do curso, devem discutir um tema da conjuntura contemporânea.

- Os seminários serão apresentados em duas etapas, uma oral e outra escrita. A apresentação oral deve ser breve, de uma hora, de modo a permitir debate do tema pela turma. Sugere-se a distribuição de um roteiro e da bibliografia utilizada antes da apresentação. Os alunos, além da apresentação oral, devem entregar trabalhos escritos individualizados sobre os aspectos do tema que abordaram.
- Os trabalhos escritos devem ser sucintos: no máximo 8 (oito) páginas; devem ser precisos, claros, sem retórica, etc.; devem ter formato acadêmico (apresentação, desenvolvimento, conclusão, notas de pé de página, bibliogra-

fia); devem ser PESSOAIS, i.e., incorporar reflexão crítica do autor.

- Sempre que possível, é interessante ver o tema do ponto de vista da diplomacia brasileira contemporânea.

Sugestões de Temas:

- Leste-Oeste: o significado da «Guerra nas Estrelas»; a disputa EUA-URSS e o Terceiro Mundo, etc.
- América Latina: a questão da América Central; a guerra das Malvinas, etc.
- Oriente Médio: a conflagração no Líbano, a persistência da guerra Irã-Iraque, etc.
- Crise do multilateralismo;
- Questões africanas;
- Política externa brasileira: as teses de Maria Regina Soares de Lima; as obras de Celso Lafer e Jaguaribe;
- O não-alinhamento como movimento e como atitude.

PORTUGUÊS — CORRESPONDÊNCIA OFICIAL E MÉTODOS DE INFORMAÇÃO (1º e 2º semestres)

Professora: Ministra Heloisa Vilhena de Araujo

I — Tipos de correspondência oficial do MRE:

- a) da SERE para Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior;
- b) das Repartições no exterior para a SERE;
- c) da SERE com outros órgãos da administração pública e com entidades governamentais e não-governamentais;
- d) da SERE com as Missões diplomáticas estrangeiras;
- e) das Repartições no exterior com a Chancelaria local e com outras entidades do país em que estão localizadas.
- Ocasões de seu uso, áreas de distribuição, andamento na SERE: em especial, o circuito exterior-SERE-andamento na SERE-exterior.

II — Métodos de informação:

- a) como identificar, localizar e classificar um fato;
- b) 1ª informação: telegrama;
- c) 2ª informação: ofício;

- d) 3ª informação: relatório anual;
- e) outros tipos de informação;
- f) sistema articulado de diferentes informações.

III — Exercícios práticos de análise política, utilizando caso *in vitro*.

PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS (1º e 2º semestres)

Professora: Dad Abi Chahine Squarisi

**PROGRAMA DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA
BRASILEIRA**

- 1ª Unidade: Introdução ao estudo da Literatura Brasileira. A periodização e a fixação das épocas literárias no Brasil.
- 2ª Unidade: Manifestações literárias do período colonial
 - 1. Século XVI: A literatura informativa dos cronistas portugueses e dos jesuítas. Posição de José Anchieta.
 - 2. Século XVII: Ecos do Barroco no Brasil. O Grupo Baiano. Posição de Gregório de Matos.
 - 3. Século XVIII: O Arcadismo. A Escola Mineira e as manifestações líricas, épicas e satíricas. Análise de Tomás Antônio Gonzaga.
- 3ª Unidade: O Romantismo
 - 1. O Pré-Romantismo: A literatura de transição clássico-romântica.
 - 2. O Romantismo brasileiro e a afirmação nacional.
 - 3. As gerações românticas na poesia. Principais prosadores. Análise de Gonçalves Dias e Castro Alves. José de Alencar.
- 4ª Unidade: Parnasianismo/Realismo/Naturalismo. Principais representantes na poesia e na prosa. Análise de Olavo Bilac e Machado de Assis.
- 5ª Unidade: O Simbolismo. Análise de Cruz e Sousa.

6ª Unidade: O Pré-Modernismo: A literatura de transição e o surto regionalista. Importância e significação de *Os Sertões* e *Canaã*.

7ª Unidade: O Modernismo e as tendências contemporâneas

- 1. A Semana de Arte Moderna e as gerações modernistas. Análise de Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Ferreira Gullar.
- 2. O regionalismo no romance contemporâneo. Análise de José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Guimarães Rosa.
- 3. O romance intimista. Análise de Clarice Lispector.

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS
E CURSO DE ALTOS ESTUDOS**

XIV

As provas do XIV Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido efetuadas em 1986, realizaram-se em fevereiro, nos dias 18 (Prática Diplomática e Consular e OMT do MRE), 19 (Comércio Exterior do Brasil e Economia Brasileira) e 17 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais), em Brasília e nos postos no exterior, segundo a lotação dos candidatos.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Hermano Telles Ribeiro
Paulo Cesar Cappelli Nogueira
Luiza Maria Guerra Campelo
Eduardo Carvalho

***PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR
E OMT DO MRE***

Prática Diplomática

I — O instituto do asilo no Direito internacional e no Direito positivo brasileiro. Disserte sobre os aspectos teóricos e práticos da concessão, pelo Governo brasileiro, de asilo diplomático e territorial, à luz das Convenções de Caracas de 1954 e da Convenção de Genebra de 1951 sobre refugiados.

II — A atividade diplomática de informação, com o desenvolvimento das comunicações nas últimas décadas, parece correr o risco de tornar-se obsoleta. O fato político, econômico ou cultu-

ral de relevo, ocorrido em determinado país, é difundido instantaneamente para todo o mundo pelas agências internacionais, via satélite, sob a forma de notícias ou comentários elaborados por jornalistas internacionais especializados. A informação como atividade diplomática deve, portanto, adotar nova configuração. Comente.

PRÁTICA CONSULAR

I — A rede consular honorária brasileira no exterior deve constituir-se em indispensável ponto de apoio às atividades consulares, de promoção comercial e de difusão cultural desenvolvidos pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares de carreira. À luz de sua experiência pessoal, considera satisfatório o desempenho dos Consulados honorários? Comente.

OMT DO MRE

1ª Questão:

Conforme pode ser verificado nas páginas anexas, extraídas do Orçamento da União para o exercício de 1987, os recursos alocados ao Ministério das Relações Exteriores montam a um total de CZ\$ 3.357.416,00.

Responda, com brevidade, às seguintes indagações:

1. Qual o objetivo perseguido pelo Governo Federal em estruturar seu orçamento anual dentro da sistemática de demonstrativos das despesas por função, programa e subprograma?
(valor: 20 pontos)
2. O orçamento de 1987 inova ao especificar descritores para os diversos programas de trabalho. Quais são os elementos essenciais de um programa de trabalho?

2ª Questão:

Ao utilizar a mesma folha de referência da questão anterior, procure elaborar justificativa completa e descrição curta do correto mecanismo orçamentário que irá permitir ao Cerimonial e ao Departamento de Promoção Comercial, dois significativos ordenadores, atender ao pagamento de despesas no Brasil e no Exterior que não puderam ser previstas à época da elaboração da proposta orçamentária setorial para 1987.

3ª Questão:

Todas as repartições no Exterior contam com recursos financeiros anuais para atender às suas despesas correntes. Procure responder:

1. Como recebem tais recursos da Secretaria de Estado?
(valor: 10 pontos)
2. Por se tratar de recursos públicos, como devem proceder para justificar os gastos incorridos?
(valor: 10 pontos)
3. Na contingência de obtenção de diminuição de gastos, como deveria proceder um Chefe de Repartição?

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E ECONOMIA BRASILEIRA

Enunciado das questões

Responda três das cinco questões abaixo.

1ª Questão

— Em entrevista à imprensa, o Professor de Economia Antônio Barros de Castro, referindo-se à questão da dívida externa, sustentou que o confronto do Brasil com seus credores é como a batalha de Itararé que nunca houve nem haverá. No seu entender, quais os argumentos, extraídos da realidade econômica brasileira, que serviriam para fundamentar ou contrapor-se àquela opinião?

2ª Questão

— «O Brasil é o melhor mercado para o Brasil» — frase pronunciada por Lindolo Collor, em 1931, como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Interprete e comente a frase à luz do atual estágio da economia brasileira e da conjuntura econômica internacional.

3ª Questão

— Considera viável economicamente o Brasil transpor a barreira do desenvolvimento sem previamente adotar uma política de controle da natalidade? Justifique.

4ª Questão:

— Comente o trecho abaixo:
«Existe (para a América Latina) uma perspectiva muito grave: à medida que se agiganta o fosso entre o desenvol-

vimento geométrico do mundo tecnológico e o desenvolvimento aritmético de nossas sociedades periféricas, a América Latina converte-se em mundo *prescindível* para o imperialismo. Tradicionalmente temos sido países explorados. Breve nem isto o seremos: não será necessário explorar-nos porque a tecnologia terá podido — e em grande parte já o pode agora — substituir industrialmente nossas ofertas de monoprodução (Carlos Fuentes, *La Nueva Novela Hispanoamericana*, México, Cadernos de Joaquim Mortiz, 1969)».

5ª Questão

- O presente momento político possibilitou o lançamento de um processo de integração das economias da Argentina e Brasil. Em sua opinião, quais seriam os interesses recíprocos que, na área econômica, estariam justificando tal iniciativa?

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Enunciado das questões:

Discuta *duas* das seguintes afirmações:

1. Uma das dificuldades que enfrenta, em nossos dias, o diplomata é a da distinção entre o que é técnico e o que é político em negociações específicas. Problemas mais grave, porém, é o de definir os limites do interno e do internacional. Este segundo ponto coloca questões delicadas, especialmente quanto à conceituação contemporânea da não-intervenção, em matéria econômica, por exemplo.
2. Reduzida à sua expressão mais simples, a crise do multilateralismo é, na verdade, a crise do Terceiro Mundo.
3. Apesar de algumas críticas sobre a imprecisão da noção de poder em relações internacionais, as teorias realistas são ainda o melhor instrumento analítico de que dispõe um diplomata para analisar o ambiente internacional.
4. Não existem causas estruturais internas que expliquem as chamadas crises regionais. Estas nascem de disputas de poder e são, na verdade, expressões de conflitos globais.
5. Muitos analistas acreditam que são os fatores internos, especialmente os que dizem respeito ao regime político,

aqueles que determinam o comportamento diplomático de um Estado. As democracias teriam, como vantagem, a força de legitimidade de suas opções e a vocação pacífica. Os autoritarismos, em contrapartida, teriam, como vantagem uma imensa facilidade de manobra. Os acontecimentos dos últimos meses parecem, porém, desmentir cabalmente as análises desse tipo.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

I — Questão obrigatória

Discuta as vantagens e/ou desvantagens que adviriam de um dispositivo constitucional que declarasse o Brasil «país neutro».

II — Faça uma sucinta análise de um dos seguintes temas sublinhando o que seria a «percepção brasileira» do tema escolhido:

- a) Negociações sobre mísseis de alcance médio.
- b) Implicações diplomáticas e de política externa do caso Irã-Contras.
- c) O momento diplomático na América do Sul: acontecimentos, dificuldades, controvérsias, tendências.
- d) O conservadorismo europeu e suas implicações internacionais.
- e) A crise do multilateralismo e a hipótese das «potências médias» como novo pólo de aglutinação multilateral.

III — Escolha um dos seguintes temas para comentários:

- a) «É falaciosa a noção de que o equilíbrio do terror bloqueia a utilização da força pelas Superpotências. A ameaça nuclear foi usada em certas circunstâncias históricas; e o poder nuclear é efetivamente um dado essencial da equação política internacional».
- b) «A intensificação do movimento diplomático na América Latina nos últimos anos é atribuído, por alguns analistas, à democratização, que teria levado a um repúdio das políticas de poder e à busca da integração econômica. Porém, em outras circunstâncias, até mesmo na história do continente, é o autoritarismo que se mostrou mais disposto a essas atitudes, justamente para buscar uma legitimidade que internamente não conseguia.

Mas, o dado fundamental a reter é que, visto em perspectiva histórica, as diferenças entre regimes têm pequena influência sobre as opções de política externa».

- c) «São muitos os elementos que levam a considerar que a política internacional nos anos 80 não tem sido mais do que uma diversidade desarticulada e fragmentária de relacionamentos bilaterais».

XV CAD

Os exames do XV Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, para qual o IRBr recebeu inscrições em 1986, realizaram-se em agosto, nos dias 11 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais), 12 (Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais), 13 (Prática Diplomática e Consular) e 14 (Organização e Métodos de Trabalho do MRE), em Brasília e nos postos no exterior, segundo a lotação dos candidatos.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Thaís Eleonora Guerra Rego
Henrique Luiz Jenné
José Mauro da Fonseca Costa Couto
Bruno de Risios Bath
Marcel Fortuna Biato
Cláudio Frederico de Matos Arruda
João Batista Lanari Bó
José Roberto Procopiak
Maria Sílvia Barbin Laurindo

RELACIONAMENTOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS E ORGANISMOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

Primeira Questão: (Dissertação)

A permanência do Brasil no Grupo dos 77 tem sido objeto de críticas por parte de alguns setores da sociedade brasileira que argumentam ter o País atingido um estágio de desenvolvimento econômico incompatível com as teses e posições defendidas pelo Grupo dos 77 nos foros internacionais. Apresente os prós e contras da permanência do Brasil no Grupo dos 77, à luz, inclusive, dos temas mais prementes da agenda internacional, tais como dívida externa e transferência de tecnologia.

Segunda Questão:

Assinale as principais razões que levaram o Brasil a contestar a competência do GATT na área de serviços e justifique a compatibilidade do documento de lançamento da Rodada Uruguai com a posição brasileira.

Terceira Questão:

Comente, do ponto de vista das relações econômicas internacionais:

«É evidente que os EUA e a URSS, a Europa Ocidental e a China Continental, seja no campo das relações estratégico-diplomáticas, seja no mercado mundial ou em ambos, têm poder suficiente para impedir a vigência de uma ordem incompatível com seus valores e interesses. Entretanto, não têm poder suficiente para manter a ordem mundial sem uma participação mais ativa dos demais membros do sistema internacional. É isto que vem tornando extremamente mais complexa a agenda efetiva das relações internacionais». (Paradoxos e Possibilidades; Celso Lafer; Editora Nova Fronteira; 1982).

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

Prática Diplomática

- I — Discorra sobre a doutrina brasileira relativa a reconhecimento de Estado, reconhecimento de governo, e estabelecimento de relações diplomáticas. Comente, especialmente, os casos do Camboja, do Vietnã, do Afeganistão e de Taiwan.
- II — Os princípios consagrados na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, no que diz respeito a imunidade de jurisdição (artigo 31), diferem substancialmente do projeto da Harvard Law Research. Em sua opinião, não teria sido melhor acolher a fórmula simplificada de Harvard, segundo a qual «um Estado acreditado não exercerá jurisdição judicial ou administrativa sobre membro de uma missão ou sobre membro de sua família», sem enunciar restrições? Comente.

Material de consulta permitido:

— Manual de Serviço Consular e Jurídico

- Constituição Federal
- Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas

Prática Consular

- I — Compareceu ao Consulado do Brasil em Los Angeles o Senhor «X», brasileiro, casado em Nova York com a nacional norte-americana «Y», solicitando transcrição do seu casamento no livro de Atos de Registro Civil daquela Repartição Consular. O Cônsul teve dúvidas sobre como deveria proceder e solicitou instruções à SERE. Que resposta você daria ao Consbras Los Angeles?
- II — O Senhor «X», nascido em Montevideu a 15 de julho de 1961, filho de mãe brasileira e pai uruguaio, retornou ao Brasil em companhia de sua genitora em 1962, após o divórcio de seus pais. Não havia sido registrado em Repartição Consular brasileira. Estudou Medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, ao concluir o curso, dirigiu-se ao Conselho Regional de Medicina em Porto Alegre para habilitar-se ao exercício da profissão. Foi-lhe dito, então, que não era brasileiro e que se encontrava em situação irregular no País. Por que o Senhor «X» não é brasileiro e o que deverá fazer para obter a nacionalidade brasileira?

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

Primeira Questão:

O Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, dispõe sobre a estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores. Mediante criteriosa utilização do referido texto, responda, com brevidade e objetividade, às seguintes indagações:

- a) na estrutura matricial de funcionamento do MRE, quais as principais funções atribuídas à Secretaria-Geral?
- b) qual pode ser o papel das Subsecretarias-Gerais na formulação e na implementação dos programas anuais de trabalho de suas respectivas unidades administrativas?
- c) a qual órgão incumbe dar unidade às atividades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores?

Segunda Questão:

Pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, o Senhor Ministro de Estado aprovou o «Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores». No capítulo VII estabelece-se a Inspeção-Geral do Serviço Exterior e na Seção 1 indica-se a competência da unidade. Elabore proposta, a mais completa possível, para um roteiro de inspeção de Missão Diplomática no exterior que permita sejam atingidos os objetivos mencionados na Seção 1.

Terceira Questão:

As diretrizes fixadas pelo Senhor Presidente da República para as propostas orçamentárias setoriais de 1988 indicam que todos os órgãos disponham, no próximo exercício, de recursos equivalentes aos que lhes foram atribuídos na Lei do Orçamento para 1987. Admite-se, porém, que, caso alguma unidade necessite de recursos adicionais para atividade ou projeto, venha a ser formulado um pedido à parte (denominado extrateto), com indicação clara dos objetivos pretendidos e das metas a serem atingidas. Elabore a proposta que uma unidade gestora deve encaminhar à SECOR, que contenha breve, mas completa, justificativa para tais recursos adicionais.

XVI CAD E XVII CAD

Estiveram abertas, de 04 a 29 de maio, as inscrições para o XVI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas provas estão previstas para março de 1988. O XVII CAD recebeu inscrições de 08 de setembro a 16 de outubro de 1987, estando os exames marcados para agosto e setembro de 1988.

XIV CAE

Dando prosseguimento ao XIV Curso de Altos Estudos, o Instituto Rio Branco recebeu os trabalhos escritos e procedeu à arguição dos candidatos, inscritos em 1986.

A Banca Examinadora, presidida pelo Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, foi dividida em duas Câmaras: a primeira composta do Embaixador Bernardo Pericás Neto, Ministro José Francisco Rezek e Ministro Carlos Augusto Rego Santos Neves, e a segunda, do Embaixador Marco César Naslauský, Ministros Gelson Fonseca Júnior e o Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Frederico César de Araújo
Renato Luiz Rodrigues Marques
Valdemar Carneiro Leão Neto
Geraldo Affonso Muzzi

Durante o estágio de atualização, foram proferidas as seguintes conferências: «Reformulação do Sistema Brasileiro de Cooperação Técnica — Papel do Itamaraty», pelo Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia (Chefe do Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica — DCT); «As relações Brasil-Argentina», pelos Embaixadores Hector Subiza (Argentina) e Francisco Thompson Flôres Neto (Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais); «O Brasil e a Antártida», pelo Contra-Almirante Paulo Cezar de Aguiar Adrião (Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar), pelo Ministro Mauro Mendes de Azeredo (Chefe do Departamento de Temas Internacionais Especiais — DTE/SGAM) e pelo Professor Antônio Carlos Rocha Campos (Coordenador do Grupo de Gerenciamento do PROANTAR) Universidade de São Paulo; «A Atuação da TCU», pelo Embaixador Carlos Átila (Ministro do Tribunal de Contas da União); «A Atuação do Supremo Tribunal Federal», pelo Ministro Oscar Dias Corrêa; «A Atuação do Ministério», pelo Ministro Celso Furtado; «A Controvérsia entre a Nicarágua e os Estados Unidos da América e a sentença da Corte Internacional de Justiça de junho de 1986», pelo Professor Vicente Marota Rangel, do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP.

XV CAE

O XV Curso de Altos Estudos, que recebeu inscrições em 1986, realizou a seleção dos trabalhos escritos e as arguições no segundo semestre de 1987.

A Banca Examinadora foi presidida pelo Embaixador Bernardo Pericás Neto, e esteve dividida em duas Câmaras: a primeira integrada pelo Ministro José Francisco Rezek, Ministro Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Ministro Carlos Augusto Rego Santos Neves e a segunda, pelo Embaixador Marco César Meira Naslausky, Ministro Gelson Fonseca Júnior e Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Luiz César Vinhaes da Costa
Edgard Telles Ribeiro
Ricardo Luiz Viana de Carvalho

O estágio de atualização compreendeu as seguintes conferências: «Alguns aspectos da administração do Itamaraty e da política externa brasileira», pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima (Secretário-Geral das Relações Exteriores); «A situação política nacional e suas perspectivas de curto e médio prazo», pelo Professor Walder de Góes (jornalista e professor de Ciência Política na Universidade de Brasília); «A Expansão do Estado no Brasil», pelo Professor Luciano Martins (Doutor em Ciências Humanas pela Sorbonne e Professor de Ciência Política na UNICAMP).

FORMANDOS DE 1987

Antônio Carlos de Salles Menezes

Universidade Federal de Pernambuco — Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Curso de Ciências Econômicas (1980); Michigan Certificate of Proficiency in English — University of Michigan; Certificat des Etudes Pratiques de L'Alliance Française; Certificat de NANCY 1^{er} DEGRE — Université de NANCY II. Certificado de Conclusão de Treinamento em Brasília (VI CITRE) — SEPLAN/MRE; Certificado de Conclusão de Treinamento no Exterior (VI CITRE) — MRE.

Benedicto Fonseca Filho

Bacharelado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília — UnB (1985), Certificate of Proficiency in English — Universidade de Cambridge, Certificado de Proficiência em Francês — Universidade de Nancy III.

Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra

Bacharelado em Ciências Sociais (com habilitação em Antropologia) — Universidade de Brasília — UnB.

Fernando Luís Lemos Igreja

Bacharelado em Direito Constitucional — Universidade de Brasília/UnB.

Flávio Soares Damico

Bacharelado em Ciências Econômicas (1982), Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Proficiency in Michigan (1980), American Language Institute Georgetown University (1984), Université de Nancy I — United States Industrial Relations System-University of Wisconsin (1984), Pós-Graduação em

Economia — Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (UFRGS) — (1984).

Francisco Chaves do Nascimento Filho

Letras/tradução, 8º semestre — Universidade de Brasília — UnB, «Curso Capelle» — Aliança Francesa de Brasília, «Basic and Advanced English Courses» — Casa Thomas Jefferson.

Gilberto Gonçalves de Siqueira

Bacharelado em Direito — Universidade Federal do Paraná (1978/83), Certificat Pratique de Langue Française (CEPAL) — Aliança Francesa, Diplôme D'Etudes Supérieures de Langue Française (3 diplomas da Universidade de Nancy, Nancy I, II e III da Aliança Francesa), Oxford Certificate.

Júlio César Fontes Laranjeira

Bacharelado em Direito — Universidade de Brasília — UnB, Royal Society of Arts II — Basic and Advanced English (Casa Thomas Jefferson); Teacher's Training Course Certificate (IBI); Reader's Theater (Casa Thomas Jefferson).

Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz

Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília — UnB, (1979), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas; Mestrado em Relações Internacionais, fase de elaboração de tese; Certificate of Proficiency in English, pela Universidade de Michigan, Certificate of Proficiency in English, expedido pela Universidade de Cambridge.

Márcia Donner Abreu

Bacharel em Direito (1981) — Faculdade de Direito Cândido Mendes — Ipanema/RJ; Certificat D'Etudes du Développement, Institut Universitaire d'Etudes du Développement, Genève, 1983; Diplôme — Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales (mention Droit International) — Genève, 1986; Cours d'été — Académie de Droit International de La Haye, La Haye, 1986.

Maria Cristina Pereira da Silva

Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autônoma de Madrid, 7º semestre.

Pedro Fernando Saraiva Etchebarne

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais — 7º Semestre — Universidade do Rio Grande do Sul.

Reinaldo José de Almeida Salgado

4º Ano do Curso de Relações Internacionais — Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de Brasília (UnB); Certificate of proficiency in English, expedido pela Universidade de Cambridge e Certificate of Proficiency in English, expedido pela Universidade de Michigan.

Renata Prata Saint-Clair Pimentel

Bacharelado em História (1985) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Diploma de T.T.C. (Teacher Training Course) do Curso Oxford — Rio de Janeiro.

Ricardo André Vieira Diniz

Montgomery College — E.U.A. (Associate of Arts), American University — Washington — E.U.A. (Licenciado em Ciências Puras, em Física e Filosofia), American University — Washington — E.U.A. (Mestrado em Economia) (Desenvolvimento econômico e Finanças).

Ricardo José Lustosa Leal

Bacharelado em Filosofia — Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, Certificate of Proficiency in English (University of Cambridge).

Rodrigo de Lima Baena Soares

Direito — 8º semestre. Centro de Ensino Unificado de Brasília. Independent British Institute — First Certificate of English.

Ronaldo Costa Filho

Arquitetura e Urbanismo, 5º semestre, Universidade de Brasília, Engenharia Mecânica, 2º semestre, Universidade de Brasília.

Rubens Gama Dias Filho

Curso de Economia (1983), Departamento de Administração, Universidade Católica de Goiás.

Silvio José Albuquerque e Silva

Bacharel em Direito — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Engenharia Química — 2º semestre — Uni-

versidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Certificate of Proficiency — University of Michigan.

Sônia Regina Guimarães Gomes

Bacharel em Relações Internacionais — Universidade de Brasília; Direito — Universidade de Brasília — 6º semestre; Mestrado em Relações Internacionais — Universidade de Brasília (não concluído). First Certificate in English, Certificado de Conclusão de Curso — Cultura Inglesa. CEPAL — Certificat d'Étude Pratique de l'Alliance Française. Diplomas de NANCY I, II e III.

SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE ANÁLISE E FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERIOR

Juntamente com o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), vinculado à Fundação Alexandre de Gusmão, e em coordenação com o Projeto PNUD/CEPAL de Apoio aos Serviços Exteriores da América Latina (Projeto RLA/86/002), o Instituto Rio Branco promoveu a realização em Brasília, de 2 a 4 de dezembro de 1987, de um Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior.

Foi a seguinte a programação do Seminário:

Dia 02 de dezembro:

Manhã — Tema: «O Novo Contexto Internacional da Política Exterior»

Coordenador: Ministra Thereza Maria Machado Quintella, Diretora do IRBr.

Expositores: Dr. Hélio Jaguaribe, Presidente do Programa de Estudos Conjuntos sobre Relações Exteriores da América Latina (RIAL) e Diretor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro.

Dr. Celso Lafer, da Universidade de São Paulo.

Tarde — Tema: «Configuração da Agenda Internacional dos Países»

Coordenador: Dr. Roberto Russel, Professor de Relações Internacionais da FLACSO. Buenos Aires.

Expositores: Ministro Gelson Fonseca Júnior, Diretor do IPRI.

Dr. Heraldo Muñoz, cientista político. Diretor de PROSPEL. Professor do Instituto de Estudos Internacionais.

Dia 03 de dezembro:

Manhã — Tema: «Os Sistemas de Atores que influem na Formulação da Política Exterior»

Coordenador: Dr. Luciano Tomassini, Coordenador do Projeto de Apoio aos Serviços Exteriores da América Latina.

Expositores: Dr. Mandred Mols, da Universidade de Maguncia, RFA.

Professor Manfred Wilhelmy, da Universidade Católica de Valparaíso e Professor Visitante da Universidade de Princeton.

Tarde — Tema: «Os Processos de Tomada de Decisão»

Coordenador: Dr. Celso Lafer, da Universidade de São Paulo.

Expositores: Sr. David Scott Palmer, do Foreign Service Institute do Departamento de Estado.

Conselheiro Richard I. Bellivean, da Embaixada do Canadá em Brasília.

Dia 04 de dezembro:

Manhã: Debate geral sobre «A Situação das Chancelarias Latino-Americanas com Respeito à Análise e Formulação de Política Exterior».

Coordenador: Professor Carlos Henrique Cardim, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Expositores: Dra. Rosário Green, Diretora do Instituto Matias Romero de Estudos Diplomáticos, da Secretaria de Relações Exteriores do México.

Dr. Alejandro San Martin, Diretor do Instituto Peruano de Relações Internacionais.

Sr. José Luis Aldabalde, Subdiretor do Instituto Artigas, do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai.

Participaram do Seminário os seguintes diplomatas especialmente designados:

Argentina: Conselheiro Alberto Suburu, Coordenador do Setor Atlântico da Direção da América do Sul, Subsecretaria de Assuntos Latino-Americanos.

Bolívia: Conselheira Maria Antonieta López, da Direção da Europa.

Brasil: Ministra Heloísa Vilhena de Araújo, Chefe da Divisão da Ásia e Oceânia II.

Conselheiro Joaquim Luiz Cardoso Palmeiro, Chefe da Divisão da América Meridional I.

Conselheiro Joaquim Augusto Whitaker Salles, Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos.

Conselheiro Pedro Motta Pinto Coelho, Chefe da Divisão da América Meridional II.

Primeiro Secretário Arthur Vivacqua Corrêa Meyer, Chefe da Divisão da Europa I.

Primeiro Secretário Carlos Alberto Simas Magalhães, Chefe do Centro de Documentação.

Primeiro Secretário Antonio José Maria de Souza e Silva, da Divisão de Política Financeira.

Primeira Secretária Leda Lucia Martins Camargo, da Divisão Econômica da América Latina.

Primeiro Secretário João de Mendonça Lima Neto, da Divisão da América Meridional I.

Colômbia: Dr. Abelardo Ramirez Casca, Assessor.

Chile: Embaixador Juan Enrique Carrasco Diaz, Diretor de Planejamento.

Ecuador: Embaixador Patricio Palacios Cevallos, Diretor-Geral de Cooperação Técnica.

Guiana: Sr. Compton Bradshaw, Diretor interino, Direção Política I (Américas e Caribe).

México: Conselheiro Salvador Jimenez Munoz, Diretor de Área para a América Latina e o Caribe.

Paraguai: Conselheiro Guillermo Frizza, Secretário Particular do Ministro de Estado.

Peru: Primeiro Secretário Vicente Rojas Escalante, Chefe do Departamento Brasil e do Tratado de Cooperação Amazônica.

Suriname: Embaixador Henri A. M. Guda, Coordenador de Assuntos Econômicos.

Uruguai: Sr. Domingo Schipani, Subdiretor Regional da América do Sul.

Venezuela: Conselheira Zoed Karan, da Direção-Geral de Política Internacional.

O Seminário realizou-se a portas abertas, na Sala de Exposições do Palácio Itamaraty e compareceram também, a uma ou mais sessões, Embaixadores e outros membros, das Representações diplomáticas dos países participantes, acadêmicos latino-americanos que acabavam de participar em Brasília de reunião anual do RIAL, professores da Universidade de Brasília e diplomatas brasileiros.

Na tarde do dia 02 de dezembro, os Diretores do IRBr e do IPRI ofereceram um coquetel de boas-vindas aos expositores e participantes, na ante-sala do Auditório do Palácio Itamaraty.

FORMATURA DA TURMA DE 1986

Durante as comemorações do Dia do Diplomata, realizadas no dia 13 de maio de 1987, teve lugar a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1986, em cerimônia presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, na presença do Ministro das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e da Diretora do Instituto Rio Branco, Ministra Thereza Maria Machado Quintella.

A cerimônia, este ano, teve novo formato, fazendo uso da palavra, além do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Senhor Presidente da República, a paraninfa da turma, Conselheira Heloisa Vilhena de Araújo, e o orador dos formandos, Terceiro Secretário Cláudio Raja Gabaglia Lins.

Os formandos escolheram para seu Patrono o Embaixador João Augusto de Araújo Castro.

A Diretora do Instituto Rio Branco procedeu à chamada dos três primeiros colocados, que receberam das mãos do Senhor Presidente da República os diplomas e prêmios a que fizeram jus (Rio Branco e Lafayette de Carvalho e Silva e Prêmio de Viagem); logo após foi feita a leitura por ordem de classificação dos nomes dos novos diplomatas brasileiros e estrangeiros. Foram os seguintes os formandos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1986, por ordem de classificação:

1. Fernando Apparicio da Silva
2. Carlos Marcio Bicalho Cozendey
3. Cláudio Raja Gabaglia Lins
4. Julio Glinternick Bitelli

5. Maria Luisa Escorel de Moraes
6. Luis Antônio Balduino Carneiro
7. Ronald Cardoso Mendes Júnior
8. Márcia Loureiro
9. Carlos Afonso Iglesias Puentes
10. Glivânia Maria de Oliveira
11. Geraldo Veiga Rivello Junior
12. Irene Vida Gala
13. Sérgio Ricoy Pena
14. Luis Cláudio Villafane Gomes Santos
15. Ana Maria Mulser Parada
16. Alexandre Campello de Siqueira
17. Roberto Furian Ardenghy
18. Paulo Marcos Almeida de Moraes
19. José Augusto Silveira de Andrade Filho
20. Evaldo Freire
21. Cláudia Fonseca Buzzi
22. Paulo Roberto Amora Alvarenga
23. Marco César Moura Daniel
24. Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes
25. Antônio Carlos de Souza Leão Galvão França
26. Flávio Marega
27. Cláudio Roberto Poles
28. Ruy Pacheco de Azevedo Amaral
29. João Marcelo de Aguiar Teixeira
30. José Marcos Nogueira Viana
31. Márcia Maro da Silva
32. Maria Thereza Vieira Diniz
33. Licínio Delgado Pahim
34. Nestor José Forster Júnior
35. Antônio Otávio Sá Ricarte
36. Paulino Franco de Carvalho Neto
37. Paulo Fernando Dias Peres
38. Ricardo de Souza Franco Peixoto
39. Sabine Nadja Popoff
40. João Alberto Dourado Quintaes
41. João Tabajara de Oliveira Júnior
42. Jandira Gill Chalu Pacheco
43. Alexandre da Silva Barbado

Bolsistas Estrangeiros:

- 1) Daniel Leopoldina Soares Oliveira (Cabo Verde)
- 2) Allou Allou (Costa do Marfim)

- 3) Jean Allogo-Nguema (Gabão)
- 4) Manuel Estuardo Roldán Barillas (Guatemala)
- 5) Michael Adipo Okoth Oyugi (Quênia)
- 6) Maria de Jesús Días Obregón (República Dominicana)
- 7) Domingos Augusto Ferreira (São Tomé e Príncipe)
- 8) Winston Guno Lackin (Suriname)
- 9) Gerald Musilekwa Wakumelo (Zâmbia)

Foram os seguintes os alunos premiados:

Fernando Apparício da Silva —

1º colocado no CPCD, Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro; Prêmio Viagem.

Carlos Márcio Bicalho Cozendey —

2º colocado no CPCD Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata.

2º colocado no Exame Vestibular ao CPCD, Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze. Prêmio Viagem.

Cláudio Raja Gabaglia Lins —

1º colocado no Exame Vestibular ao CPCD — Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata.

Maria Luisa Escorel de Moraes —

3ª colocada no CPCD, Prêmio Viagem.

A seguir, os discursos pronunciados durante a cerimônia de formatura da Turma Embaixador Araújo Castro.

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
DR. JOSÉ SARNEY**

Revivo hoje antiga tradição: os novos diplomatas, no dia de sua formatura, recebem do Presidente da República estímulo e esclarecimento sobre as diretrizes de política externa que lhes caberá executar, guiados pelas competentes chefias do Itamaraty.

Esta casa é habitada pela História. História que é memória viva. Que conserva o ensinamento do passado e se projeta, sem timidez, ao encontro de seus destinos.

Esta continuidade toma corpo nos princípios e exemplos que legaram ao Itamaraty seus maiores, dentre os quais ressalta a figura de Rio Branco. Ele trouxe para a República o que de melhor havia na diplomacia imperial — o profundo conhecimento histórico e geográfico do País — e lhe acrescentou elementos inovadores inerentes ao espírito de sua época.

Os princípios recolhidos dos ilustres precursores da diplomacia brasileira são sobejamente conhecidos e podem-se resumir em alguns enunciados fundamentais: vocação para as soluções pacíficas, a boa convivência e o primado do Direito.

Alicerçada nesses princípios tradicionais, a política externa brasileira tem sabido atualizar seus horizontes temáticos. Aplicando a fatos novos princípios inarredáveis, ela tem sabido interpretar nosso estilo enquanto Nação. Com constância, prudência e criatividade, tem-se projetado de maneira natural.

O diplomata brasileiro representa Nação sem inimigos. A paz torna nossa atividade diplomática um incessante abrir caminhos, um incansável construir relacionamentos.

Ao meu Governo coube momento particularmente rico e desafiante das relações internacionais do Brasil. Digo isto com a serenidade dos que conhecem o seu dever, não carecendo de incentivo outro para cumpri-lo.

Na Nova República, nossa política externa ganhou em coerência, dinamismo, eficácia, transparência e independência.

Não se vinculando a blocos nascidos em contexto geográfico e político distinto do nosso, o Brasil luta para que sejam superados progressivamente os antagonismos ideológicos e os impasses políticos entre Leste e Oeste, bem como o grau excessivo de polarização que ainda se registra nas relações internacionais. Consoante com essas mudanças, redefinimos o nosso papel no cenário internacional. Queremos contribuir para que o século XXI não repita o quadro de guerras, de fome e de opressão que vem marcando este século.

Lutamos por uma ordem política internacional mais democratizada. E também por uma revisão da atual ordem econômica, flagrantemente injusta e prejudicial aos países que lutam por seu desenvolvimento e pelas condições mínimas de bem-estar para seus povos. Uma ordem que leva à depreciação dos preços dos produtos primários, ao protecionismo praticado nos mercados com maior capacidade de importação e à asfixia através da transferência reversa de capitais não é apenas iníqua. É ilógica. É inviável.

Sabemos que a situação internacional é decisiva para a tarefa gigantesca de nosso País de completar seu desenvolvimento e acabar com a fome e a miséria de seu povo. A política externa brasileira está comprometida com nossa política de crescimento e com a luta contra o desemprego.

Não podemos ser passivos, o que não quer dizer que busquemos a via da confrontação.

Mas a ausência de confrontação ou o reconhecimento da interdependência não devem implicar a dependência em relação aos atuais centros de poder político e aos pólos econômicos mundiais. Não podemos permitir que a realidade do congelamento de poder político e econômico invada a razão política e comprometa nossa independência, segurança, dignidade, cultura ou identidade nacional.

Se, de um lado, não podemos nos afastar dos mais importantes pólos de irradiação econômica e científico-tecnológica, sob pena de nos condenarmos ao atraso e à vulnerabilidade, de outro,

devemos ter o cuidado de preservar nossa autonomia quanto a decisões essenciais para nosso futuro como Nação.

O Brasil nunca aspirou e nem aspira ao poder ofensivo, pois não pode nem deseja impor sua vontade a outros. Mas certamente já tem e pretende conservar suficiente poder de evitar que a vontade alheia lhe seja imposta; poder, portanto, de afirmação de sua autonomia, de seu estilo de vida, de suas leis internas, e dos princípios e prioridades de sua atuação externa.

Esta é a visão que fazemos valer no nosso comportamento internacional, no tratamento das mais diferentes questões com que somos confrontados.

Não é objetivo do Brasil tornar-se uma potência militar, pois quem concentra armas concentra perigos, e quem domina pela força tem contra si a revolta dos dominados.

Poder não é apenas força, e esta, sozinha, não comanda a política.

O Brasil age sem medo, pois seu recurso negociador não é a força: seu poder, ao contrário, se assenta no Direito.

Não nos interessa reeditar imperialismos nem exercer hegemônias. País multicultural e com interesses globais, busca o Brasil a interação entre as culturas e aceita a pluralidade de ideologias e sistemas políticos.

Queremos, na realidade, progredir, dentro da paz e da cooperação, através de laços horizontais.

Esta é uma das razões pelas quais, para encontrar nossos próprios caminhos, atribuímos tanta importância à cooperação entre os países em desenvolvimento.

A compreensão da globalidade de nossos interesses nos fez restabelecer as relações diplomáticas com Cuba e abrir novos canais de diálogo político e de cooperação econômica com o Leste europeu. Lançou-nos também a novas frentes de cooperação na Ásia, em especial com o Japão, com a China, a Índia e as Nações da Associação dos Países do Sudeste Asiático.

Nossas políticas latino-americana e africana receberam nova e mais profunda orientação.

O projeto brasileiro, hoje amplamente aceito, de tornar o Atlântico Sul uma zona imune a armas nucleares e aos confrontos das superpotências é o marco da criação de uma ampla região de cooperação.

Nosso processo de integração com a Argentina e o Uruguai, exemplo bem-sucedido de cooperação entre países em desenvolvimento e embrião de laços mais estreitos entre todos os países latino-americanos, caminha não com palavras, mas com atos.

Participamos hoje mais diretamente na busca da pacificação, no apoio à autodeterminação e no repúdio à ingerência nos negócios internos dos países centro-africanos.

Temos também repudiado, inclusive através de sanções, a política racista e intervencionista da África do Sul.

Encarando com responsabilidade e confiança o multilateralismo, desejosos de participar ativamente do debate sobre as questões relativas à paz e à segurança internacionais, decidimos apresentar nossa candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Aderimos aos pactos internacionais de direitos humanos e à convenção da ONU contra a tortura.

Em matéria de direitos humanos acreditamos que sua observância em muito contribui para facilitar a verdadeira autodeterminação dos povos. Esta é uma questão que transcende os Estados para tornar-se responsabilidade de todos os homens.

Ocorre que a democracia e o exercício dos direitos humanos muitas vezes sofrem as ameaças advindas de condições econômicas e sociais injustas. Deve existir, assim, uma co-responsabilidade internacional na geração de condições econômicas para que a democracia e os direitos humanos se mantenham vivos.

A ninguém genuinamente interessa que da fome e da miséria levistem o fogo da violência e a poeira da destruição.

Na busca de uma maior equidade nas relações econômicas internacionais, atribuímos grande importância às negociações econômicas em curso, na área de comércio, de serviços ou de finanças.

O diplomata brasileiro deverá estar na dianteira dessas negociações, assumindo um papel criativo e inovador.

Meu Governo tem sabido resistir às fórmulas recessivas impostas de fora; tem podido conduzir soberanamente as negociações relativas a contenciosos comerciais; tem obtido resultados satisfatórios no encaminhamento da questão da informática e tem retomado a autonomia no problema da dívida externa.

As responsabilidades devem ser igualmente compartilhadas pela crise da dívida.

Ela foi desencadeada, em grande medida, porque os países industrializados decidiram adotar uma política recessiva, de aumento das taxas de juros, transferindo, assim, parte substancial do custo do seu ajuste às economias dos países mais pobres.

Queremos a colaboração da poupança externa, necessária para nosso crescimento acelerado, seja sob a forma de créditos, seja como capital de risco. Só não podemos permitir que a contribuição líquida do capital estrangeiro em nossa economia continue negativa.

Já não é somente nossa a idéia de que não se pode sacrificar o crescimento de um país em desenvolvimento para pagar a dívida. Encontra apoio explícito de inúmeros entre os mais eminentes e experimentados estadistas, pensadores e jornalistas norte-americanos, europeus e latino-americanos.

A crise da economia internacional, com seus reflexos em países como o Brasil, não esgota nossa agenda diplomática. Parafraseando imagem de uma saudosa figura do Itamaraty, o Chanceler Araújo Castro, existe outro Ponto Cardeal além do Leste, do Oeste e do Norte: o Sul. É nessa direção que se projetam muitas de nossas mais importantes iniciativas recentes. O âmbito dos países em desenvolvimento oferece espaço livre para a construção de relações de tipo novo, isentas de qualquer assimetria, imunes a veleidades de imposição de dominações ou dependências.

A primazia que o Brasil concede às relações Sul/Sul levou-me a decidir estabelecer, a curtíssimo prazo, a Agência Brasileira de Cooperação — ABC. Esta instituição, que deverá funcionar no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, buscará dar melhor operacionalidade e rapidez às nossas ações de cooperação técnica, coordenando adequadamente esforços e definindo atividades e projetos de cooperação internacional prestada por instituições brasileiras.

Não devemos visar a estabelecer ambiciosos programas de ajuda externa, à semelhança dos que praticam os países industrializados. Nosso País não possui os meios para tanto. Realista e desejável é, sim, compartilhar com nossos irmãos da América Latina, do Caribe, da África, do Oriente próximo e da Ásia, as experiências bem-sucedidas e os avanços que os brasileiros obtiveram em setores como a pesquisa agrícola, a formação técnica profissional, o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, o combate às moléstias tropicais — sem excluir as tecnologias de ponta, onde existir capacidade de absorção. Assim poderemos

dar uma contribuição que seja eficaz para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos países amigos, além de compatível com os recursos de que dispomos.

Senhores diplomatas,

O Itamaraty tem estado ativamente presente no diálogo crescente do Estado com a sociedade civil, debatendo temas de política externa com a Constituinte, a imprensa, a universidade, as diversas entidades representativas e associações de classe.

Não queria deixar passar esta oportunidade de agradecer a colaboração dedicada e patriótica que tenho recebido desta Casa, a lealdade e o empenho com que têm sido executadas as linhas de ação por mim definidas. Os quadros funcionais do Itamaraty constituem um exemplo de qualidade, profissionalismo e estabilidade.

Por todas essas razões é que hoje tive a grande satisfação de assinar decreto que dá nova organização à estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Dá-se, assim, seqüência ao processo de modernização do Itamaraty, iniciado em julho do ano passado, quando determinei fossem realizados estudos e tomadas diversas medidas para a reorganização do serviço exterior, no contexto geral da reforma administrativa.

Normalizaram-se os quadros da carreira de diplomata, que conquistou regras precisas e claras, calcadas nos melhores princípios de equidade, privilegiando a igualdade de oportunidades e o mérito profissional. Redistribuíram-se e descentralizaram-se os serviços. Para essa tarefa muito contribuiu o Ministro Abreu Sodré, que com dedicação e espírito público vem servindo ao Itamaraty, trazendo para esta Casa a sua larga experiência de administrador e político.

A carreira de diplomata retomou a moldura de regras sólidas, que contribuíram para lhe granjear reputação universal, já agora com a incorporação de institutos modernos e concebidos em consonância com os desafios profissionais gerados pela crescente e necessária presença do Brasil na comunidade das nações.

Jovens diplomatas,

Após passarem por concurso de seleção dos mais exigentes, mais dois anos de árduos estudos, iniciam hoje as senhoras e senhores uma carreira de serviços ao Brasil. Este é, pois, um dia

de natural orgulho. Felicito-os pela distinção e faço votos para que tenham, ao longo de suas vidas profissionais, o mais merecido êxito.

Ser diplomata é ter no sangue a terra. Sentir, pensando no País, e, onde estiver, fazer chegar um pedaço de todos nós: da Pátria, da História, da cultura.

A tradição desta Casa, a excelente formação profissional com que o Instituto Rio Branco prepara os seus diplomatas, asseguram ao Brasil a continuidade de homens que, pelo conhecimento e pela responsabilidade, estão aptos para a saga da inteligência que é a diplomacia moderna.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, DR. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ**

O Itamaraty novamente se orgulha de receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, na comemoração do Dia do Diplomata.

Como todos os anos, o Chefe da Nação vem presidir a solenidade em que mais uma turma de Diplomatas se incorpora aos quadros desta instituição, sob a evocação da memória e do legado de nosso patrono.

Pela terceira vez, aqui comparece Vossa Excelência com essa finalidade, o que muito sensibiliza a Casa de Rio Branco. Para mim, pessoalmente, é uma grande alegria, Senhor Presidente, voltar a saudá-lo nesta ocasião, em meu próprio nome e no de todos os que integram a carreira diplomática.

Faço-o também com grande satisfação por estar acompanhado neste momento por dois de meus antecessores, o Senador Afonso Arinos de Mello Franco e o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, homens ilustres que engrandeceram o Itamaraty, conduzindo com lucidez e criatividade a diplomacia brasileira. Interpreto sua vinda hoje a esta Casa como um gesto de especial significado, que certifica e homenageia a tradição de continuidade da nossa política externa.

Senhor Presidente,

Sua grata e insigne presença é mais uma prova da atenção que Vossa Excelência dispensa ao Itamaraty, honrando-nos sempre com seu apoio e incentivo.

Hoje, à diferença das cerimônias anteriores, e conforme uma praxe tradicional que houve por bem resgatar na passagem da data magna da diplomacia brasileira, Vossa Excelência nos con-

cederá ainda o privilégio de um pronunciamento, para nós testemunho altamente expressivo da importância que a política externa vem merecendo em sua ação de Governo.

Estabelece a mesma tradição que, além do Primeiro Mandatário, façam uso da palavra o paraninfo dos formandos e um representante da turma. A solenidade traduz, assim, o ambiente de participação restaurado no Brasil democrático que Vossa Excelência preside.

Aos novos Diplomatas, estendo minha calorosa acolhida, felicitando a todos e a cada um pelo êxito nos estudos que concluíram. Estou seguro de que, a par do contentamento e da emoção que experimentam nesta hora, juntamente com seus pais, familiares e amigos, ressalta a noção dos desafios e responsabilidades que a carreira lhes reserva.

O Itamaraty se mantém sempre em sintonia com seu tempo. Embora a experiência e a tradição constituam valores inerentes ao nosso trabalho, não deixamos de executá-lo também sob o signo permanente da modernidade e da renovação. Como afirmei um ano atrás, na mesma comemoração do Dia do Diplomata, cumpre a esta Casa ajustar a preciosa herança de Rio Branco a um país que se transforma a cada momento e a uma conjuntura internacional também em constante mudança.

É significativo, pois, que a celebração de hoje encontre já o Itamaraty na plena vigência das medidas de reestruturação de pessoal e de racionalização administrativa adotadas a partir do ano passado. Fruto de intensas e abrangentes consultas e reflexões internas, além das contribuições decisivas de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e do Congresso Nacional, essa reforma veio abrir uma nova etapa na vida funcional do Ministério das Relações Exteriores.

Desejo realçar, a esse propósito, a importância do Decreto que Vossa Excelência acaba de firmar nesta cerimônia, dispondo sobre a nova organização básica do Ministério das Relações Exteriores, além da Portaria — que também tive o prazer de assinar na mesma oportunidade — alterando o regimento interno do Itamaraty.

A diplomacia brasileira jamais perde a sua marca de notórias tradições e históricos feitos. Mas, da mesma forma, é uma diplomacia moderna, versátil, imaginativa, infensa a imobilismos e visões rígidas. Como nos versos de Fernando Pessoa, uma diplomacia que se sente «nascida a cada momento para a eterna novidade do mundo».

Não por encontrar-me na chefia desta Casa, desempenhando funções de diplomacia, deixo de ser político. O diplomata e o político, como salientei na cerimônia do ano passado, têm muito em comum. Desde que assumi o honroso cargo que Vossa Excelência me confiou, Senhor Presidente, percebo com nitidez as coincidências e as afinidades entre minha vocação original de político e as aptidões exigidas no exercício da diplomacia, atividade à qual me entreguei com o mesmo espírito de missão que orientou toda minha vida pública.

Não desejo fazer aqui — nem seria esta ocasião para tal — um inventário das ações que o Itamaraty vem empreendendo nestes últimos quinze meses, em cumprimento às diretrizes de política externa fixadas por Vossa Excelência. Permito-me, no entanto, fazer duas breves observações, que julgo importantes. A primeira, a de que Vossa Excelência, Senhor Presidente, conforme tive oportunidade de dizer numa recente palestra, é o protagonista central da política externa, não apenas pelo fato de ser seu formulador insubstituível, em virtude de prerrogativa constitucional, mas também pela sua participação direta e pelo seu empenho permanente no próprio cotidiano da atividade diplomática. Vossa Excelência, de fato, tem revelado dedicação constante, apego pessoal e — permita-me dizê-lo com sinceridade — verdadeiro amor ao trabalho desta Casa. Político como Vossa Excelência, e agora também envolvido, com entusiasmo, na prática diária das relações internacionais, posso bem compreender esses pendores tão autênticos que a vivência das questões de política externa veio acrescentar à sua figura de estadista.

Em segundo lugar, a condição de Ministro que não pertence aos quadros da carreira me deixa inteiramente à vontade para elogiar a nossa diplomacia, credora do respeito e da admiração de toda a Nação e — com prazer dou meu isento testemunho — respeito e admiração de todas as numerosas Chancelarias com as quais tenho tido contacto. O Itamaraty, na verdade, acumula um tesouro histórico de realizações, e seu notável acervo de profissionais, sua experiência, seus talentos, têm servido magnificamente ao País. Alegro-me profundamente que minha gestão tenha contribuído para que se fortalecesse o espírito de coesão desta Casa, essencial para o êxito de uma atividade que se revela sempre mais complexa e desafiante. Nessa tarefa, mais do que os êxitos recentes, alenta-me a certeza de que não faltarão à execução da política externa brasileira o apoio e o devotamento de todos os que, no Brasil e no exterior, vêm participando ativamente

do nobre, apaixonante e cada vez mais intenso trabalho que compete à diplomacia brasileira, em função dos crescentes interesses e responsabilidades do País no cenário internacional.

Senhor Presidente,

O Brasil, como tem dito Vossa Excelência, é maior do que todos os seus problemas. É precisamente dessa perspectiva que a diplomacia brasileira encara, confiante, seus desafios.

Para vencê-los, não poderíamos ter encontrado estímulo e motivação mais oportunos do que na mensagem dirigida por Vossa Excelência ao Poder Legislativo, no dia primeiro de março, quando interpretou fielmente o sentimento do povo brasileiro nesta hora de profundas transformações: «Não nos deixaremos abater pela adversidade, nem seremos vencidos pelo derrotismo. Temos consciência de nossos compromissos e de nossa destinação histórica. Temos todos a exata dimensão de nossa grandeza». Da mesma convicção e do mesmo ânimo, Senhor Presidente, o Itamaraty está imbuído. Se na obra de nosso patrono, Rio Branco, marcada pela paciência e tenacidade, buscamos sempre um exemplo e uma fonte de inspiração para nossos passos e atitudes, hoje a palavra firme e determinada de nosso Presidente tem para nós valioso significado.

É por isso que, unidos e solidários, desejamos ouvi-lo. De nossa lealdade, de nossa vocação de serviço à Pátria, Vossa Excelência pode esperar e exigir o melhor.

Muito obrigado.

DISCURSO DA CONSELHEIRA HELOISA VILHENA DE ARAÚJO, PARANINFA DA TURMA EMBAIXADOR ARAÚJO CASTRO (formandos de 1986)

Em momento de alegria, em que recebemos nesta Casa 43 novos jovens diplomatas, muito nos honra, Senhor Presidente, a presença de Vossa Excelência — particularmente em ocasião em que a cerimônia de formatura do Instituto Rio Branco volta, após muitos anos de interrupção, a seu ordenamento tradicional.

2. Ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Roberto de Abreu Sodré, e ao Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, devemos a retomada dessa tradição: refiro-me, em especial, à escolha do patrono e do paraninfo e ao discurso do orador da turma de formandos.

3. Por ter tido a alegria de encontrar-me na posição de paraninfo da turma de formandos do Instituto Rio Branco de 1986, vi-me levada a refletir sobre o sentido do paraninfo — o que me levou, em seguida, a pensar sobre a figura do patrono.

4. Assim, gostaria de falar brevemente sobre os significados dos nomes das figuras tutelares da presente cerimônia: *paraninfo*, e *patrono*. Uma reflexão sobre estes termos parece-me esclarecer aspectos importantes do acontecimento que nos congrega.

5. Como se sabe, *paraninfo*, do grego, é aquele que está perto (*para*) da ninfa (*nymphé*), que acompanha a ninfa. Por sua vez, *ninfa* significa *noiva*, isto é, a jovem, quase criança ainda, que se encontra no limiar da vida adulta — na Grécia clássica, no limiar da vida da mulher casada, com responsabilidades nas atividades produtivas da comunidade, da *polis*. Daí o nome de

ninfa para designar, em entomologia, a fase intermediária do desenvolvimento do inseto, entre a pupa, a larva, e a imago, o estado adulto.

6. Ainda a respeito das ninfas, agora no registro mitológico, o hino homérico a Afrodite diz que elas «não se alinham nem entre os mortais nem entre os imortais».

7. Estas poucas indicações deixam ver que, no estado de ninfa, não parece haver uma definição clara no que se refere à identidade: quem está neste estado é criança/adulto, mortal/imortal. As amarras da infância já foram abandonadas e o porto do estado adulto, ainda não atingido. Este é, assim, um estado da ambigüidade, no limiar de todas as possibilidades de desenvolvimento, no limiar de todos os caminhos. A par de ser um estado de liberdade extrema, é também um estado de fluidez alarmante, de perigo, destinado a ser continuamente trabalhado, transformado em movimento ritmado que assegure, ao mesmo tempo, a permanência e a renovação da vida individual e na comunidade. Para a ninfa da mitologia grega, este ritmo é aquele da natureza e do tempo: as ninfas morrem quando morrem as árvores que habitam, transformando-se e revivendo com a vegetação — entram, assim, na cadência renovadora das estações do ano, do verão e do inverno, da mocidade e da velhice, da vida e da morte.

8. Assim é que a ninfa morre e não morre: ela vai e volta como as estações do ano. Como a vegetação, ela vive, de certo modo, eternamente, ultrapassando sem cessar, ano após ano, a morte e o tempo. Vive na mudança, na renovação.

9. O paraninfo, nessas circunstâncias, é aquele que se põe ao lado da ninfa, que se coloca, assim, no momento de passagem de um estado para outro. Nesta posição, acompanha as transformações dessa liberdade individual, na sua incessante renovação, na sua passagem para novas manifestações numa comunidade adulta, produtiva e criadora.

10. Nessa travessia estão concentrados, portanto, de maneira fugidia e sutil, todas as responsabilidades do mundo — do mundo que está morrendo e do mundo que está nascendo. Concentram-se aí todo o espaço e todo o tempo — espaço e tempo do passado, da vida infantil, e do futuro, da vida adulta. Ponto de resumo da vida e da morte, em que uma se transforma suavemente na outra; em que uma transparece sob a face da outra. É justamente nesse ponto e nesse momento fundamental da existência, que temos nosso encontro marcado: nós, as ninfas e a para-

ninfa. Por sobre a extensão do tempo e do espaço, por sobre a vida e a morte, tocamos-nos leve e profundamente. A paraninfa reencontra, com vocês, o passado e o futuro: com vocês, multiplico-me por 43, disperso-me no espaço; com vocês, retorno ao início do tempo, abrindo-se diante de mim um novo futuro — o de vocês. Vou e volto com as ninfas. Revivo.

11. Mas este rito de passagem, que ora cumprimos, é somente a face visível da passagem invisível, levada a cabo diariamente por nós, nos meses de estudo no Instituto Rio Branco — caminho para a entrada na vida profissional. As aulas marcam, deste modo, os pontos de orientação, balizam o caminho a ser percorrido. Põem em jogo a existência e o passado profissional dos professores, para mapear, de certa forma, as veredas do futuro: indicações somente, pois a construção do caminho próprio é competência de cada um.

12. A reflexão sobre o significado do termo *paraninfo* nos deu, portanto, o sentido de nossa convivência no Instituto Rio Branco, da cerimônia que ora transcorre e da nova fase de suas vidas que se inicia.

13. O *patrono*, por outro lado, é uma figuração dos *Lares* romanos, dos antepassados, deuses da Casa, encarregados de velar por seus habitantes, os membros da família.

14. O *patrono* toma, assim, posição afastada no tempo — é o antepassado, o mais antigo — e no espaço — é o mais alto. É, por outro lado e paradoxalmente, aquele que está também mais próximo — a origem, o familiar.

15. Araújo Castro é, portanto, como *patrono* escolhido por vocês, o *Lar* da turma de 1986 do Instituto Rio Branco. Resume a Casa. É o deus da Casa. Vêmo-lo, assim, à distância, como um ideal a ser atingido. Vêmo-lo, também, de perto, como parente, como solo familiar. O *patrono* surge, pois, simultaneamente como ideal, fim a ser perseguido, e como origem, sustentação, solo e começo de onde partir.

16. O paraninfo encontra-se, como vimos, no momento intermediário de passagem. O *patrono*, no início e no fim. O paraninfo oferece uma vida em andamento, concreta, em aberto. O *patrono*, uma vida acabada, abstraída, apreendida em suas linhas fundamentais.

17. A mais característica dessas linhas fundamentais na vida de Araújo Castro é, a meu ver, a linha da coragem: da mais difícil coragem — a de olhar a verdade, de encarar a realidade

em suas possibilidades e limitações. No caso específico de seu trabalho no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, é a coragem de admitir os limites da ação diplomática, num mundo em que a mudança é a lei constante e em que não há aquisições permanentes. Estas só permanecem em transformação, por meio de esforço paciente e constantemente renovado. Araújo Castro diz: «... Temos de planejar nossa vida na comunidade das nações com audácia (...) O País cresceu e amadureceu. Está hoje em condições de enfrentar a verdade e de olhar firme a realidade» (Araújo Castro, 1982:213).

18. Coragem, portanto, que, se leva à modéstia por um lado, leva também, por outro, à ação e à permanente reflexão crítica, diante da recorrência de múltiplos desafios. Coragem que leva, em suma, à maturidade, como transparece, ainda mais uma vez, nestas palavras de Araújo Castro: «... Através da história, nunca deixamos de enfrentar o grande desafio da mudança. Hoje em dia estamos propensos a falar freqüentemente de 'crise' e raramente de mudança, que é natural ao homem e um dos grandes propulsores da história. Na verdade, acolhemos o desafio da mudança, pois estamos certos de que funcionará como um 'estímulo' à realização de nossos objetivos nacionais de progresso e desenvolvimento econômico» (Araújo Castro, 1982:291-297).

19. A maturidade de Araújo Castro transparece em atitudes e formulações próprias, em que estão presentes grandeza de espírito e profunda humanidade, como ao dizer: «... Agiremos sempre sem dogmas e sem idéias preconcebidas, e estamos dispostos a incorporar ao nosso esforço o esforço de outros povos e beneficiar nossa experiência com a experiência de todos os que queiram trabalhar conosco. Porque o desenvolvimento brasileiro não é apenas uma experiência nacional, mas uma grande experiência humana, que se integra no esforço de toda humanidade, de que o Brasil não deseja dissociar-se» (Araújo Castro, 1982:263-268).

20. Estas são, pois, as linhas marcantes do patrono por vocês escolhido: coragem, modéstia, pensamento crítico, maturidade, grandeza de espírito e humanidade. Estas são qualidades que, colocadas no fim, como meta, deverão orientar o caminho de vocês; são estas mesmas qualidades que, como solo familiar, original, sustentarão vocês desde o começo, desde a partida.

21. Com votos de felicidades, portanto, dou adeus a meus alunos e boas-vindas a meus colegas.

DISCURSO DO TERCEIRO SECRETÁRIO CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, ORADOR DA TURMA EMBAIXADOR ARAÚJO CASTRO

O Brasil com que nós, jovens diplomatas, deparamos hoje, é bem diferente daquele de 1964, quando aos formandos do Instituto Rio Branco foi dado falar pela última vez. Pareceria que o Brasil reaprende agora o exercício da liberdade, imbuído de um entusiasmo vigoroso que, contudo, constitui ao mesmo tempo um tatear inspirado, como se tivéssemos a compreensão de que o valor máximo da liberdade é o esforço quotidiano de sua construção.

Uma virtude que o Instituto Rio Branco sempre procurou manter intacta, ao longo de mais de quarenta anos, é a de refletir as grandes correntes da sociedade, e, ao mesmo tempo, testemunhar a fugacidade dos homens e dos valores sociais. E prova de sua vocação para a diversidade e para o ecumenismo são os inúmeros diplomatas estrangeiros que formou, alguns dos quais estão hoje aqui conosco.

É com justificada alegria que verificamos a realização de um trabalho concreto visando a mudanças que possam aperfeiçoar ainda mais o cunho autenticamente profissionalizante do curso, sem abdicar, porém, da flexibilidade nos métodos, da ampla participação dos alunos no encaminhamento das sugestões. Neste sentido, saudamos as muitas iniciativas que objetivam o aprimoramento do sistema de classificação vigente, contribuindo para a formação espontânea de um espírito de cooperação entre os alunos, espírito este que, acreditamos, é apanágio da profissão que escolhemos.

Deste espírito cooperativo, tivemos estimulante exemplo no Estatuto dos Diplomatas, que recentemente entrou em vigor. Fruto do empenho conjugado do Ministro Roberto de Abreu So-

dré, de nosso Secretário-Geral, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e de tantos de nossos colegas, ele constitui para nós, jovens diplomatas, uma esperança de que não faltará objetividade na delimitação das remoções ao exterior, e de que critérios de justiça não serão esquecidos no encaminhamento das promoções. Cremos que não seríamos fiéis a nossa vocação se não nos dispuséssemos a zelar para que os princípios que inspiraram este Estatuto não sejam relegados no futuro.

E nossa vocação, Senhor Presidente, impõe-nos muitas vezes sacrifícios, aqui, no quotidiano rigoroso da Secretaria de Estado, ou no exterior, quando, não raro, diante dos desafios que culturas estranhas acarretam para nós e nossas famílias, precisamos valer-nos de reservas insuspeitadas de intuição e uma boa medida de renúncia pessoal. Infensos, por formação profissional, ao comodismo e ao privilégio, vimos dando nossa contribuição ao esforço de recuperação econômica do Brasil. É para nós confortador verificar o empenho de Vossa Excelência na dignificação do funcionário público, em todos os seus aspectos: tanto em seu nível de profissionalização, quanto na sua realidade salarial. E já que podemos contar com sua compreensão, evidenciada na meritória Reforma Administrativa proposta por Vossa Excelência, escusamo-nos por recordar a sabedoria do Padre Antônio Vieira, que tantas vezes foi motivo de reflexão e de crescimento espiritual para Vossa Excelência: «Se a causa fora nossa e eu viera a rogar só por nosso remédio, pedira favor e misericórdia. Mas como a causa, Senhor, é mais Vossa que nossa, e como venho a requerer por parte de Vossa honra e glória, e pelo crédito de Vosso nome, razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça».

Senhor Presidente, já disse alguém, com propriedade e elegância, que a diplomacia é a arte de pescar tranqüilamente num mar revolto. É penoso para nós, que apenas iniciamos nossa carreira, admitir que esta imagem, no que ela traduz as possibilidades de construção inerentes à diplomacia, talvez não valha mais. Hoje, é vacilante a crença no mérito intrínseco das instituições e dos mecanismos internacionais voltados ao entendimento entre os povos e à promoção do desenvolvimento. Todavia, alguns organismos — notadamente as Nações Unidas — transcendem de muito o melancólico espetáculo de sua própria insuficiência, e constituem o supremo testemunho de que determinados valores devem permanecer de pé. Se, como querem alguns, com uma ponta de ironia, é função permanente da diplomacia a de conferir realismo à moralidade, então somos obrigados a reconhecer que os diplomatas nada têm a fazer em um mundo sem valores.

E por valores não entendemos, certamente, o recurso abusivo a ideologias destinadas a justificar práticas hegemônicas. Temos a impressão de que a retórica ideológica cada vez menos se preocupa em sequer aparentar os princípios estéreis que lhe servem de fachada. Talvez a razão disto esteja em que, se os valores autênticos cedem terreno universalmente à lógica da força, até mesmo a racionalização vazia deixa de ter maior importância.

E é intuitivo que o diplomata, até ou sobretudo quando defende os interesses concretos de seu país, necessita de valores. Em um mundo em que imperam os interesses particulares, soluções imediatistas são tidas como grandes vitórias; e não poderia ser de outro modo, visto que não há espaço para transformações estruturais, até porque não há valores substantivos que as possam inspirar. Sempre que valores e virtudes deixaram de ser abstrações, o homem aprimorou sua civilização; e para isto existe a diplomacia, para emprestar significado e utilidade ao que muitos prefeririam manter como abstrações. Para isto existimos. E, no entanto, estamos cientes de que nossas possibilidades de construir estão limitadas. Há muito a remendar no barco do mundo antes que possamos começar a pescar.

Um grande pescador foi o patrono de nossa turma, Araújo Castro. Por uma destas ironias afortunadas que não raro marcam no espírito dos homens a estranheza diante do destino, foi Araújo Castro o paraninfo da turma de 1964. Ao reconhecermos sua permanência, não o fazemos apenas porque ele renovou o pensamento desta casa, ou porque haja contribuído para formar alguns de nossos melhores quadros, ou ainda porque houvesse antecipado a dissipação de tantas esperanças. Por desapiedada que fosse a visão que o animava, ela jamais deixou de ser profundamente construtiva, ela jamais prescindiu de uma fé sincera nas possibilidades do homem.

É esta confiança, a de que ainda há lugar para a criatividade, que hoje nos sustenta. Na realidade, é no esforço isolado de determinadas nações, ou de grupos restritos de nações, que identificamos a razão de ser da própria diplomacia. Que dizer, por exemplo, das significativas mudanças experimentadas pelo Brasil no relacionamento com alguns de seus vizinhos? Seria simplismo de nossa parte pensar que houve, de fato, valores que inspiraram este perceptível progresso? Falar em democracia, com a convicção de que a democracia, por sua própria natureza, desarma, que a democracia suscita a descoberta dos interesses comuns, facilita o sepultamento das rivalidades, e promove a amizade e a concórdia?

Talvez a paz e a democracia estejam ainda mais próximas do que possamos imaginar. A paz, sem democracia, é o silêncio dos cemitérios. A paz, com a democracia, é a construção permanente até quando existem divergências.

Esta construção, cabe a nós intentá-la, agora, na comparativa modéstia de nossas tarefas, e, mais tarde, se porventura tivermos a oportunidade de transformar algo no mundo. Pois parte do prazer da pesca está na perseverança, e muito de seu mérito está em confiar.

Felizes fomos nós, que pudemos nos inspirar no exemplo das pessoas que agora homenageamos. Os funcionários do Instituto Rio Branco. Nosso Diretor durante os dois anos do curso, Embaixador Lauro Escorel, exemplo de retidão e de dignidade pessoal. Nossa Paraninfa, a Conselheira Heloisa Vilhena de Araújo, que nos mostrou o quanto o elevado sentido de profissionalismo pode ser perfumado por uma tão grande humanidade. Um profissionalismo que nunca abdicou da eficiência, nem transigiu com os princípios; uma humanidade que se filtra, luminosa, para além da natural modéstia que a caracteriza. O Ministro José Francisco Rezek, a elevada cultura a serviço da generosidade e do idealismo. O Conselheiro Ricardo Drummond, prova viva de o quanto a competência, temperada pela dedicação exemplar, é capaz de contagiar os que começam. Não é pouco o que devemos a estas pessoas. Elas nos mostraram virtudes e valores.

E a Vossa Excelência, Presidente José Sarney, que nos honrou com sua atenção, resta-nos pedir-lhe que ao cabo deste seu dia, naquela hora solitária em que o homem público se rende à vocação maior do homem de letras, não deixe de registrar, em seus apontamentos ou em suas reflexões, este fato pouco importante, mas não de todo desprezível: o de que foi exorcizado o fantasma das vinte turmas do Instituto Rio Branco que se formaram em silêncio.

Muito Obrigado.

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO BRANCO

Anna Maria Villela

Professora Titular na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. Assessora Parlamentar no Senado Federal, por concurso público, na área de Relações Exteriores. Bacharel em Direito, UFMG, 1960, Dosteur d'Etat (Droit privé), Faculté de droit et sciences économiques de Université de Paris, 1970; ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de Droit privé, 1963; D.E.S. de sciences criminelles, 1969; certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; e curso de Direito Comparado e terminologia jurídica francês-alemão, 1962; cursos de especialização em Direito Comparado em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul, 1962/73; LL.M., King's College, Universidade de Londres, 1979. Na Academia de Direito Internacional de Haia: diploma do Centre de Recherches de Droit International et Relations Internationales, 1977 (tema: rios internacionais); cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; curso e treinamento em Direito Internacional, UNITAR/ONU, 1974; estágio patrocinado pela OEA sobre Aspectos Jurídicos e Econômicos da Integração Européia, Université Libre de Bruxelles, 1972; curso sobre Influência da Comunidade Econômica Européia sobre o Direito Internacional Privado dos Países-Membros, Institut Universitaire International de Luxembourg, 1979; cursos e pesquisas no Instituto de Direito Romano, Universidade de Roma, 1981; pesquisas no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), Itália, 1981.

Antônio Augusto Cançado Trindade

I — Formação Acadêmica

Grau Ph. D. pela Universidade de Cambridge, Grã-Bretanha, com a tese «*Developments in the Rule of Exhaustion of Lo-*

cal Remedies in International Law» (em 2 vols., 1.728 págs.): tese agraciada com o Prêmio Yorke, outorgado pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge (1978). Mestrado em Direito Internacional (Cambridge, 1973). Bacharel em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais (1º Prêmio em Direito Civil, 1971), e Licenciado em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (1969). Diploma do Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Estrasburgo (1974). Certificados do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974) e do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975).

II — Obras de Direito Internacional

1. *Livros*: — «*The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law*», Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (livro baseado na tese de Ph. D. do autor); «*Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público*» (em cinco volumes), Brasília, FUNAG/MRE, 1984-1986; «*Princípios do Direito Internacional Contemporâneo*», Brasília, Editora da UnB, 1981; «*O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional*», Brasília, Editora da UnB, 1984; dentre outros.

2. *Monografias e Artigos*: — mais de cento e trinta estudos (dentre artigos, contribuições a livros e coletâneas, monografias, relatórios, prefácios) publicados até o presente nos principais periódicos de Direito Internacional de dezoito países, dentre os quais: «*Archiv des Völkerrechts*» (Tübingen, 1977), «*International and Comparative Law Quarterly*» (Londres, 1976 e 1979), «*Revue belge de droit international*» (Bruxelas, 1976), «*Jahrbuch für internationale Recht*» (Kiel, 1979 e 1982), «*Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques*» (Genebra, 1977 a 1984), «*Nederlands Tijdschrift voor internationaal Recht*» (Leiden, 1977), «*Rivista di Diritto Internazionale*» (Milão, 1978), «*Revue des droits de l'homme*» (Paris, 1976 e 1977), «*Cahiers de droit européen*» (Bruxelas, 1978), «*Cambridge Law Journal*» (Cambridge, 1977), «*Osterreichische Zeitschrift für öffentliches Recht*» (Viena, 1978), «*Indian Journal of International Law*» (Nova Delhi, 1976 e 1978), «*Philippine Law Journal*» (Filipinas, 1978), «*Malaya Law Review*» (Cingapura, 1976), «*Anuário Jurídico Interamericano*» da OEA (1982), «*Revista Brasileira de Estudos Políticos*» (1981, 1982 e 1985), «*Revista Brasileira*

de Política Internacional» (1985), «*Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*» (1979 a 1986), «*Estudos Internacionais*» (Santiago, 1981 e 1983), «*Mundo Nuevo*» (Caracas, 1982), «*Anuário del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana de Mexico*» (1984), dentre inúmeros outros. Capítulos do VIII e IX «*Cursos de Derecho Internacional*» da Comissão Jurídica Interamericana da OEA (1981 e 1982); capítulos dos livros «*Crisi Falkland-Malvinas e Organizzazione Internazionale*» (Padova, Cedam, 1985), «*Derechos Humanos en las Americas — Homenaje a la Memoria de C.A. Dunshee de Abranches*» (Washington, OEA, 1984), dentre vários outros.

III — Experiência Docente

Professor de Direito Internacional Público no Instituto Rio Branco (desde 1979). Professor Titular na Universidade de Brasília, área de Direito Internacional. Professor Titular Visitante nas Universidades de Los Andes, Mérida, Venezuela (1981 e 1982) e de Ferrara, Itália (1983 e 1986). Professor Visitante na Universidade de Londres (1982). Entre 1982 e 1986, Conferencista nas Universidades de Milão, Salerno, Turim, Quito, Simón Bolívar em Caracas, Montevideu, Varsóvia, Segóvia, Toronto, Federal de Minas Gerais (Curso de Doutorado), Federal de Pernambuco, Católica do Rio de Janeiro, dentre outras. Entre 1982 e 1986, Conferencista no Instituto Diplomático Italiano (Florença), Instituto Universitário Iberoamericano de Estudos Internacionales (Madrid), Instituto Real de Relações Internacionais (Chatham House, Londres), Instituto Britânico de Direito Internacional e Comparado (Londres), VIII, IX e XII Cursos de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana da OEA, Instituto Polonês de Relações Internacionais (Varsóvia), Conselho Canadense de Direito Internacional (Ottawa), Instituto Interamericano de Derechos Humanos (Costa Rica), Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, Cursos de Extensão (Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco no Suriname, em Cabo Verde e no Gabão. Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1979-1983), Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Univ. de Brasília (1985-1986). Examinador dos concursos vestibulares do Instituto Rio Branco (Direito, 1979 e 1983-1986) e do Mestrado em Relações Internacionais da Univ. de Brasília (1984-1986).

Orientador e examinador de teses de Mestrado na Univ. de Brasília. Participante, a convite, como relator de temas, em inúmeros congressos internacionais de Direito Internacional no Brasil e no Exterior (desde 1975).

IV — *Experiência Profissional*

Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (a partir de agosto de 1985). Subchefe da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais (Viena, 1986). Delegado do Brasil à XIV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1984). Delegado do Brasil à Reunião Conjunta do Grupo de Contadora e Grupo de Apoio (Cartagena, 1985), Chefe da Delegação do Brasil à III Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (La Paz, 1984). Membro do Grupo de Trabalho do MRE sobre a Reforma da Carta da OEA (1985). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Código de Conduta para Transferência de Tecnologia (Genebra, 1983). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites (1981). Membro do Comitê Consultivo de Peritos em Direito Internacional Público da Universidade das Nações Unidas — (U.N.U. I Conferência, Haia, 1984, II Conferência, Rio de Janeiro, 1985, III Conferência, Estrasburgo, 1986). Assessor Jurídico do Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra (1978-1979). Membro do Gabinete da Vice-Presidência da República incorporado à Presidência da República (março/julho de 1985). Representante Correspondente do Brasil junto à UNESCO para seu Programa de Direitos Humanos. Editor Correspondente do Brasil dos «International Legal Materials» de Washington (desde 1981).

V — *Associações Científicas e Profissionais*

Membro convidado de diversas associações científicas no campo do Direito Internacional, dentre as quais: International Law Association (seção britânica), Société Française pour le Droit International, British Institute of International and Comparative Law, American Society of International Law, Indian Society of International Law, Sociedade Brasileira de Direito Internacional (associado), Asociación Argentina de Derecho Internacional, dentre outras. Membro da Or-

dem dos Advogados do Brasil (Seção de Minas Gerais). Condecorações: Ordem de Rio Branco, Círculo Diplomático de Brasília.

Antônio Francisco da Costa e Silva Neto

Lisboa/Portugal, 12 de setembro de 1987. Filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e Vera Queiroz da Costa e Silva. Estudou Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980/81/82), Cambridge Certificate of Proficiency (1981). Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco (1984). Terceiro Secretário, 17 de dezembro de 1984. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1985, 1986. Estágio Profissionalizante no Equador, 1985. Georgetown, Encarregado, 1986. Professor-Assistente de História das Idéias Políticas, Instituto Rio Branco, 1986-1987.

Arthur Vivacqua Correa Meyer

Rio de Janeiro/RJ, 12 de junho de 1948. Filho de Arthur Maciel Corrêa Meyer e Heloisa Vivacqua Corrêa. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Ciências Econômicas, UEG. Curso Especial sobre a ONU. Curso sobre Mercado de Capitais, Industrialização e Urbanização da América Latina e Processo de Integração Latino-Americana, UEG. Curso 1º Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, ADESG. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. «Master of Arts» em Economia, Universidade de Chicago. I Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. «Certificates of Proficiency in English» das Universidades de Michigan e Cambridge. Doutor em Ciências Econômicas, Universidade Católica Andres Bello, Caracas. II Tenente da Reserva do Exército. Terceiro Secretário, 12 de março de 1971. Segundo Secretário, antigüidade, 29 de maio de 1975. Primeiro Secretário, antigüidade, 17 de dezembro de 1980. Assistente do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1971. Assistente do Chefe da Divisão da Europa-I, 1973/74. Assistente do Chefe da Divisão da Europa-II, 1974. Subchefe da Divisão da Europa-II, 1974. Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1981/83. Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1983. Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania-II, 1983. Chicago, Vice-Cônsul, 1975. Chicago, Cônsul-Adjunto,

1975/78. Chicago, Encarregado, 1978. Caracas, Segundo Secretário, 1978/79. Caracas, Primeiro Secretário, 1981. Caracas, Cônsul, 1978/81. III Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Brasília, 1974 (secretário). À disposição do Cerimonial durante as solenidades de posse do Presidente da República, 1974. II Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Hungria, Brasília, 1975 (secretário). IV Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, Brasília, 1975 (secretário). Feira de Iguarias de Chicago, 1975 (diretor-geral do «Stand» do Brasil). Feira Internacional de Comércio de Chicago, 1976 (diretor do «Stand» do Brasil). VI Conferência de Autoridades Latino-Americanas de Informática, Rio de Janeiro, 1982 (delegado). IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, Brasília, 1982 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, Brasília, 1982 (delegado). VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Brasília, 1982 (delegado). II Reunião das Comissões Nacionais para o Programa Hidrológico Internacional (PHI) dos Países da América do Sul, Brasília, 1983 (delegado). IX Reunião da Comissão Intergovernamental Brasília-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Moscou, 1983 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado). Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais (SGAP), 1985-86. Medalha e Prêmio Correia Lima, Ministério do Exército, Brasil. Prêmio Rio Branco e Medalha de Prata, IRBr, Brasil.

Cesar Augusto de Souza Lima Amaral

Ponta Grossa/PR, 12 de setembro de 1951. Filho de Alfredo Augusto Amaral e Geiza de Souza Lima Amaral. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Economia, UFRJ. Mestrado em Economia, New York University, Nova York. Professor, de Moedas e Bancos, Faculdade de Economia, UBEG, 1976. Terceiro Secretário, 11 de setembro de 1975. Segundo Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1978. Primeiro Secretário, merecimento, 22 de dezembro de 1982. Assessor do Inspetor-Geral de Finanças, 1975/79.

Agregado, 1982/83.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1983.

Nova York, Segundo Secretário (servindo no Escritório Financeiro), 1979/82.

XIII Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone-Sul, Assunção, 1983 (delegado).

À disposição da Secretaria de Planejamento, 1982/83.

Clodoaldo Hugueney Filho

Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 1943, filho de Clodoaldo Hugueney e Carintha Fialho Hugueney.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Direito, PUC/RJ. *Magister* em Ciências Econômicas, Universidade do Chile. Terceiro Secretário, 15 de fevereiro de 1966. Segundo Secretário, merecimento, 09 de janeiro de 1969. Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982. Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1966. Assistente do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1975. Assessor do Chefe do Departamento Econômico, 1977/79. Chefe da Divisão de Política Comercial, 1983. Santiago, Cônsul-Adjunto, 1969/72, Santiago, Encarregado, 1970 e 1971. Washington, OEA, Segundo Secretário, 1972/75. Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1974. Londres, Conselheiro, 1979/83. Reunião dos Embaixadores na Europa Ocidental, Roma, 1966 (assessor). I Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da ONU, Nova Iorque, 1967 (membro). Comitê de Manufaturas da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1967 (membro). Reuniões do Grupo de Preferências da UNCTAD, Genebra, 1967 (membro). VIII Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1968 (membro). II UNCTAD, Nova Delhi, 1968 (membro). IX Sessão da Junta do Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1969 (membro). III UNCTAD, Santiago, 1972 (membro). XIV Período de Sessões da CEPAL, Santiago, 1972 (membro). III Período Ordinário de Sessões da OEA, Washington, 1973 (delegado). I Período de Reuniões da Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano, Lima, 1973 (membro). II Período de Reuniões da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro). V Período de Reunião da Comissão Especial para a Reestrutu-

ração do Sistema Interamericano, Washington, 1974 (membro). IV Período de Sessões do CIECC, Santo Domingo, 1974 (membro). VII Sessão do Grupo *ad hoc* de Barreiras Tarifárias, Quito, 1974 (delegado). IX Reunião Ordinária do CIES, Quito, 1974 (delegado). X Reunião do CIES, Washington, 1975 (delegado).

Dad Abi Chahine Squarisi

Bacharelado e Licenciatura em Letras, Universidade de Brasília, 1971

León, 1962/63; Centro de Ensino Elefante Branco, Brasília, 1964; Universidade de Brasília, 1965; Instituto de Língua Italiana (curso de espanhol), 1975; Instituto de Cultura Hispânica, 1975/86; IRBr 1984-1987.

David Coles

Qualifications obtained: GCE «O» Levels: SMP Mathematics (grade 2) — December 1972. English Language (1); French «AO» (1); Latin (1); Greek (1); General Science (1); Additional Mathematics (4) — July 1973. Russian (4) — December 1974. GCE «A» Levels: French — A; English — B2; Modern History — B2; July 1975. *B.A. Hons in English Literature* — Cambridge 1979. *International House training course* — August 1979. *M.A. in English Literature* — Cambridge 1983. *M.Ed. in TEFL (UWIST)* — June 1985.

Frederico José Lustosa da Costa

Graduação

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE — 1979.

Pós-Graduação

Curso de Mestrado em Administração Pública, pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro — 1981/1982.

Outros Cursos

VII Curso de Técnicas de Análise Organizacional, ministrado pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, sob o patrocínio da SUDENE (350 horas), em Recife-PE, de 27 de agosto a 07 de novembro de

1980. Curso de Análise Administrativa, promovido em Convênio SEPLAN/SUDENE/UECE/CERTA (78 horas), em Fortaleza-CE, outubro/novembro de 1979.

Gelson Fonseca Júnior

Rio de Janeiro/RJ, 06 de setembro de 1946, filho de Gelson Fonseca e Cecília Baker Fonseca. Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UEG. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Mestrado em Assuntos Latino-Americanos, Georgetown University. Professor de Relações Internacionais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1979 a 1987. Banco do CAD (1980-1987) e do CAE (1984-1987). Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970. Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Primeiro Secretário, merecimento, 30 de outubro de 1977. Conselheiro, merecimento, 23 de janeiro de 1980. Ministro de Segunda Classe em junho de 1984. Auxiliar do Chefe da Divisão de Organização dos Estados Americanos, 1970/73. Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973. Assistente do Chefe da Divisão da África II, 1976/77. Assessor do Ministro de Estado, 1977/84. Coordenador de Assuntos Bilaterais da Secretaria-Geral (1985 — 1986). Washington, Segundo Secretário, 1973/76. I Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. Washington, 1970 (membro). III Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. Washington, 1971 (assessor). I Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, São José, 1971 (assessor). II Período de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1972 (assessor). XV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, México, 1973 (assessor). VIII Reunião Anual do CIES, da OEA, Bogotá, 1973 (assessor). Ordem de Rio Branco, Oficial, Brasil, Prêmio Rio Branco e Medalha de Ouro, no CPCD/IRBr. Prêmio Universidade do Estado da Guanabara.

Gerson Machado Pires Filho

Rio de Janeiro/RJ, 29 de julho de 1946. Filho de Gerson Machado Pires e Maricilda de Carvalho Pires. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Terceiro Secretário, 12 de março de 1971. Segundo Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1975. Primeiro Secretário, merecimento, 23 de janeiro de 1980. Assistente do Chefe da Divisão de Documen-

tação, 1971/73. Auxiliar do Chefe do Departamento Geral de Administração, 1973/74. Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1983. Paris, UNESCO, Terceiro Secretário, 1975/78. Varsóvia, Segundo Secretário, 1978/80. Varsóvia, Encarregado de Negócio, 1980. Varsóvia, Primeiro Secretário, 1980/81. Presidente Stroessner, Cônsul-Adjunto, 1981/83. XXXV Sessão da Conferência Internacional da Educação, Genebra, 1975 (membro). XIX Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Nairobi, 1976 (assessor). Assessor do Chefe do DAO, 1983-1986. B.A. Filosofia Política, Wesleyan University, EUA. Extensão Universitária, Filosofia, Yale University, EUA. Bacharelado, Faculdade de Direito, UEG. Mestrado, Sociologia Política, UnB. DEA/Doutoramento em Filosofia da História. École des Hautes Études, Paris. Professor de História das Idéias, UnB, 1985-1986.

Heloisa Vilhena de Araújo

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. IRBr; Doutorado em Literatura Brasileira, King's College, Universidade de Londres. Terceiro Secretário, 1963; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1973; Conselheiro, 1979. Assistente do Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1964/66; Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1972/73; Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1973/75; Assistente do Chefe do Departamento das Américas, 1975/76; Assessor do Diretor do IRBr, 1983/84. Chefe da Divisão da Ásia e Oceania-II, 1985. Paris, Vice-Cônsul, 1966; Paris, Cônsul-Adjunto, 1967/69; Paris, Encarregado, 1968; Sófia, Encarregado de Negócios, 1968; Moscou, Segundo Secretário, 1969/82; Sófia, Encarregado da Legação, 1972; Londres, Primeiro Secretário, 1976/79; Londres, Conselheiro, 1979/80; Lima, Conselheiro, 1980/82.

Issa Antônio Bonduki

Licenciado em Ciências Econômicas e Políticas, Faculdade de Direito, Universidade Libanesa de Beirute. Professor de Língua Árabe, História e Geografia, Homs, Síria, 1948/54; Diretor do Colégio Diddi-Tripoli, Líbano, 1955/56; Diretor do Colégio de Dhour-el-Choueir, Líbano, 1956/57; Redator de assuntos econômicos do jornal *Sada-Luban*, Líbano, 1956/59. Professor de Língua Árabe no Instituto de Cultura Árabe-Brasileira (ICAB). Tradutor de árabe.

James Crawford Ferguson

Bachelor os Arts. Filosofia e Francês, Universidade de Bangor, País de Gales; Master of Arts, Lingüística e Inglês, Universidade de Leeds, Inglaterra. Leitor de Inglês, Lycée A. Sorel, Honfleur, França, 1969/70; Professor de Inglês, St. Francis Secondary School, Makeni, Serra Leoa, 1971/72; Conferencista (Filosofia e Francês), McMaster University, Hamilton, Ontário, Canadá, 1972/74; Conferencista, Universidade de Madagascar, 1975/80; Tradutor autônomo, intérprete e professor, Paris, 1980/81.

Jean-François Cleaver

Licenciatura em Português e Espanhol na Université de Provence-1973. Mestrado em Civilização Espanhola na Universidade supracitada, 1974. Estágio de ensino audiovisual de Francês na Aliança Francesa de Paris, 1973. Funções de Tradutor-Intérprete e Técnico em Assuntos Educacionais, MEC/SEPS, MEC/INEP, MEC/SG/SEAI, de 1980 a 1986. Presta serviços de Tradutor-Intérprete à Fundação Cabo Frio e outros órgãos públicos. Professor de língua francesa em: CEUB, 1976; Escola Francesa de Brasília, 1976; Aliança Francesa de Bogotá, 1977-1978; Eletronorte, 1979; Escola Americana de Brasília, 1980; Ministério da Saúde, 1980; MEC, 1980-1985; Rio Branco, 1985-1986; IBRAF, 1986. Professor de língua espanhola em: Education Nationale da França (1975-1976); Centro de Cultura Hispânica do Brasil (1976 e 1979); Escola Americana de Brasília (1980).

João Almino de Souza Filho

Mossoró/RN, 27 de setembro de 1950. Filho de João Almino de Souza e Natália de Queiroz e Souza. Bacharel em Direito. Universidade Estadual do Rio de Janeiro UERJ. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Mestrado em Sociologia, Fundação Universidade de Brasília/UnB, Doutorado de Terceiro Ciclo em Filosofia Política, «Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales», Paris. Professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, 1983. Terceiro Secretário, 15 de janeiro de 1974. Segundo Secretário, antigüidade, 19 de setembro de 1977.

Primeiro Secretário, merecimento, 23 de janeiro de 1980. Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1974/76. Paris Terceiro Secretário, 1977. Paris, Segundo Secretário, 1977/79. Paris, Primeiro Secretário, 1980. Beirute. Primeiro Secretário, 1980/82. Beirute, Encarregado de Negócios, 1981. México. Primeiro Secretário, 1982/83. Reunião dos Grupos de Trabalho do Comitê de Negociações Comerciais do GATT. Genebra, 1974 (assessor). I Rodada de Reuniões do Grupo de Negociações do Comitê de Negociações Comerciais do GATT, Genebra, 1975 (assessor). I Reunião do Grupo Consultivo de Carnes do GATT, Genebra, 1975 (representante). II Sessão da Comissão sobre Empresas Multinacionais das Nações Unidas, Lima, 1976 (delegado). Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris; 1977 (delegado). Seminário de Treinamento sobre a Nova Ordem Econômica Internacional e a Diplomacia Multilateral, Academia Diplomática de Viena, 1977. Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Código de Ética para o Comércio Internacional de Alimentos da FAO, Paris, 1979 (delegado). VI Reunião da Comissão sobre Princípios Gerais do CODEX ALIMENTARIUS da FAO, Paris, 1979 (delegado). Conferência Mundial sobre Políticas Culturais da UNESCO, México, 1982 (assessor). Representante Alternado do Brasil para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, México, 1982. Representante Alternado do Brasil para o Instituto Indigenista Interamericano, México, 1982. VI Reunião do Subcomitê do ILPES da CEPAL, México, 1983. (observador). Medalha de Ouro do Rio Branco no CPCD/IRBr. Ordem da Águia Azteca, Oficial, México.

José Francisco Rezek

I — Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966. Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFMG, 1967. Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América, 1965. Diploma da Universidade Harvard em curso de extensão: Instituições Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico. Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação, 1967/1968, 1970. Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional da Haia, 1968. Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade

de Paris, 1970. Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do Governo francês, 1973. Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, em Direito Público Comparado, com o patrocínio do Conselho Britânico, 1978/1979. «Diploma in Law» pela Universidade de Oxford, 1979.

II — Professor-Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais mediante concurso público, 1970; Professor de Direito Internacional Público, no curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais, no curso de Doutorado, da Faculdade de Direito da UFMG, 1970. Professor Titular na UnB; Professor de Direito Internacional Público nos cursos de Graduação e pós-graduação, e de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Universidade de Brasília, desde abril de 1971. Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, 1974/1976. Membro da comissão de implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1974/1975. Professor de Direito Internacional dos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial do CENDEC, 1977/1980. Conferencista, examinador de teses de doutoramento e de concursos para a cátedra nas principais universidades do País. Professor na Academia da Haia, em 1986. Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1978/1979.

III — Procurador da República mediante concurso nacional, 1972; promovido por merecimento, 1973 e 1974. Subprocurador-Geral da República com exercício junto ao Supremo Tribunal Federal, 1979/1983. Ministro do Supremo Tribunal Federal, 1983.

IV — Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974, 1975, 1976. Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty. Examinador das teses apresentadas por diplomatas inscritos no Curso de Altos Estudos, desde 1982.

V — Principais obras publicadas: «Droit des Traités: Particularités des Actes Constitutifs d'Organisations Internationales», Academia de Direito Internacional da Haia, 1968. «La

Conduite des Relations Internationales dans le Droit Constitutionnel Latino-Américain», tese de doutoramento, edição subvencionada pela Universidade de Paris, Dactylo-Sorbonne, Paris, 1970. «Comunicações de Massa na Constituição Brasileira», in *Notícia do Direito Brasileiro*, n° 2, Universidade de Brasília, 1972. «As Relações Internacionais na Constituição da Primeira República», in *Arquivos do Ministério da Justiça*, n° 126, Imprensa Nacional, Brasília, 1973. «O Princípio da Nacionalidade e a Aplicação da Lei Penal Brasileira», in *Boletim do Departamento de Polícia Federal*, Brasília, maio, 1973. «Perspectiva do Tratado Institucional», in *Notícia do Direito Brasileiro*, n° 3, Universidade de Brasília, 1975. «A Questão da Nacionalidade após a Lei n° 6.092/74», in *Notícia do Direito Brasileiro*, n° 4, Universidade de Brasília, 1976. «Perspectiva do Regime Jurídico da Extradicação», in *Estudos de Direito Público em Homenagem a Aliomar Baleeiro*, Universidade de Brasília, 1976 (segunda edição in *Relações Internacionais*, n° 1, Câmara dos Deputados, Brasília, 1978). «O Juscolonialismo na Teoria da Responsabilidade Internacional», in *Notícia do Direito Brasileiro*, n° 5, Universidade de Brasília, 1976. «Organização Política do Brasil», Universidade de Brasília, Unidade I da série Estudos de Problemas Brasileiros; 1981. «A Disciplina Internacional da Nacionalidade», in *Letras Jurídicas — Revista do Instituto dos Advogados do Distrito Federal*, n° 1, Brasília, 1977; «Aspectos Elementares do Estatuto da Igualdade», in *Atualidades da Revista Forense*, n° 3, Rio de Janeiro, 1977 (2ª edição in *Boletim do Ministério da Justiça* n° 277, Lisboa, 1978; 3ª edição in *Revista Jurídica* n° 88, Porto Alegre, 1978). «Conselho de Estado. Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros» (direção geral, introdução e notas), edição da Câmara dos Deputados e do Ministério das Relações Exteriores, 1º vol. (1842/1845), 1978; 2º vol. (1846/1848), 1979, 3º vol. (1849/1853), 1981, 4º vol. (1854/1857); Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília. «A Nacionalidade à Luz da Obra de Pontes de Miranda», in *Revista Forense*, n° 263, Rio de Janeiro, 1979. «Variantes da Extradicação e Direitos Humanos», in *Arquivos do Ministério da Justiça*, n° 151, Imprensa Nacional, Brasília, 1979. «Constitucionalidade do Empréstimo Compulsório de 1980», in *Revista Forense*, n° 277, Rio de Janeiro, 1982. «Limites Constitucionais da Liberdade de Trabalho», in *Revista do Serviço Público*, vol. 110-2, DASP-FUNCEP, Brasília, 1982. «Reci-

procity as a Basis of Extradition», in *British Yearbook of International Law*, n° 52, Oxford, 1982. «Alcance do Veto Fundado em Contrariedade ao Interesse Público», in *Revista Forense*, n° 278, Rio de Janeiro, 1982. «Direito dos Tratados» Forense, Rio de Janeiro, XXIV + 628 pp. «Les dimensions internationales du droit humanitaire» (capítulo X, «protection des victimes des conflits armés»), obra coletiva patrocinada pela UNESCO e pelo Institut Henry Dunant, Paris, Pedone; 1986. «Le droit international de la nationalité», Reweil des cours de l'Académie de Droit International de la Haye, tomo 189, 1987.

VI — Grande-Oficial da Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil. Comendador da Ordem do Mérito Militar, Brasil. Comendador da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Brasil. Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, Portugal.

Jorge Luiz Fontoura

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em Direito das Organizações Internacionais, na Universidade de Parma, Itália, obtendo a «Summa Cum laude» na defesa de tese «Evoluzione Storica e Recenti Sviluppi del Diritto Nucleare», em 24 de julho de 1981; como aluno do Curso de Formação às Funções Internacionais da «SIOI — Ministro degli Affari Esteri», Roma. Realizou viagem de instrução e estágio no Parlamento Europeu, sede de Estrasburgo, na OCE; em Paris e na Comissão da Comunidade Européia, em Bruxelas. Participou da XI Reunião da Comissão Jurídica Interamericana, da OEA, como relator do grupo de trabalho sobre o ensino do Direito Internacional nas Américas. Aprovado em 2º lugar em concurso nacional de provas e títulos, exerce desde 1965 o cargo de Assessor Parlamentar de Relações Exteriores do Senado Federal. Membro efetivo do Instituto dos Advogados de Brasília-DF e da «Interamerican Bar Association», Washington, onde compõe os comitês permanentes de Direito Internacional Público e de Ensino Jurídico.

Kori Carrasco Dorado Costa

Bacharel em Humanidades. Universidade Mayor de San Andrés, La Paz. Curso de Idiomas, Faculdade de Humanidades

e Ciências da Educação, Departamento de Lingüística e Idiomas, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Licenciatura e Mestrado em letras, Universidade de Brasília. Cursos de Arte Espanhola, Gramática em grau superior, Literatura Espanhola em grau superior, História da Espanha, Escuela de Verano Española, Madri. Curso de Teatro, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Cursos de Poesia Brasileira do Período Modernista, Surrealismo na Literatura Francesa, Teatro Brasileiro e Dramaturgia, Universidade de Brasília. Professora de Lógica para vestibulandos, Universidade de La Paz, 1969. Monitora de Língua Portuguesa, UnB, 1978/79. Professora de Português para Estrangeiros, UnB, 1979. Professora de Língua e Literatura Espanhola, Instituto de Cultura Hispânica, desde 1978. IV Reunión Nacional de Poetas, La Paz, 1975. I Congresso de Escritores e Poetas, La Paz, 1975. IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVII Simpósios de Literatura, Brasília, 1977/85. XXVIII Assembléia de Delegados da Confederação Mundial das Organizações dos Profissionais de Ensino, Brasília, 1980. Membro do Teatro Universitário de «San Andrés», Universidad do Teatro Universitário de «San Andrés», Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 1969/71. Membro do «Teatro Alianza Francesa», La Paz, 1971/84. Secretária de Difusão e Promoção da Nova Literatura, do Primeiro Diretório da União Boliviana de Escritores, La Paz. Membro fundador da União Boliviana de Escritores, La Paz. Autora de livros de poesia e artigos diversos, publicados em La Paz. I Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, outubro/1985, RJ.

Michio Yamaguchi

Bacharel em Direito, Keio University, Tóquio, 1932. Professor de Japonês em São Paulo, Goiás e Brasília, 22 de novembro de 1980, julho de 1983. Fundador da Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-Japão, (AICBJ); Eleito para Conselho Fiscal efetivo, julho de 1983 — julho de 1985. Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Julho de 1985: Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Março de 1983: Fundador do Instituto Midori, escola da língua japonesa em Brasília, DF. Diretor e professor do Instituto Midori.

Patrick Kevin Redmond

Bacharelato em Letras, Universidade de Cluain Mhuire, Institute of Higher Studies, Galwey, Irlanda, 1954, Licenciatura

em Teologia, Alfonsianum, Roma, 1959. Atividades profissionais: Diretor do Colégio Agrícola, Pedro Afonso. GO. Professor de Inglês, Colégio São Clemente, Fortaleza, CE. Tradutor e intérprete, Teresina, PI. Professor de Inglês e coordenador do treinamento de professores. Curso BRASAS, 1977/79. Cursos ministrados no Ministério do Interior, 1977/78; no Ministério da Agricultura, 1979; na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, 1979; no Ministério das Comunicações, 1980/81. Cursos de Inglês no Banco do Brasil e Banco Lar Brasileiro. Professor do Instituto Britânico Independente.

Pierre Robert Laure

«Professeur d'Enseignement Général», licenciado em Letras, opção Letras Modernas, Certificado de Lingüística. Professor-Animador dos Cursos Superiores de «Nancy», na Aliança Francesa de Brasília. Professor do Instituto Rio Branco em 1981, 1982, 1983, 1984, 1985 e 1987.

Raphael Valentino Sobrinho

São Paulo/SP, 18 de abril de 1936. Filho de Virgínio Maria Rosário Valentino e Maria Fanuele Valentino.

Formação e Atividades Universitárias

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — São Paulo. Prêmio Rodrigues Alves Filho (1958), Prêmio Vicente Ráo (1956 e 1957).

Prêmio Theodureto de Camargo Filho (1957), Prêmio Walde-mar Ferreira (1956 e 1957), Prêmio Francisco Emíldio da Fonseca Pacheco (1958), Prêmio Philadelpho de Azevedo (1956, 1957 e 1958), Prêmio Basileu Garcia (1956 e 1957), Prêmio Livreiro Saraiva (1958), Prêmio João Arruda (1959); Prêmio da Associação dos Advogados de São Paulo (1958), Prêmio da Editora Lex (1958), todos da Universidade de São Paulo. Membro Associado da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (1969). Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, Universidade de Paris (1959-1960). Doutor em Economia Política, aprovado com distinção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Livre-Docente, por concurso, aprovado com distinção, da cadeira de Economia Política. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco,

1978. Mestre em Economia e História Econômica («Area Studies»), pelo University College, da Universidade de Londres (1979). Curso de Doutorado em Economia e História Econômica, na London School of Economics, da Universidade de Londres (1980/1982). Professor de Direito Internacional Público, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Relações Internacionais, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Problemas Internacionais Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Direito Constitucional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969/1970 e 1972. Professor de Problemas Econômicos Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1970/74. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1974. Livre-Docente de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conferencista da Escola Naval, Cursos de Direito Internacional, 1968/1972 e de Economia Internacional, 1969/74. Professor de Relações Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Relações Econômicas Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Política Internacional, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972/74. Professor de Economia Política, Universidade do Estado da Guanabara, 1973/74. Professor de Economia do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, 1983/86. Examinador de Economia do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1983/1986. Pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984).

Publicações

«A Plataforma Continental», *Revista do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, 1964. «O Estado Comerciante nas Relações Internacionais», *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, 1964. «A Denegação de Justiça e o

Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América», *Revista Brasileira de Direito Processual Civil*, Saraiva, 1966. «A Irrigação e a Revolução Agrícola no Brasil», *Estudos APEC*, 1969. «O Nordeste Brasileiro na Perspectiva Internacional», *Estudos APEC*, 1969. «O Nordeste e as Três Verdades do Desenvolvimento», *Estudos APEC*, 1971. «O Brasil ante a Alternativa Comercial Européia», *Estudos APEC*, 1971. «Ajuda Internacional e Desenvolvimento», in *As Nações Unidas e os Problemas Internacionais*, Fundação Getúlio Vargas, 1974. «Política e Comércio Internacional», *Estudos APEC*, 1974. «O Macrodeseio das Exportações», *Estudos APEC*, 1974. *A Função-Empresa na Integração Latino-Americana* (tese de livre-docência, APEC, 1975. «Direito Internacional Público» (em co-autoria), Escola de Guerra Naval, 1974. *A Estratégia Atual da Política Externa Brasileira*, Livraria José Olímpio Editora, 1975. *Growth with Inflation in Brazil (1968-1973): its causes, origins and consequences* (Londres, Universidade de Londres, Institute of Latin American Studies, tese de mestrado, 1979; edição pública no prelo, com prefácio do Professor Gilberto Freyre). «Theories of diffusion and dependency» e «Brazil, a country study», in Christopher Saunders (ed.), *The Political Economy of New and Old Industrial Countries* (Londres, Butterworths, 1981). «O Charme Discreto da Destruição Criadora», *Caderno Especial do Jornal do Brasil*, 10.02.85, p. 5. «O Suicídio dos Méritos do Capitalismo», *Caderno Especial do Jornal do Brasil*, 14.04.85, p. 2. «A Política Exterior do Brasil», *Digesto Econômico*, 310 (janeiro-fevereiro 1985, pp. 44-66).

Atividades Profissionais

Promoções Diplomáticas

Terceiro Secretário, concurso, 20.01.1964. Segundo Secretário, merecimento, 31.12.1967. Primeiro Secretário, merecimento, 1.º.01.1973. Conselheiro, merecimento, 29.06.1979. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21.12.1983. An Evolutionary Approach to Inflation («Paper» apresentado à 1.ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter, Augsburg, setembro de 1986).

Postos e Missões

Membro da Comissão de Estudos do Direito do Mar, 1963 (representante do Ministério das Relações Exteriores). Assis-

tente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1964. À disposição do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965/66 (Subchefe da Assessoria Internacional). À disposição do Ministério do Interior, 1967/72 (Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional). À disposição da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Lima, 1971 (membro). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1971 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Bogotá, 1972 (delegado). Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 (assessor). Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco, 1973/1974. Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Londres, 1974/1979. Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, 1979/1982. XXVI Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Conferência Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Londres, 1975 (delegado). XI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica e da XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Grupo de Trabalho Orçamentário da International Maritime Consultative Organization (IMCO), 1975 (representante). XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (delegado). XXVII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Reunião do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe). Reunião do Grupo Preparatório do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe). Reunião do Subgrupo de Peritos do Grupo de Trabalho Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Oslo, 1975 (chefe). Negociações sobre transporte aéreo com o «Department of Trade», Reino Unido, 1975 (membro da delegação). XXVIII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). IX Assembleia da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho, Londres, 1975 (chefe). Participante do Seminário sobre Reforma Monetária Internacional, patrocinado pelo Institut Atlantique de Paris, em Jouy-en-Josas, 1975. II Sessão da II Conferência Intergovernamental sobre a Implantação de um Sistema Global de Comunicações Marítimas via Satélite, IMCO, Londres, 1976 (delegado). Chefe do Setor Econômico-Financeiro da Embai-

xada em Londres (1976/1982). À disposição do Gabinete do Ministro da Fazenda para exercer a função de Consultor Especial do Presidente do Banco Central do Brasil, a partir de setembro de 1982. Representante da Embaixada em Londres nas Reuniões de Coordenação dos Chefes de Setores Econômicos das Embaixadas junto aos países da Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas (1976-1982). Representante da Embaixada em Londres no Seminário do Financial Times, preparatório da Reunião de Chefe de Estado em Cancún (1981). Representante da Embaixada em Londres no Royal Institute of International Affairs (Chatam House), Londres, de 1976 a 1982. Integrante das Delegações brasileiras para conversações informais com o «Department of Trade» sobre concessão de garantias do Export Credit Guarantee Department, do Reino Unido (1976-1982). À disposição da Delegação Interparlamentar Brasileira que visitou o Reino Unido a convite da Seção Britânica da União Interparlamentar (1978). À disposição do Vice-Presidente eleito do Brasil, em visita oficial ao Reino Unido, em 1979. À disposição do Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil em visitas oficiais a Londres (1980 e 1982). À disposição do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministro da Fazenda, em sucessivas visitas a Londres, para conversações financeiras (de 1982 a 1986). Conferencista e representante da Embaixada em Londres no «Oversais Development Institute», de Londres. Participante do Seminário «The Political Economy of New and Old Industrial Countries», promovido pela Universidade de Sussex, 1980. Negociador do «Projeto IV» de endividamento externo brasileiro, em Londres e Paris, 1983. Consultor da Presidência do Banco Central do Brasil (1983-1985). Consultor da Diretoria da Área Externa do Banco Central do Brasil (1985-1986). Membro-Fundador e Participante da 1ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter (Augsburgo — setembro de 1986).

Condecorações

Medalha do Centenário de Lauro Müller. Membro Honorário da Real Ordem Vitoriana, Reino Unido. Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil. Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Ricardo Drummond de Mello

Belo Horizonte/MG, 02 de dezembro de 1943. Filho de Carlos Alfredo Dias de Mello e Carmen Drummond de Mello. Ba-

charel em Ciências Econômicas, FCE-UEG. Curso de Pós-Graduação sobre Planejamento do Desenvolvimento Econômico. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Terceiro Secretário, 12 de março de 1971. Segundo Secretário, antigüidade, 15 de julho de 1976. Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980. Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1986. Assistente do Chefe da Divisão Consular, 1971. Assistente do Assessor do Ministro de Estado, 1972. Assistente do Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1973/74. Subchefe da Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas (DEPE), 1984/85. Chefe da DEPE (1986). Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1974/76. Londres, Segundo Secretário, 1977/79. Praga, Primeiro Secretário, 1980/83. Praga, Encarregado de Negócios, 1981. Reunião de Consulta Brasil-Argentina sobre Transporte Aéreo, Buenos Aires, 1974 (delegado). Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC, Buenos Aires, 1975 (delegado). Comitê Permanente de Buenos Aires, CEBAC, 1975 (integrante). VII Reunião da Subcomissão de Transportes, CEBAC, Buenos Aires, 1976 (delegado). VI Reunião da Subcomissão de Transporte, CEBAC, Rio de Janeiro, 1976 (delegado). X Sessão da Assembléia da IMO, Londres, 1977 (delegado). Conferência Extraordinária da IMO para adoção de dois Protocolos às Convenções SOLAS E MARPOL, 1978 (delegado). Reuniões do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1977/79 (delegado). XIV, XV, XVI, XVII, XVIII Sessões do Comitê de Cooperação Técnica Marítima Consultiva Intergovernamental (IMO), Londres, Reino Unido, 1977/80 (delegado). X Sessão Extraordinária do Conselho e XI Sessão da Assembléia da IMO, Londres, 1979. XXXVII, XXXVIII, XL, XLI e XLII Sessões do Comitê de Segurança Marítima da IMO, Londres, 1979 e 1980 (delegado). I Sessão da Assembléia das Partes da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — INMARSAT. Londres, 1979 (delegado). Conferência da IMO de Adoção da Convenção sobre Treinamento e Salvamento Marítimo, Hamburgo, 1979 (delegado). Assembléia da Comissão Internacional da Baleia, Brighton, 1980 (delegado). Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, Praga, 1980 (delegado), Negociações da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda com o Governo da Tchecoslováquia, Praga, 1982 (delegado). Delegado à Assembléia Anual do BID, Viena, 1985. Delegado à Reunião do Grupo de Cartagena, São Domingos, 1985.

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Bacharel em Direito, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal; formação em língua estrangeira (russo); participação no Seminário de Introdução à Metodologia Audiovisual para Aplicação do Método Micha (russo), Rio de Janeiro, fevereiro/1981; Estágio de Atualização Pedagógica sobre Ensino da Língua Russa como Estrangeira, Centre International d'Etudes Pédagogiques (CIEP), Sèvres, França, setembro/1982. Tradutor de russo, São Paulo; intérprete na VI Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasileiro-Soviética, outubro/1979; intérprete do Presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita da Delegação Parlamentar Soviética a Brasília, abril/1980; intérprete na VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, Brasília, julho/1982; intérprete na Exposição Comercial Brasileira, Moscou, setembro-outubro/1982.

Rubens Ricupero

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, USP. Estágio na AIEA, Viena. Cônsul de Terceira Classe, 1961. Segundo Secretário, 1964. Primeiro Secretário, 1970. Conselheiro, 1973. Ministro de Segunda Classe, 1978. Ministro de Primeira Classe 1982. Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1961/63. Assessor do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1961/63. Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1971/74. Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1977/80. Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1980/81. Chefe do Departamento das Américas 1981/85. Subchefe Especial do Gabinete Civil da Presidência da República, 1985. Assessor Especial do Presidente da República, 1986. Viena, Terceiro Secretário, 1963/64. Viena, Segundo Secretário, 1964/66. Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/69. Buenos Aires, chefe do Serviço de Promoção Comercial, 1967/69. Quito, Segundo Secretário, 1969/70. Quito, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970. Quito, Primeiro Secretário, 1970/71. Quito, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971. Washington, Conselheiro, 1974/77. Professor de Teoria das Relações Internacionais, UnB, 1979/87. Professor de Integração Regional, UnB, 1980/82. Professor de História das Relações Diplomáticas do Brasil, IRBr, 1980/86. Professor de Problemas Diplomáticos Contemporâ-

neos, UnB, 1982/85. Professor do Curso de Mestrado em Relações Internacionais da UnB, 1984/86. Membro da Comissão de Seleção para o Curso de Mestrado em Relações Internacionais da UnB, 1985-1986. Membro da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do IRBr (Cursos III, IV, V, VI, VII e VIII, de 1980 a 1984). Professor dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas realizados pelo IRBr em colaboração com a UNITAR no Suriname e no Gabão. Professor Emérito da Academia Diplomática do Peru. Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional. Ex-Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória. Membro do Conselho da Fundação Bienal de São Paulo. Membro do Conselho Consultivo do Centro Alceu Amoroso Lima. Membro do Conselho Diretor da Fundação Alexandre de Gusmão. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva. Prêmio Rio Branco.

Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos

Broadway/Reino Unido (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946), 26 de outubro de 1940. Filho de Henrique de Pinheiro de Vasconcellos e Leonor Neves Pinheiro de Vasconcellos. Bacharel em Direito, FD-UF/RJ. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Terceiro Secretário, 17 de fevereiro de 1966. Segundo Secretário, antigüidade, 10 de outubro de 1968. Primeiro Secretário, merecimento, 19 de abril de 1975. Conselheiro, merecimento, 21 de junho de 1979. Ministro de 2ª Classe, merecimento, 20 de junho de 1985. Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1966/67. Assistente do Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 1975/79. Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1979/81. SERE, 1983. Washington, Segundo Secretário, 1970/72. Santiago, Côsul-Adjunto, 1972/74. Santiago, Segundo Secretário, 1974/75. Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1981/83. III Reunião da CECLA, México, 1966 (membro). II Sessão Ordinária do Comitê de Transportes Marítimos, UNCTAD, Genebra, 1967 (membro). Reunião da IMCO, Londres, 1967 (membro). Comissão de Estudos relativos à Navegação Aérea Internacional, 1967 (representante-suplente do MRE). V Reunião de Consulta entre autoridades brasileiras e argentinas sobre transportes aéreos, 1969 (membro). Reunião de Peritos em Transportes Marítimos, CIES, Washington, 1970 (representante). Subgrupo Operacional e III Reunião Intersessional

«Working Group» do INTELSAT, Washington, 1970 (delegado). III Reunião da Conferência Plenipotenciária para o estabelecimento dos Acordos Definitivos do INTELSAT, Washington, 1971 (delegado). III Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira, Santiago, 1974 (delegado).

Sara Burkitt Walker

Bachelor of Arts. Línguas Modernas (Francês e Espanhol), Universidade de Oxford, 1960-63. Master of Arts (estudos latino-americanos), Universidade de Londres, 1966/67. Royal Society of Arts Certificate in the Teaching of English as a Foreign Language, 1972. Professora de Inglês, C.E.G. Émile Dupont, Alençon — Orne, França, 1963/64. Professora de Línguas Modernas, Sutton High School, Surrey, Inglaterra, 1964/66. Conferencista em Técnicas de Versão, British Council London Overseas Student Centre, 1965/1967. Professora no British Council, Curso de Verão, Universidade de Poznan, Polônia, 1967. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, 1967/69. Professora-Chefe, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Brasília, 1969/1972. Orientadora do Curso Institucionalizado para professores de inglês do 1º e 2º graus da Fundação Educacional do DF, 1986; membro da comissão coordenadora do curso de extensão «Inglês no 1º e 2º graus», Decanato de Extensão, UnB, 1986; nomeada «Special Educational Consultant» do Study Skills Centre do Conselho Britânico, Recife, PE, 1987; Diretora de Ensino do Instituto Britânico Independente (IBI) desde 1973. Oficial da Ordem de Rio Branco, Brasil.

Stella Maris Bortoni

Licenciatura em Letras Modernas, Português-Inglês, Universidade Católica de Goiás, 1965/68. Mestrado em Lingüística, Universidade de Brasília, 1977. Doutorado em Lingüística, Universidade de Lancaster, Inglaterra, 1983. Cursos de especialização em Lingüística: Análise Sociolingüística, UnB, 1978; Tópicos de Filosofia da Linguagem, UnB, 1979; Variação Lingüística no Léxico do Português, UnB 1981. Cursos de pós-graduação: «Summer Linguistics Program», Universidade do Texas em Austin, 1979; Atualização em Sociolingüística, Universidade do Texas em Austin (bolsa de estudos), 1978/79; Programa Regional de Especialização em Educação — FREPES, Universidade Católica de Minas Gerais,

1974/75. Subchefe do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, 1969. Orientadora técnico-pedagógica do Instituto de Idiomas Yázigí, Rio Verde, GO, 1971/72. Diretora do Curso de Letras Modernas do Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Diretora da Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/74. Professora de Língua Portuguesa, Lingüística e Didática Especial do Inglês, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/75. Professora de Língua Inglesa e Didática Especial do Inglês, Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Professora de Filosofia Portuguesa, Universidade Católica de Goiás, 1969. Professora de Língua Portuguesa, Lingüística e Sociolingüística, UnB, 1975/84. Apresentação de trabalhos nos seguintes encontros: Second Symposium on Portuguese Traditions, University of California, 1979. 8th LACUS (Linguistic Association of Canada and the United States) Forum, Toronto, 1981. IV, V e VI Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1979, 1980 e 1981. Conferencista na Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, UnB, Casa Thomas Jefferson, 1972/81. Trabalhos publicados: «A Odisséia» (adaptação em prosa), Rio, Mattos Peixoto, 1964. «What could it be», in *Nota Bene*, Lake Eric College Literary Annual, 8, 1965. «Curso Prático de Língua Portuguesa: I — a coordenação; II — a subordinação, 2 vols; III — concordância verbal e nominal; IV — a variabilidade lingüística», Brasília, MEC/DSU, 1977/78. «Projetos Logos II: Língua Portuguesa» (participação). MEC/DSU/CETEB, 1978. «A língua portuguesa no Brasil», in *Letras de Hoje*, 34, 1978. «O pronome 'se' apassivador?», in *Meridiano*, Universidade do Texas, 7/8, 1978. «Adequação das máximas de conversação de Grice; brevidade», in *Anais do IV Encontro Nacional de Lingüística*, PUC/RJ, 1979. «O fator cultural na compreensão da leitura» (co-autora), id. ib. «Linguagem masculina e feminina: o emprego da gíria», in *Anais do V Encontro Nacional de Lingüística*, PUC/RJ, 1980. «A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social», id. ib. (também in *Ensaio de Lingüística Aplicada ao Português*, Brasília, Thesaurus, 1981). «Por que a tradutologia precisa do sociolingüista», in *Estudos de Tradutologia*, Brasília, Kontact, 1981. «Diversidade lingüística: uma nova abordagem do processo educacional», in *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, CNPq (12(4), 1981). «Análise e diag-

nose de erros no ensino da língua materna», in *Anais do VI Encontro Nacional de Lingüística*, PUC/RJ, 1981. «O fator cultural na compreensão da leitura» (co-autora), in *Ensaio de Lingüística Aplicada ao Português*, Brasília, Thesaurus, 1981. «On nonstandard subject-verb agreement in Portuguese», in Gutwinski, W. and Jolly, G. (eds). The Eighth LACUS Forum 1981, Columbia, Hornbeam Press, 1982. «Language change and social networks: an exploratory study of rural migrants in Brasília», X World Congress of Sociology. Mexico City, August 16-21, Sociological Abstracts suppl., 1982. «Congresso Mundial de Sociologia», in *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, CNPq, 13 (5), 1982. «Review of Language and social networks, Milroy, L. Oxford, Basil Blackwell, 1980», in *Linguagem*, 1, 1983. «The sociolinguistic situation in Brazil», in *Sociolinguistics* (newsletter), 14 (1), 1983. «Aprendizagem da língua materna: abordagem interdisciplinar do tema», in *Anais do Seminário sobre Aprendizagem da Língua Materna*, MEC/INEP, Brasília, 1984. «Problemas de comunicação interdialeto», in *Tempo Brasileiro*, 78/79, 1984. «The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistics study in Brazil», in *Cambridge Studies in Linguistics: supplementary volume*, Cambridge University Press (no prelo). «Leitura e cultura: a contribuição da sociolingüística», in *Anais do I Encontro Interdisciplinar de Leitura*, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (no prelo).

LEGISLAÇÃO

EDITAL DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986
(PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
DE 08/01/1987)

O Diretor do Instituto Rio Branco faz público que estarão abertas, de 09 de fevereiro a 09 de março de 1987, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 573, de 19 de dezembro de 1986, que acompanham o presente Edital.

2. As inscrições poderão ser feitas: a) na sede do Instituto Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, e b) nos Centros Regionais de Inscrições do Instituto Rio Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

3. É fixado em 20 o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1988, a serem providas pelos candidatos aprovados de acordo com a ordem de classificação.

Lauro Escorel de Moraes

Instruções

1. O Exame Vestibular ao primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata para o ano letivo de 1987 compreenderá provas escritas e orais, eliminatórias e classificatórias, além de exames eliminatórios de sanidade e capacidade física e psíquica.

Da Inscrição

2. As inscrições serão feitas entre 09 de fevereiro e 09 de março de 1987, nos seguintes locais:

- a) Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF-Telefone: (061) 211.6184;
- b) Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio Branco:
- I — *Em Manaus*: Coordenador: Dr. Garcitylzo do Lago Silva. Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas. Rua Monsenhor Coutinho, 724 — Tel.: (092) 232.7208 e 234.9131.
 - II — *Em Belém*: Coordenador: Coronel Ivonilo Dias Rocha. Sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (MRE). Avenida Governador Malcher, 349 — Tel.: (091) 222.7709 e 223.5552.
 - III — *Em Fortaleza*: Coordenador: Professor Pedro Paulo de Souza Montenegro. Gabinete da Assessoria Especial — Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2.853. Fortaleza-Ceará. Tel.: (085) 243.3011, 243.3103 e 243.3256.
 - IV — *No Recife*: Coordenador: Professor Miguel Otávio de Melo Júnior. Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, sala 256. Avenida Professor Moraes Rego s/nº, Cidade Universitária, Engenho do Meio — Tel.: (081) 271.0344.
 - V — *Em Salvador*: Coordenador: Professora Therezinha M. da Conceição Nunes Correia. Coordenação de Extensão da Universidade Federal da Bahia. Avenida Araújo Pinho, 32, Canela — Tel.: (071) 237.1429, R. 33.
 - VI — *Em Belo Horizonte*: Coordenador: Israel Gomes Públio, Secretaria da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Avenida Álvares Cabral, 211 — Tel.: (031) 222.2254.
 - VII — *No Rio de Janeiro*: Coordenador: Secretária Cecília de Biase Bidart, Palácio do Itamaraty. Av. Marechal Floriano, 196 — Tel.: (021) 253.7691 e 253.7955.
 - VIII — *Em São Paulo*: Coordenador: Professora Maria Teresa Braga. Avenida Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374 — antigo Edifício da Reitoria, 2º andar, Cidade Universitária «Armando de Salles de Oliveira» — Tel.: (011) 211.0011, R. 118 — São Paulo-SP.

- IX — *Em Curitiba*: Prof. Marcos Eduardo Kruppel — Departamento de Métodos e Técnicas de Educação Universidade Federal do Paraná — UFPR. Rua General Carneiro, 460 — Fone: (041) 264.2522, R. 133. Curitiba-PR.
- X — *Em Porto Alegre*: Coordenador: Professor Fernando Antonio Macedo Pinto. Av. Osvaldo Aranha, 522, Bl. «A», apto. 10 — Telefone: (051) 25.8348.
- XI — *No exterior*: Missões Diplomáticas e repartições consulares brasileiras, para candidatos residentes fora do País.

3. Para sua inscrição, os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato (artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal);
- b) contar no mínimo vinte anos e no máximo trinta e um anos, no dia 31 de dezembro de 1987;
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) possuir título de eleitor, em dia;
- e) ter bons antecedentes;
- f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de Curso Superior ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado, no mínimo, a 3ª série ou o 6º período de semestre ou 60% (sessenta por cento) da carga horária ou dos créditos do Curso de Graduação de nível superior, reconhecido. Desse certificado, devem constar o número e a data do decreto de reconhecimento do Curso, o total de créditos exigidos ou o número de períodos ou semestres necessários para a conclusão do Curso. O Instituto Rio Branco poderá exigir, igualmente, a apresentação do histórico escolar. Caso se trate de documento expedido por universidade estrangeira, será indispensável comprovar a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil.

4. Nos termos do Decreto nº 86.364, de 14 de setembro de 1981, o candidato, para inscrever-se, apresentará apenas documento oficial de identidade e uma declaração, firmada do próprio punho, sob as penas da lei, de que satisfaz todas as condições exigidas por este edital.

5. Será cobrada taxa de inscrição no valor de 65,00 (sessenta e cinco cruzados), e o Centro fornecerá recibo comprobatório ao candidato.

6. Após a divulgação dos resultados das provas escritas e orais os candidatos aprovados entregarão os seguintes documentos:

- a) cópia autêntica da carteira de identidade, emitida por repartição pública federal ou estadual competente;
- b) prova de quitação com o serviço militar;
- c) cópia autêntica do título de eleitor;
- d) declaração de antecedente, em formulários fornecidos pelo Instituto, juntando-lhe três retratos 3x4; e
- e) cópia autêntica do diploma universitário ou do certificado da Universidade, como prova de que satisfaz ao determinado no item f do parágrafo 3 acima.

7. Se for casado, o candidato aprovado deverá apresentar ainda certidão de casamento, bem como — relativamente ao cônjuge — o formulário de dados pessoais, um retrato 3x4 e cópia autêntica da carteira de identidade. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização, a ser requerida na época e na forma indicadas pela legislação em vigor.

8. O candidato cuja separação judicial não esteja ainda julgada por sentença deverá apresentar a mesma documentação sobre o cônjuge, exigida no parágrafo anterior. O candidato divorciado e o candidato cuja separação judicial já tenha sido julgada por sentença apresentarão apenas cópia autêntica da sentença do divórcio ou da separação judicial.

9. A inscrição implica a aceitação, pelo candidato, de todas as normas constantes das presentes instruções.

10. O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexacta, ao se inscrever, e caso não possa satisfazer as condições enumeradas no parágrafo 3, terá cancelada sua inscrição e anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado nos exames.

Das Provas e dos Exames

11. A todas as provas serão atribuídas notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). A nota (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

12. A identificação e a divulgação dos resultados de todas as provas serão feitas, publicamente, em Brasília. O candidato terá direito à vista de sua própria prova e poderá requerer a revisão, observando o seguinte:

- a) os requerimentos, *devidamente fundamentados*, deverão ser dirigidos ao Diretor do Instituto Rio Branco e indicar precisamente as questões e os pontos nos quais o candidato se julgue prejudicado; e,
- b) os requerimentos deverão ser apresentados dentro do prazo fixado neste edital; o candidato não terá direito a recorrer do resultado do recurso.

1ª fase: Provas vestibulares iniciais

13. As provas vestibulares iniciais realizar-se-ão simultaneamente em Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, das 9:00 às 13:30 horas (horas de Brasília), nos locais a serem indicados ao candidato no momento das inscrições.

14. As provas vestibulares iniciais serão escritas e realizar-se-ão nas seguintes datas:

- a) *sexta-feira*, 10 de abril de 1987 — *Português*;
- b) *sábado*, 11 de abril de 1987 — *Francês*;
- c) *domingo*, 12 de abril de 1987 — *Inglês*;

15. A prova de Português é eliminatória, sendo 60 (sessenta) a nota mínima para aprovação. O candidato submeter-se-á também, obrigatoriamente, às provas de Francês e Inglês. Para ser considerado aprovado, deverá obter em uma das línguas estrangeiras pelo menos 50 (cinquenta) pontos e perfazer no conjunto das três línguas o total de 150 pontos.

16. A correção das provas de Português, Francês e Inglês será efetuada no Instituto Rio Branco e os resultados divulgados a 26 de maio de 1987. O prazo para vista das provas e eventual interposição de recurso, na forma do parágrafo 12, terminará às 18:00 horas do dia 29 de maio de 1987 e os resultados serão divulgados a 05 de junho de 1987.

2ª, 3ª e 4ª fases: Provas Vestibulares finais

17. As provas vestibulares finais serão realizadas no Instituto Rio Branco, em Brasília, e obedecerão às características e aos programas constantes dos anexos I e II.

18. As provas vestibulares finais serão feitas por aqueles candidatos que forem aprovados nas provas vestibulares iniciais. Aos candidatos residentes nos Estados, o Instituto Rio Branco concederá transporte (ida e volta) entre Brasília e a cidade onde houverem efetuado as provas vestibulares iniciais, bem como auxílio para alojamento pelo tempo necessário à prestação das referidas provas vestibulares finais. Esse auxílio será pago até um dia depois da última prova ou, no caso de eliminação, até a data da divulgação do resultado da prova que eliminou o candidato. A nota mínima para aprovação nas provas eliminatórias será 50 (cinquenta).

19. A 2ª fase constará de provas orais sendo uma eliminatória — Questões Internacionais Contemporâneas — e três classificatórias — Português, Francês e Inglês; serão realizadas no período de 22 a 25 de junho de 1987, no Ministério das Relações Exteriores. Os exames orais serão gravados, a fim de permitir aos candidatos a eventual interposição de recursos, cujo prazo expirará às 18:00 horas do dia 26 de junho de 1987.

20. As provas vestibulares da 3ª fase serão escritas e eliminatórias; serão realizadas nas seguintes datas:

- a) *terça-feira*, 30 de junho de 1987 — *História do Brasil*;
- b) *sexta-feira*, 03 de junho de 1987 — *História Mundial*; e
- c) *terça-feira*, 07 de junho de 1987 — *Geografia do Brasil*.

21. O prazo para vista das provas de História do Brasil, História Mundial e Geografia do Brasil, bem como para eventual pedido de recurso, expirará às 12:00 horas dos dias 02, 06 e 09 de julho de 1987 respectivamente; até às 18:00 horas dos mesmos dias serão dados os resultados finais das provas correspondentes.

22. As provas vestibulares da 4ª fase serão escritas e classificatórias e realizadas nas seguintes datas:

- a) *sexta-feira*, 10 de julho de 1987 — *Geografia Geral*;
- b) *segunda-feira*, 13 de julho de 1987 — *Noções Básicas de Direito*;
- c) *terça-feira*, 14 de julho de 1987 — *Noções Básicas de Economia*.

23. O prazo para vista de qualquer uma das provas escritas previstas no parágrafo 22 e eventual pedido de revisão expirará às 12:00 horas do dia 16 de julho de 1987.

24. A divulgação dos resultados finais das provas das quatro fases será feita no dia 21 de julho de 1987. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média global igual ou superior a 60 (sessenta) no total das provas.

5ª fase: Exame de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica

25. Os candidatos habilitados nas quatro fases das provas vestibulares são submetidos, ainda em Brasília, a exame de sanidade e capacidade física e psíquica, de caráter eliminatório, a cargo de médicos e de psicólogos especializados em seleção de pessoal para o serviço público.

26. A finalidade dos referidos exames é a de verificar objetivamente, mediante testes científicos e entrevistas pessoais, se o candidato possui as condições físicas e psíquicas, bem como as qualidades e características de personalidade, exigidas pela profissão diplomática, em termos de equilíbrio, capacidade e comportamento social. Isto significa que o candidato, embora aprovado nos exames acadêmicos, poderá ainda ser inabilitado para ingressar no Curso de Preparação à Carreira Diplomática nos casos em que o laudo médico ou psicológico indicar nele a existência de enfermidade ou defeito físico graves, bem como de condições ou características psicológicas de personalidade que, a juízo da equipe de seleção, sejam de molde a indicar que o candidato não possui aptidão para o exercício da função diplomática.

27. O Instituto Rio Branco estenderá o auxílio, previsto no artigo 18, concedido aos candidatos residentes nos Estados pelo tempo necessário à realização dos exames do parágrafo 24.

28. O candidato deverá exhibir sua carteira de identidade sempre que exigida.

29. O não comparecimento a qualquer das provas na hora importará à eliminação do candidato. Não haverá segunda chamada para prova alguma. O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta preta, sem o que não poderá realizar a prova. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova quando autorizado.

30. Será eliminado, por ato do Diretor do Rio Branco, o candidato que agir com incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, funcionários do Instituto, fiscais ou autoridades presentes. Idêntica medida será aplicada ao candidato que, durante a realização de qualquer prova, se comunicar com

outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem assim que utilizar livros, impressos ou notas que não sejam expressamente permitidos.

31. Após o término das provas, serão imediatamente destacados os talões de identificação, que permanecerão no invólucro lacrado até a divulgação dos resultados.

32. Será atribuída nota zero à prova que apresentar sinais ou contiver expressão que possibilite a sua identificação.

33. Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver sucessivamente:

- a) maior tempo de escolaridade em curso de nível superior; e
- b) mais idade.

34. Os candidatos aprovados no Exame Vestibular ficarão habilitados a matricular-se no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura das inscrições para o referido exame. Os residentes nos Estados, bem como seus dependentes legais receberão passagem, por via aérea ou rodoviária, para seu deslocamento dos centros regionais de inscrição até Brasília.

35. O Exame Vestibular só será válido para a matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1988. O Curso é gratuito, realizado em regime de tempo integral e de frequência obrigatória. Os alunos do CPCD têm direito à bolsa de estudo e a alojamento.

36. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos.

37. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas por via postal, ou pessoalmente, nos dias úteis, das 09:00 às 18:00 horas, na Secretaria do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, e nos Centros Regionais de Inscrição.

Obs.: Os programas constantes do anexo II, referido no item 17 do presente Edital, entregues aos candidatos no ato da inscrição, vide pág. 41.

ANEXO 1

Características das Provas

I — A prova escrita de Português constará das seguintes partes:

a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máxima de 600 palavras (valor: 60 pontos); e

b) resumo de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

A prova procurará avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II — As provas escritas de Francês e Inglês constarão de duas partes:

a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e

b) versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

III — A Prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar o domínio do candidato sobre temas internacionais correntes, sua capacidade de abordar a atual problemática mundial, bem como as questões diplomáticas de interesse especial para o Brasil. Conhecimentos estes que pressupõem, da parte do candidato, o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de livros, revistas e jornais que dediquem atenção especial a tais assuntos.

Na prova de Questões Internacionais Contemporâneas, o candidato sorteará três temas internacionais correntes e escolherá um para exposição oral perante a Banca, durante 10 (dez) minutos. *Antes, porém, ser-lhe-á concedido um intervalo de aproximadamente dez minutos para preparar sua exposição. Após a mesma, deverá responder a perguntas feitas pelos examinadores.

IV — As provas orais de Português, Francês e Inglês serão abertas ao público e realizadas, simultaneamente, de acordo com tabela de chamada, a ser fixada na Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas visam a avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

Na prova de Português, o candidato sorteará três temas de cultura geral ou da atualidade nacional, e escolherá um para exposição oral perante a Banca, durante 10 (dez) minutos. Antes, porém, ser-lhe-á concedido um in-

tervalo de aproximadamente dez minutos para preparar sua exposição. Após a mesma, deverá responder a perguntas feitas pelos examinadores.

- V — Nas provas de Francês e Inglês, o candidato deverá ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato disporá de cerca de quinze minutos para preparar sua prova, podendo recorrer ao auxílio de um dicionário unilíngue que o Instituto Rio Branco colocará à disposição.

- VI — As provas de conhecimento em matérias básicas serão compostas de:

- dissertação, no valor de 40 pontos;
- três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

- VII — As provas terão a duração de quatro horas e meia.

- VIII — Na prova de Noções Básicas de Direito, só será admitida a consulta a textos legais que forem fornecidos pelo Instituto, se o examinador considerar tal consulta necessária.

Obs.: As provas orais referidas nos itens III e IV estarão a cargo de Bancas compostas de três examinadores.

EDITAL DE 16 DE JANEIRO DE 1987

(Publicado no *DOU* de 28.01.87 e no Boletim de Serviço do MRE nº 06 de 02.02.87)

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Por ato do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 03 de setembro de 1986, foram considerados aprovados no Exame Vestibular de 1986 os seguintes candidatos ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Clas.	Nome	Nº de Pontos	Média Final
1º	Alessandro Warley Candeas	1.024,03	85,33
2º	Maria Dolores Penna de Almeida Cunha	968,56	80,71
3º	Roberto Teixeira de Avellar	919,86	76,65
4º	Alexandre Guido Lopes Parola	919,00	76,58
5º	George Torquato Firmeza	886,70	73,89
6º	Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva	880,83	73,38

Clas.	Nome	Total de Pontos	Média
7º	Leonardo Sotero Caio	830,83	69,23
8º	Humberto Benzaquem da Silva Gomes (*) ..	828,63	69,05
9º	Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio	828,46	69,03
10º	Ivanise de Melo Maciel	804,73	67,06
11º	Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim ..	801,96	66,83
12º	Paulo Roberto Soares Pacheco	795,53	66,29
13º	Roland Stille	788,43	65,70
14º	Nedilson Ricardo Jorge	787,00	65,58
15º	Breno de Souza Brasil Dias da Costa ...	742,86	61,90

(*) Republicado para inclusão do Senhor Humberto Benzaquem da Silva Gomes na relação dos aprovados no Exame Vestibular de 1986, em virtude do deferimento, pelo Ministro Relator do Tribunal Federal de Recursos, de medida liminar requerida nos autos do Mandado de Segurança nº 113.803/DF, até o julgamento da questão por aquela Corte.

EDITAL DE 16 DE JANEIRO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 04 de 21.01.87)

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

RESULTADO FINAL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO

— 1º ANO — 1986

Clas.	Nome	Total de Pontos	Média
1º	Márcia Donner Abreu	1.697,26	94,29
2º	Benedicto Fonseca Filho	1.681,69	93,42
3º	Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz	1.675,91	93,10
4º	Ricardo André Vieira Diniz	1.646,50	91,47
5º	Reinaldo José de Almeida Salgado	1.636,24	90,90
6º	Flávio Soares Damico	1.624,84	90,26
7º	Pedro Fernando Saraiva Etchebarne	1.610,96	89,49
8º	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra	1.610,13	89,45
9º	Ronaldo Costa Filho	1.603,85	89,10
10º	Ricardo José Lustosa Leal	1.602,14	89,00
11º	Gilberto Gonçalves de Siqueira	1.597,80	88,76
12º	Maria Cristina Pereira da Silva	1.587,50	88,19
13º	Rubens Gama Dias Filho	1.580,14	87,78
14º	Renata Prata Saint-Clair Pimentel	1.577,94	87,66
15º	Sônia Regina Guimarães Gomes	1.570,30	87,23

Clas.	Nome	Total de Pontos	Média
16º	Silvio José Albuquerque e Silva	1.568,18	87,12
17º	Antonio Carlos de Salles Menezes	1.563,63	86,86
18º	Rodrigo de Lima Baena Soares	1.558,26	86,57
19º	Fernando Luis Lemos Igreja	1.545,84	85,88
20º	Júlio César Fontes Laranjeira	1.510,29	83,90
21º	Francisco Chaves do Nascimento Filho .	1.398,52	77,69

EDITAL DE 20 DE FEVEREIRO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 012 de 26.02.87)

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

RESULTADO FINAL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO
— 1º ANO — 1986

Clas.	Nome	Total de Pontos	Média
1º	Márcia Donner Abreu	1.695,58	94,19
2º	Benedicto Fonseca Filho	1.682,65	93,48
3º	Manoel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz	1.675,95	93,10
4º	Ricardo André Vieira Diniz	1.647,46	91,52
5º	Reinaldo José de Almeida Salgado	1.635,90	90,88
6º	Flávio Soares Damico	1.626,92	90,38
7º	Pedro Fernando Saraiva Etchebarne	1.610,28	89,46
8º	Fernando Estellita de Salvo Coimbra ...	1.610,13	89,45
9º	Ricardo José Lustosa Leal	1.603,14	89,06
10º	Ronaldo Costa Filho	1.602,25	89,01
11º	Gilberto Gonçalves de Siqueira	1.599,46	98,85
12º	Maria Cristina Pereira da Silva	1.587,60	88,20
13º	Rubens Gama Dias Filho	1.580,68	87,81
14º	Renata Prata Saint-Clair Pimentel	1.576,52	87,58
15º	Sônia Regina Guimarães Gomes	1.569,80	87,21
16º	Silvio José Albuquerque e Silva	1.567,98	87,11
17º	Antonio Carlos de Salles Menezes	1.564,87	86,93
18º	Rodrigo de Lima Baena Soares	1.558,36	86,57
19º	Fernando Luis Lemos Igreja	1.546,80	85,93
20º	Júlio César Fontes Laranjeira	1.511,39	83,96
21º	Francisco Chaves do Nascimento Filho .	1.405,10	78,06

Obs.: Republicado para retificação dos resultados, por haver sido desconsiderada, no cálculo anterior, a nota da prova oral de História das Idéias Políticas no cálculo da média final do 1º ano do CPCD.

EDITAL DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 011 de 24.02.87)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EDITAL

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 16 de março e 17 de abril de 1987, as matrículas para o Décimo Sexto Curso de Altos Estudos (XVI CAE).

2. O XVI CAE consistirá nas seguintes atividades:

- apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- exame dos trabalhos por Banca Examinadora *ad hoc* e defesa oral dos que hajam sido aceitos pela mesma;
- estágio de atualização.

3. A matrícula no XVI CAE será solicitada mediante preenchimento e a entrada no Instituto Rio Branco, até o dia 17 de abril de 1987, de formulário de inscrição, conforme o modelo anexo ao presente edital. No caso de candidato servindo no exterior, contar-se-á como data de entrada do formulário a do ofício ou guia que o remeta.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixado pela Diretora do Instituto.

6. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares sobre o tema a ser desenvolvido.

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema de seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Diretora do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 26 de fevereiro de 1988, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas.

10. O trabalho deverá refletir, preferivelmente, a experiência profissional do autor. No que respeita à sua apresentação, cabem as seguintes observações:

- a) embora inexistam limites rígidos para a sua extensão, aconselha-se que o texto propriamente dito (exclusão feita de índices e bibliografia) se situe entre 80 (oitenta) e um máximo de 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas, em papel de formato ofício; aconselha-se ainda que eventuais gráficos, mapas e outros elementos adicionais de esclarecimento sejam apresentados sob forma de anexos;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento de tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que não apresentem as qualidades mínimas indispensáveis. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional e utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;

- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 25 de abril de 1988, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados.

14. Os candidatos que tiverem seus trabalhos recusados nessa primeira fase poderão apresentar, em Curso posterior, versão revista e aperfeiçoada dos mesmos, desde que, para tanto, contem com a anuência da Banca Examinadora. Em caso negativo, deverão submeter novo tema, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior.

15. Os candidatos cujos trabalhos forem aceitos na primeira fase serão convocados, pelo Instituto Rio Branco, para a fase final do XVI CAE, que se realizará em Brasília, entre 23 de maio e 3 de junho de 1988, e se constituirá na defesa oral dos trabalhos escritos e no estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado, principalmente no que se refere à sua relevância para a política exterior brasileira;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimentos em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora emitirá conceitos (muito bom, bom, satisfatório, insuficiente), levando em conta o trabalho escrito, a condução da defesa oral e o desempenho durante o estágio de atualização. Será considerado aprovado o candidato que obtiver um dos três primeiros conceitos citados, devidamente homologado pelo Ministro de Estado.

19. Os candidatos não aprovados na fase final do presente CAE poderão requerer matrícula em Curso posterior, sendo-lhes vedada, entretanto, a reapresentação do mesmo trabalho.

20. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe nos termos do inciso II do artigo 6º do Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

21. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do Decreto nº 93.325, em seu artigo 73, ao diplomata inscrito no Curso de Altos Estudos será concedido, para preparação de estudo, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

EDITAL DE 30 DE ABRIL DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 28 de 04.05.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e da Portaria da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 483, de 17 de abril de 1979, e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas no período de 4 a 29 de maio de 1987 as matrículas para o Décimo Sexto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVI CAD).

Décimo Sexto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital.

3. É a seguinte a relação das disciplinas no XVI CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Relações Econômicas Internacionais (abrangendo a Situação Econômica Internacional e a Interação da Economia Brasileira com a Economia Internacional)
- iv) Organismos Econômicos Internacionais
- v) Prática Diplomática e Consular.

4. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, e que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas mencionadas, já que parte-se do pressuposto de que os temas das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos Secretários.

5. Haverá exames finais, das matérias acima relacionadas, em março de 1988, de acordo com o seguinte cronograma:

- dia 21 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- dia 22 — Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;
- dia 23 — Prática Diplomática e Consular.

6. As provas serão escritas, sem qualquer identificação de autor. Serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A Direção do Instituto poderá promover, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem lotados na Secretaria do Estado serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e prestarão os exames em Brasília.

8. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito *suficiente* ou *insuficiente*. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem o mínimo de dois conceitos *suficientes* no conjunto das três provas.

9. Concluída a avaliação, os alunos não aprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

10. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

11. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 17 de junho de 1988, a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irreversível.

12. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido, encaminhada à Diretora do Instituto.

13. Está prevista, em princípio, para agosto de 1987, a abertura de inscrição para o XVII CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, em agosto de 1988.

Disposições Gerais

14. Os alunos matriculados no XVI CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente do eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

15. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro Secretário nos termos do inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

EDITAL DE 24 DE ABRIL DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 027 de 28.04.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que o parágrafo quinto do Edital de 03 de julho de 1986, relativo ao Décimo Quinto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XV CAD), passa a ter a seguinte redação:

«5. Haverá exames finais das matérias acima relacionadas, em agosto de 1987, de acordo com o seguinte cronograma.

dia 11 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;

dia 12 — Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;

dia 13 — Prática Diplomática e Consular;

dia 14 — Organização e Métodos de Trabalho do MRE.»

EDITAL DE 11 DE AGOSTO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 049 de 14.08.87)

Modificação

(do parágrafo nono do Edital do XVI Curso de Altos Estudos, publicado no Boletim de Serviço nº 011, de 24.02.87, páginas 5 a 9).

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que o parágrafo nono do Edital de 23 de fevereiro de 1987, relativo à abertura de inscrições para o Décimo Sexto Curso de Altos Estudos (XVI CAE), passa a ter a seguinte redação:

«9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 26 de fevereiro de 1988, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, desejar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo impreterivelmente dentro do prazo acima referido para entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados em Edital».

EDITAL DE 27 DE AGOSTO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 052 de 01.09.87)

Passa a ser a seguinte a redação do parágrafo 18 do Edital do XV Curso de Altos Estudos (XV CAE), publicado no Boletim de Serviço nº 051, de 11 de julho de 1986:

«18. A Banca Examinadora aprovará ou reprová o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho

escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização».

Passa a ser a seguinte a redação do parágrafo 18 do Edital do XVI Curso de Altos Estudos (XVI CAE), publicado no Boletim de Serviço nº 11, de 24 de fevereiro de 1987:

«18. A banca examinadora aprovará ou reprovará o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização».

EDITAL DE 31 DE AGOSTO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 052 de 01-09-87)

A Diretoria do Instituto Rio Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 8 de setembro e 16 de outubro de 1987, as matrículas para o Décimo Sétimo Curso de Altos Estudos (XVII CAE).

2. O XVII CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) exame dos trabalhos por Banca Examinadora *ad hoc* e defesa oral dos que hajam sido aceitos pela mesma;
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XVII CAE se fará mediante o envio ao IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro dos prazos estipulados acima. Para os candidatos residindo fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta, ou do carimbo postal, será levada em conta para a observância daqueles prazos.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos,

os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixado pela Diretora do Instituto em sua comunicação aos candidatos.

6. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da necessidade de ampliação ou maior precisão no tratamento do tema, com vistas a sua apreciação pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação).

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema do seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Diretora do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 1º de agosto de 1988, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, desejar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo impreterivelmente dentro do prazo acima referido para entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados em Edital.

10. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a) embora inexistam limites rígidos para sua extensão, aconselha-se que o texto propriamente dito (exclusão feita de índice e bibliografia) se situe entre 80 (oitenta) e um máximo de 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas em papel de formato ofício;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451,

de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no item 12. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 30 de setembro de 1988, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados.

14. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá apresentar, no Curso imediatamente posterior ou em outro, versão revista e aperfeiçoada do mesmo, desde que desta intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Diretora do Instituto Rio Branco, e desde que a Banca Examinadora, ao recusar o trabalho, não tenha também desaconselhado sua reapresentação. Em caso de nova recusa pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação), o candidato deverá propor novo tema à Diretora do Instituto Rio Branco, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior.

15. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado, pelo Instituto Rio Branco, para a fase final do XVII CAE, que se realizará em Brasília, entre 17 a 28 de outubro de 1988, e compreenderá a defesa oral dos trabalhos escritos e o estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora aprovará ou reprovará o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização.

19. O candidato não aprovado na fase final do presente CAE poderá requerer matrícula, no prazo máximo de trinta dias a contar da notificação do resultado, no XIX CAE, sendo-lhe, entretanto, vedada a reapresentação do mesmo tema.

20. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe nos termos do inciso II do artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

21. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao diplomata inscrito no Curso de Altos Estudos será concedido, para preparação do estudo, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

EDITAL DE 01 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 052 de 01.09.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e da Portaria nº 450 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 49, de 17 de abril de 1979, e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas no período de 8 de setembro a 16 de outubro de 1987 as matrículas para o Décimo Sétimo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVII CAD).

Décimo Sétimo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital.

3. É a seguinte a relação das disciplinas no XVII CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Relações Econômicas Internacionais (abrangendo a Situação Econômica Internacional e a Integração da Economia Brasileira com a Economia Internacional)
- iv) Organismos Econômicos Internacionais
- v) Prática Diplomática e Consular.

4. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas mencionadas, já que se parte do pressuposto de que os temas das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos Secretários.

5. Haverá exames finais, das matérias acima relacionadas, em agosto de 1988, de acordo com o seguinte cronograma:

- dia 29 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- dia 30 — Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;
- dia 31 — Prática Diplomática e Consular.

6. As provas serão escritas e não conhecerão os Examinadores a identidade dos autores. Serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A Direção do Instituto poderá promover, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem lotados na Secretaria de Estado serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e prestarão os exames em Brasília.

8. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito SUFICIENTE ou INSUFICIENTE. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem conceito SUFICIENTE nas três provas.

9. Concluída a avaliação, os alunos não aprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

10. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

11. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 4 de novembro de 1988, a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irrecorrível.

12. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada à Diretora do Instituto.

13. Está prevista, em princípio, para março de 1988, a abertura de inscrição para o XVIII CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, em março de 1989.

Disposições Gerais

14. Os alunos matriculados no XVII CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente do eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

15. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro Secretário nos termos do inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

16. Do mesmo modo, apenas podem ser comissionados Conselheiros em postos do grupo «C», nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, os Primeiros e Segundos Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

EDITAL DE 04 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 054 de 11.09.87)

Edital da Diretora do Instituto Rio Branco que modifica o Edital de abertura de inscrições para o XVII Curso de Altos Estudos (XVII CAE):

Os parágrafos treze e dezoito do Edital de abertura de inscrições para o XVII Curso de Altos Estudos, publicados no Boletim de Serviço nº 052, de 1º de setembro de 1987, passam a ter a seguinte redação:

§ 13. «Até 30 de setembro de 1980, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos».

§ 18. «A Banca Examinadora aprovará ou reprovará o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização. Dos trabalhos reprovados na defesa oral, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos. Dos trabalhos aprovados na defesa oral, o Instituto Rio Branco guardará os cinco exemplares em seus arquivos para fins de consulta».

EDITAL DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicado no DOU de 01.10.87 e no Boletim de Serviço do MRE nº 059 de 07.10.87)

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Por ato do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 10 de setembro de 1987, foram considerados aprovados no Exame Vestibular de 1987 os seguintes Candidatos ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Clas.	Nomes	Nº de Pontos	Média Final
1º	Luciano Alchalel de Almeida Rego	1.048,30	80,63
2º	Marcelo Otavio Dantas Loures da Costa	1.047,47	80,57
3º	Victor Luiz do Prado	1.006,47	77,42
4º	José Ricardo da Costa Aguiar Alves	993,99	76,46
5º	Paulo Guapindaia Joppert	991,80	76,29
6º	Marcio Fagundes do Nascimento	985,99	75,84
7º	Lucia Rebouças Pires	982,56	75,58
8º	Pompeu Andreucci Neto	926,48	71,26
9º	Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira ..	906,23	69,71
10º	Pedro Frederico de Figueiredo Garcia ...	893,79	68,75
11º	Miguel Griesbach de Pereira Franco	814,32	62,64

EDITAL DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 077 de 22.12.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base no disposto no artigo 63, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de julho de 1986, e no artigo 85, inciso II, do Decreto nº 93.325, de 01 de outubro de 1986, faz saber que estarão abertas, de 4 a 11 de janeiro de 1988, as inscrições para o primeiro Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria (I CAOC).

2. O Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria requisito para a progressão funcional por merecimento à classe «C» dos integrantes da categoria funcional de Oficial de Chancelaria.

3. Para o «I CAOC», poderão inscrever-se os Oficiais de Chancelaria que se encontrem nas duas últimas referências funcionais da Classe «B» (referências 15 e 16).

4. As provas do «I CAOC» serão aplicadas: na SERE, para os funcionários inscritos lotados no Rio de Janeiro; na primeira Comissão Demarcadora de Limites; e, nos postos, para os que estiverem servindo no Exterior.

5. As provas serão realizadas nas seguintes datas:

- Organização e Métodos de Trabalho do MRE, dia 22 de fevereiro de 1988;
- Prática Consular, dia 23 de fevereiro de 1988;
- Técnicas de Promoção Comercial, dia 24 de fevereiro de 1988; e
- Técnicas de Administração e de Contabilidade, dia 25 de fevereiro de 1988.

6. Os funcionários lotados na SERE deverão inscrever-se na Secretaria do Instituto Rio Branco. Para os que estiverem lotados fora de Brasília, as inscrições deverão ser feitas através de telegrama com a distribuição IRBr/DRH.

EDITAL DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 076 de 17.12.87)

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

RESULTADO FINAL DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO

2º ANO — 1987

Clas.	Nome	Média
1º	Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz	91,53
2º	Benedicto Fonseca Filho	91,51
3º	Márcia Donner Abreu	90,80
4º	Flávio Soares Damico	90,07
5º	Rubens Gama Dias Filho	88,68
6º	Ricardo André Vieira Diniz	88,24
7º	Reinaldo José de Almeida Salgado	88,22
8º	Ricardo José Lustosa Leal	87,11
9º	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra	86,26
10º	Ronaldo Costa Filho	85,80
11º	Renata Prata Saint-Clair Pimentel	85,46
12º	Sonia Regina Guimarães Gomes	85,08
13º	Pedro Fernando Saraiva Etchebarne	84,38
14º	Maria Cristina Pereira da Silva	83,05
15º	Júlio Cesar Fontes Laranjeiras	82,65
16º	Gilberto Gonçalves de Siqueira	82,56

Clas.	Nome	Média Final
17º	Fernando Luis Lemos Igreja	82,42
18º	Silvio José Albuquerque e Silva	81,92
19º	Antonio Carlos de Salles Menezes	81,72
20º	Rodrigo de Lima Baena Soares	80,96
21º	Francisco Chaves do Nascimento Filho	74,00

EDITAL DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

(Publicado no DOU de 16 de dezembro de 1987
e no Boletim de Serviço do MRE nº 076 de 17.12.87)

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

RESULTADO FINAL DO CURSO — BIÊNIO 1986/1987

Clas.	Nome	Média
1º	Márcia Donner Abreu	91,05
2º	Benedicto Fonseca Filho	89,87
3º	Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz	88,89
4º	Ricardo André Vieira Diniz	87,48
5º	Flavio Soares Damico	86,93
6º	Reinaldo José de Almeida Salgado	86,70
7º	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra	85,99
8º	Ronaldo Costa Filho	85,38
9º	Rubens Gama Dias Filho	84,24
10º	Pedro Fernando Saraiva Etchebarne	83,96
11º	Ricardo José Lustosa Leal	83,85
12º	Sonia Regina Guimarães Gomes	83,73
13º	Renata Prata Saint-Clair Pimentel	83,57
14º	Maria Cristina Pereira da Silva	83,34
15º	Gilberto Gonçalves de Siqueira	82,96
16º	Antonio Carlos de Salles Menezes	82,59
17º	Silvio José Albuquerque e Silva	81,92
18º	Fernando Luis Lemos Igreja	80,72
19º	Rodrigo de Lima Baena Soares	80,21
20º	Julio Cesar Fontes Laranjeira	80,15
21º	Francisco Chaves do Nascimento Filho	73,84

PORTARIA DE 05 DE FEVEREIRO DE 1987

(Publicada no DOU de 06 de fevereiro de 1987
e no Boletim de Serviço do MRE nº 07 de 10.02.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 37, item I, alínea c, do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985, resolve:

Nomear Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo em comissão de Diretora do Instituto Rio Branco, código DAS-101.4.

PORTARIA DE 04 DE MARÇO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço nº 015 de 12.03.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20.04.1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27.04.82, resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo Quarto Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja

1ª Câmara: Ministro José Francisco Resek
Embaixador Bernardo Pericás Neto
Ministro Carlos Augusto Rego Santos Neves

2ª Câmara: Embaixador Marco Cesar Meira Naslausky
Ministro Gelson Fonseca Júnior
Professor Vicente Marotta Rangel

PORTARIA DE 26 DE MARÇO DE 1987

(Publicada no DOU de 30.03.87
e no Boletim de Serviço do MRE nº 020 de 30.03.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 18 do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985, resolve designar o Ministro Adhemar Gabriel Bahadian para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1987, no impedimento da Diretora do Instituto Rio Branco, podendo tomar todas as providências regulares e assinar os atos correspondentes para aquele fim.

PORTARIA DE 27 DE MARÇO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 20 de 30.03.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 18 do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985, resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora da 1ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1987:

PORTUGUÊS

Enilde Leite de Jesus Faulstich
Gerson Machado Pires Filho
Stella Maris Bortoni de Figueiredo

FRANCÊS

Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa
Pierre Robert Laure

INGLÊS

Bruce Le Roy Leininger
Sarkis Karmirian

PORTARIA DE 09 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no DOU DE 13.04.87 e no Boletim de Serviço do MRE nº 24 de 14.04.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 37, item III, alínea a, do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985, resolve:

Nomear José Maria de Carvalho Coelho, Primeiro Secretário, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Secretaria do Instituto Rio Branco, código DAS-101.1.

PORTARIA DE 07 DE MAIO DE 1987

(Publicada no DOU de 08.05.87 e no Boletim de Serviço do MRE nº 020 de 11.05.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 554, de 12 de novembro de 1984, resolve:

Delegar competência ao Primeiro Secretário José Maria de Carvalho Coelho, Chefe da Secretaria do Instituto Rio Branco, para assinar, em nome do Instituto Rio Branco, convênios, con-

tratos e ajustes, bem como movimentar contas bancárias e praticar todos os atos próprios à gestão orçamentário-financeira de créditos provisionados e recursos distribuídos ao Instituto Rio Branco.

PORTARIA DE 04 DE AGOSTO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 048 de 10.08.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27 de abril de 1982, resolve designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo Quinto Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Bernardo Pericás Neto

1ª Câmara: Ministro José Francisco Rezek
Ministro Luiz Felipes de Seixas Correa
Ministro Carlos Augusto Rego Santos Neves

2ª Câmara: Embaixador Marco Cesar Meira Naslauský
Ministro Gelson Fonseca Júnior
Professor Vicente Marotta Rangel

PORTARIA DE 17 DE AGOSTO DE 1987

(Publicada no DOU de 17.08.87 e no Boletim de Serviço do MRE nº 051 de 28.08.87)

O Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 194, item XVI, letra a, do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, resolve:

Designar Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Primeiro Secretário, da Carreira de Diplomata, para substituir, em seus impedimentos legais, o Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco, código DAS-101.3.

PORTARIA DE 03 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicada no DOU de 09.09.87 e no Boletim de Serviço do MRE nº 056 de 18.09.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 37, item IV, alínea a, do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985, resolve:

Nomear José Marcos Nogueira Viana, Terceiro Secretário, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Diretora do Instituto Rio Branco, código DAS-102.2.

PORTARIA DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicada no DOU de 28.09.87 e no Boletim de Serviço do MRE nº 058 de 01.10.87)

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 26, item VII, do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, resolve:

Designar Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Primeiro Secretário, da Carreira de Diplomata, para substituir, em seus impedimentos legais, o Diretor do Instituto Rio Branco, código DAS-101.4.

PORTARIA Nº 579, DE 29 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 028 de 04.05.87)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 27 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, publicada no *Diário Oficial da União* de 13 daquele mês bem como a Portaria nº 450, de 20 de abril de 1977, modificada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, resolve:

I — Alterar o artigo 4º do Título III da Portaria nº 450/1977, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º O aluno prestará exames escritos no prazo de doze meses a contar da data da matrícula, em data indicada pelo Instituto Rio Branco.

§ 1º No caso de alunos lotados em postos no exterior, os exames serão realizados através do sistema de malas Diplomáticas, mediante o envio de aplicadores ao exterior, ou pela chamada a serviço à Secretaria de Estado, conforme for mais conveniente, em cada caso, para a Administração.

§ 2º No caso de chamada a serviço à Secretaria de Estado, o Instituto Rio Branco promoverá, no período imediatamente anterior aos exames, a realização de palestras e/ou aulas sobre temas de interesse para o curso.

II — alterar o artigo 6º do Título III da Portaria 450/1977, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º O aluno que não houver logrado aprovação nos exames poderá requerer ao Diretor do Instituto Rio Branco nova matrícula em curso posterior.

Parágrafo único. O aluno lotado no exterior que já houver sido chamado a serviço à Secretaria de Estado, em ocasião anterior, para participar das palestras e/ou aulas referidas no § 2º do artigo 4º e para realizar as provas em Brasília, em caso de nova inscrição, não será chamado a serviço à Secretaria de Estado, devendo prestar exame no posto.

PORTARIA Nº 01, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 001 de 13.01.87)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar os seguintes membros encarregados da execução das tarefas relativas ao Décimo Quarto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XIV CAD):

BANCA EXAMINADORA:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Ministro Gelson Fonseca Junior

Secretário Georges Lamaziere (Assistente)

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

Conselheiro Jádriel Ferreira de Oliveira

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

Conselheiro Roberto Gaspary Torres

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E ECONOMIA BRASILEIRA

Conselheiro Ricardo Drummond de Mello

APLICADOR DE PROVAS

Conselheiro Luiz Fernando Gouvêa de Athayde

SECRETÁRIA DO CAD

Vera Lúcia Rodrigues de Faria

SERVIÇOS DE APOIO

Israel Derrudt Rodrigues

Luiz Paixão de Souza Costa

PORTARIA Nº 02, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 001 de 13.01.87)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros encarregados da execução das tarefas do Décimo Quarto Curso de Aperfeiçoamento do Diplomata (XIV CAD):

Examinador Titular CZ\$ 5.000,00

Examinador Assistente CZ\$ 2.500,00

Aplicador de Prova CZ\$ 500,00 por prova

Secretária do CAD CZ\$ 2.500,00

Serviços de Apoio CZ\$ 500,00

PORTARIA Nº 03, DE 19 DE JANEIRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 004 de 21.01.87)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

1. Fixar em 30%, para o corrente ano letivo do CPCD, o montante de horas/aula pagas aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) pela preparação de apostilas, provas e trabalhos escritos, bem como pela correção de exercícios de acompanhamento e aproveitamento; e

2. Determinar que o pagamento dessa remuneração seja efetuado com base no total de horas/aula ministradas por cada professor.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA N.º 04, DE 19 DE JANEIRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 004 de 21.10.87)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, publicado no *Diário Oficial da União*, de 16 de novembro de 1984, resolve:

Fixar em cruzados, a partir de 01 de fevereiro de 1987, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 133,00 (cento e trinta e três cruzados);
- b) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a CZ\$ 191,00 (cento e noventa e um cruzados);
- c) da hora/aula paga aos professores-assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 103,00 (cento e três cruzados);
- d) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 73,00 (setenta e três cruzados).

PORTARIA N.º 05, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 005 de 27.01.87)

O Diretor do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Verão de 1987 — Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os seguintes professores das matérias indicadas:

FRANÇÊS

Jean François Cleaver
Pierre Laure

INGLÊS

James Crawford Ferguson
Patrick Redmond Kevin

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO

Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello

PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

Dad Abi C. Squarisi

PORTARIA N.º 06, DE 05 DE MARÇO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 13 de 06.03.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, publicado no *Diário Oficial da União*, de 16 de novembro de 1984, resolve:

ALTERAR, a partir de 1.º de março de 1987, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 187,16 (cento e oitenta e sete cruzados e dezesseis centavos);
- b) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a CZ\$ 268,47 (duzentos e sessenta e oito cruzados e quarenta e sete centavos);
- c) da hora/aula paga aos professores-assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 144,85 (cento e quarenta e quatro cruzados e oitenta e cinco centavos);
- d) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 102,81 (cento e dois cruzados e oitenta e um centavos).

PORTARIA N.º 07, DE 05 DE MARÇO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 013 de 06.03.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1987, os seguintes professores de Línguas Estrangeiras:

ÁRABE

Issa Antônio Bonduki

ESPAÑHOL

Kori Yaanne Bolivia Carrasco Costa
Encarnación Bonce Lopes de Pesquero

FRANÇÊS

Jean-Paul Lefèvre
Pierre Robert Laure
Christian Defontaine
Jean François Cleaver

INGLÊS

James Crawford Ferguson
Patrick Kevin Redmond

RUSSO

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

PORTARIA Nº 08, DE 05 DE MARÇO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 013 de 06.03.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1987, os seguintes professores-assistentes:

Professores — 1º Ano — 1987

- Anna Maria Villela (Direito Internacional Privado)
- Dad Abi Chahine Squarisi (Português para Estrangeiros)
- Gerson Machado Pires Filho (História das Idéias Políticas)
- Jorge Luiz Fontoura Nogueira (Direito Internacional Público I)
- Raphael Valentino Sobrinho (Economia)
- Stella Maria Bortono (Português — Expressão e Redação Profissional)

Professores-Assistentes — 1º Ano — 1987

- Antônio Francisco da Costa e Silva Neto (História das Idéias Políticas e Política Externa Brasileira Contemporânea)
- Cezar Augusto de Souza Lima Amaral (Economia)

Professores — 2º Ano — 1987

- Arthur Vivacqua Correa Meyer (Economia Brasileira)
- Gelson Fonseca Júnior (Relações Internacionais)
- Heloisa Vilhena de Araújo (Português — Correspondência Oficial e Métodos de Informação)
- José Francisco Rezek (Direito dos Tratados)
- Ricardo Drumond de Mello (Relações Econômicas Internacionais)
- Rubens Ricupero (História das Relações Diplomáticas do Brasil)

Professores-Assistentes — 2º Ano — 1987

- Eduardo da Costa Farias (Economia Brasileira)
- Georges Lamazière (Relações Internacionais)
- Sérgio França Danese (História das Relações Diplomáticas do Brasil)

PORTARIA Nº 09, DE 16 DE MARÇO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 16 de 16.03.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 553, de 05 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 04 de março de 1987, publicada no Boletim de Serviço nº 015, de 12 de março de 1987, resolve:

Fixar em CZ\$ 4.375,00 (quatro mil, trezentos e setenta e cinco cruzados) por tese a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Décimo Quarto Curso de Altos Estudos (CAE).

PORTARIA Nº 10, DE 03 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço nº 23 do MRE de 09.04.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, tendo em vista o disposto no artigo 18 do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985, e na Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, resolve:

Fixar a seguinte remuneração do responsável pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano de 1987:

1ª fase do Exame Vestibular:	CZ\$ 10.000,00
2ª fase do Exame Vestibular:	CZ\$ 5.000,00
3ª fase do Exame Vestibular:	CZ\$ 5.000,00
4ª e 5ª fases do Exame Vestibular:	CZ\$ 3.000,00

PORTARIA Nº 11, DE 08 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço nº 23 do MRE de 09.04.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar em CZ\$ 70,00 (setenta cruzados) por prova corrigida a remuneração dos membros da Banca Examinadora da 1ª fase do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PORTARIA Nº 12, DE 08 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço nº 23 de 09.04.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas relativas à execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador:

Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliares de Coordenação:

Angela Ribeiro dos Santos

Maria Teresa dos Santos Mouta

Aplicador de Prova:

Terceiro Secretário Antonio Francisco da Costa e Silva Neto

Fiscais:

Antonio José Rodrigues de Sousa

Daniel Gomes Pereira

Francisco Ferreira de Almeida

Getúlio da Silva Ramos

Jureni Figueira de Azevedo

Mary Orlanita Barros Cruz

Toney Francis de Abreu Barreto

Valdevino Andrade de Sousa

Violeta Pereira do Amaral

Vera Lúcia Rodrigues de Faria

Margarida Maria Frade de Campos

Carlos Alberto de Souza Freitas

Antonio Henrique Carvalho Pires

Serviço de Apoio:

Luiz Paixão de Souza Costa

Esmeraldino Henrique da Silva

Natalino Gonçalves Alves

Israel Derrudt Rodrigues

Paulo Lacerda Moreira

Georgina Carlota da Silva Lessa

PORTARIA Nº 13, DE 08 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 023 de 09.04.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas a execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador:	CZ\$ 7.000,00
Auxiliar:	CZ\$ 3.500,00
Aplicador de prova:	CZ\$ 1.350,00 (por prova)
Fiscais:	CZ\$ 420,00 (por prova)
Serviço de apoio:	CZ\$ 1.750,00.

PORTARIA N° 14, DE 28 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n° 27, do MRE de 28.04.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial n° 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de abril de 1987:

1. Bolsa para alunos sem dependentes: CZ\$ 3.528,00
2. Bolsa para alunos com dependentes: CZ\$ 4.470,00

PORTARIA N° 15, DE 28 DE ABRIL DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n° 27 do MRE de 28.04.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial n° 558, de 05 de março de 1985, resolve designar:

1. Orientadores profissionais dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 28 de março de 1987, os seguintes Conselheiros:

- Stelio Marcos Amarante
- Sérgio Tutikian
- Christiano Whitaker
- Dinah Flusser
- Luiz Henrique Pereira da Fonseca
- Vera Pedrosa Martins de Almeida
- Alfredo Carlos de Oliveira Tavares
- Valdemar Carneiro Leão Neto
- Júlio Cezar Zelner Gonçalves
- Carlos Antonio da Rocha Paranhos
- Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

2. Professores-assistentes do 2° ano de Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

- Sérgio Elias Couri

(Economia Brasileira), em substituição a Eduardo da Costa Farias, a partir de 28 de março de 1987

- José Estanislau do Amaral Souza Neto
(História de Relações Diplomáticas do Brasil), em substituição a Sérgio França Danese, a partir de 28 de março de 1987.

PORTARIA N° 16, DE MAIO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE de n° 029 de 11.05.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria n° 554, de 12 de novembro de 1984, resolve:

Alterar, a partir de maio de 1987, os valores:

- a) da hora/aula para os professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco cruzados);
- b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 292,00 (duzentos e noventa e dois cruzados);
- c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a CZ\$ 322,00 (trezentos e vinte e dois cruzados);
- d) da hora/aula paga aos professores-assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 174,00 (cento e setenta e quatro cruzados); e
- e) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 123,00 (cento e vinte e três cruzados).

PORTARIA N° 17, DE 21 MAIO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n° 32 do MRE de 22-05-87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial n° 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de maio de 1987:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: CZ\$ 4.234,00
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: CZ\$ 5.364,00

PORTARIA N.º 18, DE 21 DE MAIO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n.º 32 do MRE, de 22-05-87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no parágrafo 2.º, do artigo 38 do Regimento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria n.º 558, de 5 de março de 1985, e na Portaria Ministerial, de 4 de março de 1987, publicada no Boletim de Serviço n.º 15, de 12 de março de 1987, resolve:

Corrigir para CZ\$ 6.125,00 (seis mil, cento e vinte e cinco cruzados) a remuneração de que trata a Portaria n.º 09, de 10 de março de 1987, publicada no Boletim de Serviço n.º 016, de 16 de março de 1987.

PORTARIA N.º 19, DE 21 DE MAIO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n.º 32 do MRE de 22-05-87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Reajustar em 20% a remuneração de que trata a Portaria n.º 11, de 8 de abril de 1987.

PORTARIA N.º 20, DE 10 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n.º 36, do MRE de 19-08-87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, tendo em vista o disposto no artigo 17 do Decreto n.º 94.327, de 13 de maio de 1987 e na Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, resolve:

Corrigir para CZ\$ 15.000,00 (quinze mil cruzados) a remuneração referente à condução da 2.ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1987 incluída na Portaria n.º 10 de 03 de abril de 1987.

PORTARIA N.º 21, DE 16 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE de n.º 36 de 19.6.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora da 2.ª Fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1987:

Questões Internacionais Contemporâneas

Embaixador Bernardo Pericás Neto

Ministro Gelson Fonseca Junior

Secretário Georges Lamazière

Português

Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich

Secretário Gerson Machado Pires Filho

Professora Stella Maris Bortoni de Figueiredo

Francês

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa

Professor Michel Tanguy

Professor Pierre Robert Laure

Inglês

Professor Bruce Le Roy Leininger

Professora Edite Faial Jacques

Secretário Sarkis Karmirian

PORTARIA N.º 22, DE 16 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n.º 36 do MRE de 19-06-87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para atender pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Prepa-

ração à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado das tarefas relativas à execução da 2ª fase do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenadora: Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliar da Coordenadora:

Ângela Gomes Santos

Serviço de Apoio:

Daniel Gomes Pereira

Getúlio da Silva Ramos

Josué Mata

Luiz Paixão de Souza Costa

Maria Teresa dos Santos Mouta

Myriam Salles de Rezende Campos

Raimundo Alves dos Santos

Valdir Pereira Gomes

Vera Lúcia Rodrigues de Faria

PORTARIA N° 23, DE 16 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n° 36 do MRE de 19-06-87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco de 1987, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros de grupo encarregado das tarefas da 2ª fase do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador	CZ\$ 10.000,00
Auxiliar	CZ\$ 3.500,00
Serviço de Apoio	CZ\$ 1.750,00

PORTARIA N° 24, DE 16 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço n° 36 do MRE de 19-06-87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Pre-

paração à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar em CZ\$ 15.000,00 (quinze mil cruzados) a remuneração dos membros da Banca Examinadora da 2ª fase do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PORTARIA N° 25, DE 22 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n° 37 de 24.06.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria n° 554, de 12 de novembro de 1984, resolve:

Alterar, a partir de junho de 1987, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 270,00 (duzentos e setenta cruzados);
- b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzados);
- c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a CZ\$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis cruzados);
- d) da hora/aula paga aos professores-assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 209,00 (duzentos e nove cruzados);
- e) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 148,00 (cento e quarenta e oito cruzados).

PORTARIA N° 26, DE 22 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n° 37 de 24.06.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial n° 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudo dos alunos de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de junho de 1987:

1. Bolsa para alunos sem dependentes: CZ\$ 5.080,00
2. Bolsa para alunos com dependentes: CZ\$ 6.436,00

PORTARIA N.º 27, DE 26 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 38 de 26.06.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras da 3.ª e 4.ª fases do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1987:

3.ª Fase:

História do Brasil

Professora Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello

História Mundial

Professor Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil

Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira

4.ª Fase

Geografia Geral

Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira

Noções Básicas de Direito

Professor Antonio Augusto Cançado Trindade (Titular)

Secretário Caio Márcio Ranieri Colombo (Assistente)

Noções Básicas de Economia

Ministro Raphael Valentino Sobrinho (Titular)

Secretário Cesar Augusto de Souza Lima Amaral (Assistente)

PORTARIA N.º 28, DE 26 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 38 de 26.06.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para

responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar os valores para remuneração dos membros das Bancas Examinadoras da 3.ª e 4.ª fases do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1987:

Examinador-Titular: CZ\$ 10.000,00

Examinador-Assistente: CZ\$ 5.000,00

PORTARIA N.º 29, de 30 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 41 de 09.06.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, tendo em vista o disposto no artigo 17 do Decreto n.º 94.327, de 13 de maio de 1987 e na Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, resolve:

Corrigir para CZ\$ 15.000,00 (quinze mil cruzados) a remuneração referente à condução da 3.ª, 4.ª e 5.ª fases do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1987 incluída na Portaria n.º 10 de 03 de abril de 1987.

PORTARIA N.º 30, DE 30 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n.º 41 de 09.07.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado das tarefas relativas as 3.ª, 4.ª e 5.ª fases do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Aplicador de Provas

Secretário Jorge Geraldo Kadri

Coordenador

Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliar do Coordenador

Angela Ribeiro dos Santos

Fiscal de Provas

Dilson Rodrigues de Oliveira (3 provas)

Elias Mariano da Cunha (3 provas)
 Fernando Luiz Bohngahren (3 provas)
 Geraldo Cesar da Silva (3 provas)
 Maria Tereza dos Santos Mouta (3 provas)
 Myrian Salles de Resende Campos (3 provas)

Serviço de Apoio

Antonio Henrique Carvalho Pires
 Israel Derrudt Rodrigues
 Georgina Carlota da Silva Lessa
 Paulo Cesar Pedular da Fonseca
 Raimundo Alves dos Santos

PORTARIA N° 31, DE 30 DE JUNHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n° 41 de 09.07.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros do grupo encarregado das tarefas da 3ª, 4ª e 5ª fases do Exame Vestibular de 1987 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: CZ\$ 10.000,00
 Auxiliar do Coordenador: C\$ 4.500,00
 Aplicador de Provas: CZ\$ 1.320,00 (por prova)
 Fiscais de Provas: CZ\$ 420,00 (por prova)
 Serviço de Apoio: CZ\$ 1.750,00

PORTARIA N° 32, DE 17 DE JULHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n° 45 de 20.07.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve designar:

1. Para Coordenador dos Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica da 5ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1987, o Dou-

tor Antonio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores;

2. Para os Exames Físicos, o Hospital do Comando Naval de Brasília;
3. Para os Exames de Oftalmologia, o Centro de Diagnose e Microcirurgia Ocular;
4. Para os Exames Psíquicos, o Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha; e
5. Para os Exames de Otorrinolaringologia, o Doutor Aldo Carrilho Neves.

PORTARIA N° 33, DE 17 DE JULHO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n° 45 de 20.07.87)

Adhemar Gabriel Bahadian, Ministro de Segunda Classe, designado pela Portaria Ministerial de 26 de março de 1987, para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros do Grupo encarregado da 5ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

1. Para o Coordenador dos Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica: CZ\$ 15.000,00;
2. Para os Exames de Oftalmologia CZ\$ 600,00 (por candidato); e
3. Para os Exames de Otorrinolaringologia CZ\$ 600,00 (por candidato).

PORTARIA N° 34, DE 06 DE AGOSTO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE n° 48 de 10.08.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial n° 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar os seguintes membros encarregados da execução das tarefas relativas ao Décimo Quinto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (XV CAD):

Banca Examinadora

Relações Internacionais e Organismos Internacionais

Ministro Gelson Fonseca Júnior

Secretário Georges Lamazière (Assistente)

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais

Ministro Adhemar Gabriel Bahadian

Prática Diplomática e Consular

Conselheiro Jadiel Ferreira de Oliveira

Organização e Métodos de Trabalho do MRE

Conselheiro Roberto Gasparry Torres

Aplicador de Provas

Primeira Secretária Maria Aparecida Lopes Nahú

Secretária do CAD

Vera Lúcia Rodrigues de Faria

Serviços de Apoio

Israel Derrudt Rodrigues

Luis Paixão de Souza Costa

PORTARIA Nº 35, DE 06 DE AGOSTO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 48 de 10.08.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para remuneração dos membros encarregados da execução das tarefas do Décimo Quinto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XV CAD):

Examinador-Titular: CZ\$ 10.000,00

Examinador-Assistente: CZ\$ 5.000,00

Aplicador de Prova: CZ\$ 1.000,00 por prova

Secretária do CAD: CZ\$ 5.000,00

Serviços de Apoio: CZ\$ 1.000,00

PORTARIA Nº 036, DE 12 DE AGOSTO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 49 de 14.08.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo nº 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1987, os seguintes professores de Línguas Estrangeiras:

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Kori Yanne Bolívia Carrasco Costa

Francês

Pierre Robert Laure

Christian Defontaine

Michel Tanguy

Jean François Cleaver

Inglês

Sarah Burkitt Walker

David Coles

Patrick Kevin Redmond

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Japonês

Michio Yamaguchi

PORTARIA Nº 037, DE 12 DE AGOSTO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 49 de 14.08.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1987, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores — 1º Ano — 1987

Antonio Augusto Cançado Trindade (Direito Internacional Público II)
 Clodoaldo Hugueney Filho (Técnica de Negociações)
 Dad Abi Chahine Squarisi (Português para Estrangeiros)
 João Almino de Souza Filho (História das Idéias Políticas)
 Luiz Fernando Freitas Ligiéro (Política Externa Brasileira Contemporânea)
 Raphael Valentino Sobrinho (Economia)
 Stella Maris Bortoni (Português — Expressão e Redação profissional)

Professores-Assistentes — 1º Ano — 1987

Antonio Francisco da Costa e Silva Neto (História das Idéias Políticas e Política Externa Brasileira e Contemporânea)
 Caio Márcio Ranieri Colombo (Direito Internacional Público II)
 Cezar Augusto de Souza Lima Amaral (Economia)

Professores 2º Ano — 1987

Arthur Vivacqua Correa Meyer (Economia Internacional)
 Frederico Lustosa da Costa (Fundamentos de Administração)
 Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão (Dissertação Final)
 Heloisa Vilhena de Araujo (Português — Correspondência Oficial e Métodos de Informação)
 Gelson Fonseca Júnior (Relações Internacionais)

Professores-Assistentes — 2º Ano — 1987

Georges Lamazière (Relações Internacionais)
 Maria do Socorro Macedo Vieira de Carvalho (Fundamentos de Administração)

PORTARIA Nº 38, DE 08 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 054 de 11.09.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 554, de 12 de novembro de 1984, resolve:

Alterar, a partir de setembro de 1987, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois cruzados);
- b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 723,00 (setecentos e vinte e três cruzados);
- c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a CZ\$ 1.205,00 (um mil duzentos e cinco cruzados);
- d) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, mas que tenham vínculo empregatício com o Ministério das Relações Exteriores, que passa a CZ\$ 723,00 (setecentos e vinte e três cruzados);
- e) da hora/aula paga aos professores-assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 321,00 (trezentos e vinte e um cruzados);
- f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a CZ\$ 241,00 (duzentos e quarenta e um cruzados).

PORTARIA Nº 39, DE 08 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 54 de 11.09.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de setembro de 1987:

1. Bolsa para alunos sem dependentes: CZ\$ 7.913,00
2. Bolsa para alunos com dependentes: CZ\$ 8.704,00

PORTARIA Nº 40, DE 11 DE SETEMBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 54 de 11.09.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das

Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo nº 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1986, resolve:

Designar Encarnación Ponce Lopes de Pesquero como Professora de Espanhol do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1987.

PORTARIA Nº 41, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 59 de 07.10.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 200 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 4 de agosto de 1987, publicada no Boletim de Serviço nº 048, de 10 de agosto de 1987, resolve:

Fixar em CZ\$ 9.000,00 (nove mil cruzados) por trabalho escrito apresentado a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Décimo Quinto Curso de Altos Estudos (XV CAE).

PORTARIA Nº 42, DE 15 DE OUTUBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 61 de 19.10.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de outubro de 1987:

1. Bolsa para alunos sem dependentes: CZ\$ 8.409,00
2. Bolsa para alunos com dependentes: CZ\$ 9.250,00

PORTARIA Nº 43, DE 22 DE OUTUBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 63 de 23.10.87)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Mi-

nistério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de novembro de 1987:

1. Bolsa para alunos sem dependentes: CZ\$ 8.936,00
2. Bolsa para alunos com dependentes: CZ\$ 9.830,00

PORTARIA Nº 44, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 071 de 27.11.87)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Retificar, à vista do Decreto-Lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, os valores fixados pela Portaria nº 43, de 22 de outubro de 1987, para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, relativas ao mês de novembro, de CZ\$ 8.936,00 para CZ\$ 10.791,00 (alunos sem dependentes) e de CZ\$ 9.830,00 para CZ\$ 11.865,00 (alunos com dependentes).

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 071 de 27.11.87)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de dezembro de 1987:

1. Bolsa para alunos sem dependentes: CZ\$ 11.820,00
2. Bolsa para alunos com dependentes: CZ\$ 12.799,00